



CONTEXTO
MONITORIZAÇÃO
AML 2014-2020

RELATÓRIO

SETEMBRO 2021

Ficha técnica

Título: Relatório de Contexto Monitorização - AML 2014 2020

Edição: Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Morada: Rua Alexandre Herculano, nº 37, 1250-009 Lisboa

Telefone: (351) 21 383 71 00

Website: <http://www.ccdr-lvt.pt>

Presidente CCDR LVT: Maria Teresa Almeida

Direção: OADR Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais de Lisboa

Autores: Helena Dias Tavares, Nuno Ventura Bento,

Colaboração: Linda Pereira

Fotos e outras imagens: Cortesia de várias entidades e WWW

Fontes: EUROSTAT, IEFP, INE, PORDATA, POR Lisboa 2020, AML e UE

Data: Setembro de 2021

Número de páginas: 67

ISBN: 978-972-8872-76-2

Publicação Digital

Números anteriores



Números anteriores disponíveis em <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/publicacoes-e-trabalhos-desenvolvidos/10555.htm>

Siglas e acrónimos

AML	Área Metropolitana de Lisboa
CE	Comissão Europeia
CIM	Comunidades Intermunicipais
CLDS	Contrato Local de Desenvolvimento Social
ETI	Equivalente em tempo integral
EU	União Europeia
EUROSTAT	<i>European Statistics</i>
FC	Fundo de Coesão
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEEI	Fundos Europeus Estruturais de Investimento
FSE	Fundo Social Europeu
I&D	Investigação e Desenvolvimento
ICR	Índice Europeu de Competitividade Regional
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IEJ	Iniciativa Emprego Jovem
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRI	Índice Regional de Inovação (<i>Regional Innovation Scoreboard</i>)
ISDR	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
PGA	Plano Global de Avaliação
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
POR Lisboa 2020	Programa Operacional Regional de Lisboa 2020
PORDATA	Base de Dados de Portugal Contemporâneo
PPC	Paridade do Poder de Compra
PT2020	Portugal 2020
QREN	Quadro de Referência Estratégica Nacional
REA	Relatório de Execução Anual
RLVT	Região de Lisboa e Vale do Tejo
SEC 2010	Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais
SEN	Sistema Estatístico Nacional
SIC QREN	Sistema de Indicadores de Contexto QREN

Nomenclatura INE

vh-Variação homóloga

⊥ Quebra de série

// Dados Preliminares

* Dado retificado

(-) Não aplicável

& Dado provisório

s/d (Sem dados ou dados não confiáveis) o Dado confidencial.

01 CONTEXTO	11
Desenvolvimento e Crescimento Populacional.....	13
Convergência e Nível de Vida.....	20
Qualificações e Emprego.....	27
Desempenho Económico Especialização e Competitividade	33
Inovação e Desenvolvimento Tecnológico.....	41
02 MONITORIZAÇÃO	48
Impacto dos Fundos no contexto macro económico	49
Orientações para Sustentabilidade na política de fundos	53
Pandemia da Covid 19 – Recuperação Económica.....	55
03 PORL 2020 – Programa Operacional de Lisboa	62
Indicadores de Realização e de Resultado	62

Lista de gráficos, figuras e quadros

Gráfico 1 – AML2014-2020: principais indicadores / peso no país (%)	8
Gráfico 2 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) – Global	13
Gráfico 3 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) – Competitividade	15
Gráfico 4 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) – Coesão	16
Gráfico 5 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) – Qualidade Ambiental.....	17
Gráfico 6 – Taxa de Crescimento Natural 2011-2020	18
Gráfico 7 – Taxa de Crescimento Migratório 2011-2020	18
Gráfico 8 – Taxa de Crescimento Efetivo 2011-2020	19
Gráfico 9 – Taxa de Crescimento Natural, Migratório e Efetivo na AML e Efetivo PT 2011-2020	19
Gráfico 10 – PIB Produto interno bruto real per capita 2011-2022 Portugal	22
Gráfico 11 – Evolução do PIB <i>per capita</i> (PPC) das regiões portuguesas / UE28, 2001 2020	22
Gráfico 12 – Produto Interno Bruto <i>per capita</i> 2011 2019	23
Gráfico 13 – Contributos para o Crescimento Potencial do PPC em Portugal	23
Gráfico 14 – Evolução do Consumo, Exportações e Crescimento Real PIB, por Trimestre (EU)	24
Gráfico 15 – Rendimento médio mensal líquido 2011-2020	26
Gráfico 16 – Poder de Compra <i>per capita</i>	26
Gráfico 17 – Proporção da População Ativa por Nível de Escolaridade mais Elevado Completo	27
Gráfico 18 – Taxa de Emprego AML, PT, UE28 (15 aos 64).....	28
Gráfico 19 – Taxa de Emprego por Nível de Escolaridade mais Elevado Completo	28
Gráfico 20 – Taxa de desemprego Portugal % População ativa 2011-2021	29
Gráfico 21 – Taxa de Desemprego (15 aos 74 anos).....	29
Gráfico 22 – Taxa de Desemprego Jovem (15 aos 24 anos)	30
Gráfico 23 – Taxa de Desemprego por Grupo Etário PT e AML 2011-2020.....	31
Gráfico 24 – Taxa de Desemprego de Longa Duração por Local de Residência e Sexo	31
Gráfico 25 – Taxa de Desemprego da População Ativa com Ensino Superior Completo	31
Gráfico 26 – Desempregados Inscritos no IEFP Face à População Ativa.....	32
Gráfico 27 – Produtividade Aparente do Trabalho 2011-2019.....	34
Gráfico 28 – Valor Acrescentado Bruto por Sector de Atividade 2011-2019	35
Gráfico 29 – Peso da Exportação de Bens no Total Nacional (Portugal =100) - 2011-2020	35
Gráfico 30 – Taxa de Cobertura das Importações pelas Exportações 2011-2020	36
Gráfico 31 – Taxa de Sobrevivência das Empresas Nascidas 2 Anos Antes	36
Gráfico 32 – Proporção de Nascimento de Empresas em Sectores de Alta e Média-Alta Tecnologia.....	37
Gráfico 33 – Proporção do VAB das Indústrias de Alta e Média-Alta Tecnologia no VAB Total	37
Gráfico 34 – Proporção de Exportações de Bens de Alta Tecnologia	37
Gráfico 35 – Peso de cada Atividade na AML e Portugal em termos de VAB e de Pessoal ao Serviço - 2019.....	38
Gráfico 36 – Proporção de Pessoal ao Serviço nas Indústrias de Alta e Média-alta Tecnologia / Ind. Transformadoras	39
Gráfico 37 – Proporção do VAB das Indústrias de Alta e Média-Alta Tecnologia no VAB das Ind. Transformadoras	39

Gráfico 38 – Proporção de Pessoal ao Serviço em Serviços Intensivos em Conhecimento de Alta Tecnologia/Serv.....	40
Gráfico 39 – Proporção do VAB dos Serviços Intensivos em Conhecimento de Alta Tecnologia no VAB dos Serviços....	40
Gráfico 40 – Despesas em I&D em % do PIB 2011-2019	42
Gráfico 41 – Proporção da Despesa Total em I&D por Sector de Execução 2014-2019.....	43
Gráfico 42 – Proporção de Investigadores na População Ativa 2011-2019.....	43
Gráfico 43 – Patentes EPO (por Milhão de Habitantes) 2011-2020	44
Gráfico 44 – Recursos humanos em I&D por localização geográfica - NUTS II (ETI).....	46
Gráfico 45 – Recursos humanos em atividades de I&D, por domínio de investigação e desenvolvimento(1),	46
Gráfico 46 – Atividade Económica (2014-2021 - mensal).....	58
Gráfico 47 – Taxa de desemprego (Série 2021 - %) por Local de residência (NUTS - 2013) e Sexo; Trimestral (1).....	58
Gráfico 48 – Dotação, fundo aprovado, executado e pago a 31/12/2019	63
Gráfico 49 – Indicadores de Realização (30) Comuns e Específicos dos Programas (FEDER)	64
Gráfico 50 – Indicadores de Resultados (FEDER).....	66
Figura 1 – Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTSIII e concelhos.....	9
Figura 2 – Índice sintético de desenvolvimento regional (Portugal = 100), NUTS III, 2019	14
Figura 3 – ISDR e índices parciais de competitividade, de coesão e de qualidade ambiental.....	14
Figura 4 – ISDR Competitividade (Portugal = 100), NUTS III, 2019	15
Figura 5 – ISDR Coesão (Portugal = 100), NUTS III, 2019	16
Figura 6 – ISDR Qualidade ambiental (Portugal = 100), NUTS III, 2019	17
Figura 7 – Produto Interno Bruto per capita	21
Figura 8 – Evolução do PIB na sequência da crise económica e financeira 2008-2018 - EU	22
Figura 9 – Evolução PIB e Desemprego - Trimestre (Portugal) 2013-2020 (%).....	25
Figura 10 – Evolução Consumo, e investimento - Trimestre (Portugal) 2013-2020 (%).....	25
Figura 11 – Evolução das Exportações / importações de bens e serviços - Trimestre (Portugal) 2013-2020 (%)	25
Figura 12 – Desempenho global da AML face à média da UE28 em 2009 - 2021	33
Figura 13 – Tendências de invenção e transformação Tecnológica	42
Figura 14 – Distribuição da despesa em I&D por NUTS II / por domínio científico, 2018	44
Figura 15 – Distribuição da despesa em I&D por domínio científico (ciências) / NUTS II, 2019.....	44
Figura 16 – Distribuição da despesa em I&D na AML / % afetas a áreas de investigação, 2019	45
Figura 17 – Distribuição da despesa em I&D por domínio tecnológico / NUTS II, 2019	45
Figura 18 – Impacto dos FEEI no PIB, 2015-2073 (variação percentual face ao cenário sem FEEI).....	50
Figura 19 – Impacto dos FEEI no PIB, por região NUTS II, 2015-2073 (variação percentual face ao cenário sem FEEI)...	50
Figura 20 – Impacto da despesa pública total executada/projetada dos FEEI no PIB por região NUTS II, 2015-2073.....	51
Figura 21 – PT2020 Financiamento público executado/projetado por fundo comunitário 2015-2023	52
Figura 22 – Financiamento público e comunitário executado/projetado por região, 2015-2023	52
Figura 23 – Pt2020 Despesa pública executada/projetada por origem do financiamento e região NUTS II, 2015-2023	52
Figura 24 – Estratégia EU para o Crescimento Sustentável.....	54
Figura 25 – Disponibilidade de indicadores ODS para Portugal	54

Figura 26 – Crescimento (decrécimo) do PIB vs casos Covid 19 por milhão de habitantes	56
Figura 27 – Taxa de Crescimento médio 2020-2022 do PIB (% de variação anual)	57
Figura 28 – Componentes do PIB e contributos para o crescimento PIB	57
Figura 30 – Indicadores de Síntese económica.....	57
Figura 30 – Desemprego, subutilização do trabalho e emprego	58
Figura 31 – Taxa de Crescimento do PIB (% de variação anual)	59
Figura 32 – Decisão de utilização de Recursos Próprios foi ratificada por 13 dos 27 países da UE.....	59
Quadro 1 – Número de Indicadores de Contexto do PT2020.....	11
Quadro 2 – POR Lisboa 2020: Eixos Prioritários, Domínios Temáticos e Objetivos Temáticos	12
Quadro 3 – Projeções macroeconómicas para Portugal e para a área do euro	60

Introdução

A Estratégia Regional Lisboa 2020 assumiu a ambição de transformar Lisboa numa Região competitiva, cosmopolita, coesa e conectada, reforçando a sua capitalidade euro-atlântica e marcando a sua presença numa economia globalizada. A Região escolheu por isso orientar os seus esforços para projetos que promovem a investigação, o desenvolvimento tecnológico, a inovação e o aumento da competitividade das PME, a eficiência energética e a proteção do ambiente e da biodiversidade, a inclusão, o ensino e a aprendizagem ao longo da vida. Projetos que conduzam a Região de Lisboa para patamares de maior competitividade na economia global, que tornem a Região mais inclusiva no acesso ao mercado de trabalho por parte dos jovens, dos menos qualificados e dos mais desfavorecidos e mais sustentável na utilização de recursos.

Em 2019/2020, na Região de Lisboa (AML) residia uma parte substancial da população portuguesa, cerca de 28%, onde se localizam 29% das empresas do país, representando 36% do PIB nacional, 44% do VAB, 30% do emprego e 30% das exportações de bens, concentrando 43% da despesa nacional aplicada em investigação e desenvolvimento, como também algumas das principais infraestruturas científicas e tecnológicas, económicas, financeiras de Portugal.

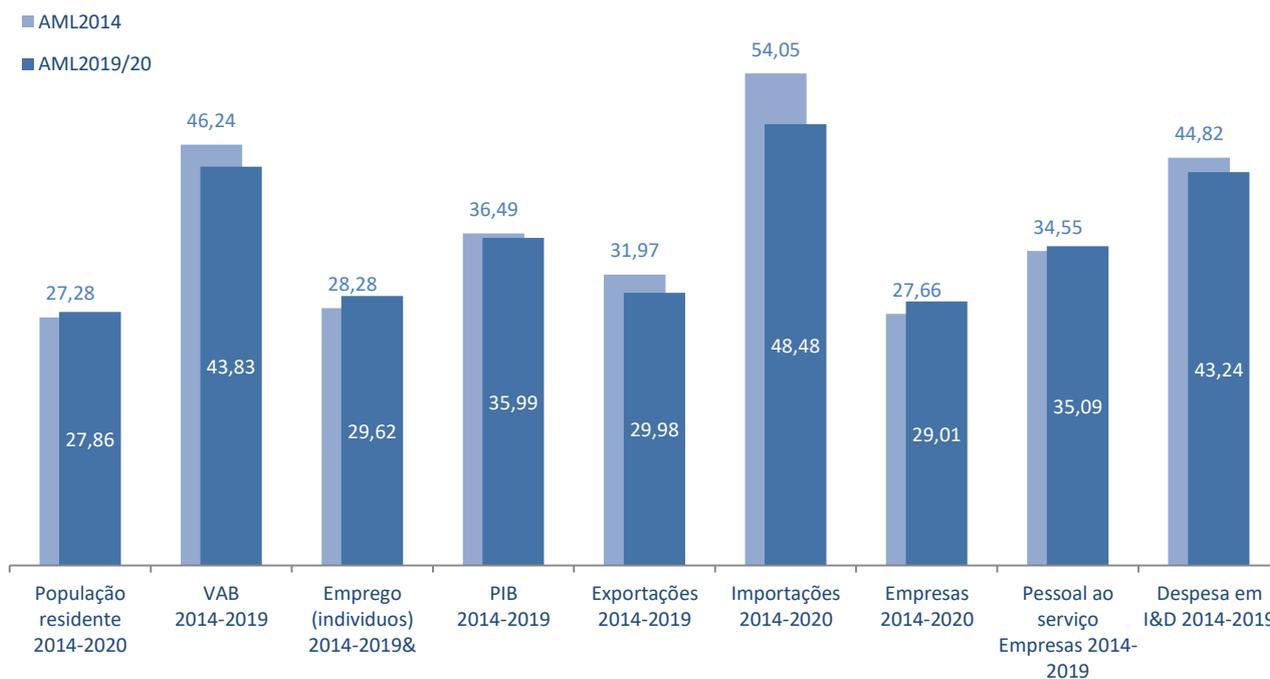


Gráfico 1 – AML2014-2020: principais indicadores / peso no país (%)

Fonte 20210806: População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário; Anual - INE; Valor acrescentado bruto (€) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3); Anual - INE; Emprego - indivíduos totais (Base 2016 - N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Ramo de actividade (A3); Anual - INE; Produto interno bruto (B.1*g) a preços correntes (Base 2016 - €) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE; Exportações (€) de bens por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE; Importações (€) de bens por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE; Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3); Anual - INE; Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Escalão de pessoal ao serviço; Anual - INE; Despesa em investigação e desenvolvimento (I&D - €) das instituições e empresas com investigação e desenvolvimento por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Sector de execução; Anual - DGEEC, Potencial científico e tecnológico nacional (sector institucional e sector empresas).

O presente *Relatório de Contexto e Monitorização - AML 2014 2020* insere-se nos trabalhos de acompanhamento das dinâmicas regionais e tem como objetivo reportar a evolução do quadro geral de indicadores que evidenciam as principais linhas de evolução do desenvolvimento social e económico deste território e fornecer uma leitura macro dos efeitos das políticas públicas, designadamente as financiadas por fundos comunitários.

O relatório (2021) apresenta, em função da informação oficial disponível, a evolução registada no período 2011-2020, sendo o sexto relatório de monitorização do horizonte de vigência do POR Lisboa 2020 (Programa Operacional Regional de Lisboa 2020, para o período 2014-2020), incluindo informação estatística referente a 2011-2013, do último período do QREN - Quadro de Referência Estratégica Nacional, para efeitos de análise progressiva até 2021. O documento aborda também as restantes NUTS III da Região de Lisboa e Vale do Tejo, sempre que a informação foi disponibilizada, ou em alternativa, as restantes NUTS II do país.

De forma a acompanhar o paradigma da pandemia Covid 19, cujos efeitos se repercutem até à presente data, apresentamos um capítulo com alguns indicadores que versam o período de janeiro a julho de 2021, uma vez que a mesma apresenta um impacto significativo no País no seu todo e na AML em particular, tendo trazido alterações significativas na economia, que se mantêm e cuja totalidade do impacto ainda é difícil de prever na sua total dimensão. A crescente regularidade e intensidade, de eventos sistémicos globais disruptivos para os sistemas sociais, económicos e ambientais, obrigam a uma resiliência territorial fundamental para manutenção da coesão territorial e do bem-estar, exigindo que a sociedade esteja preparada para súbitas alterações contextuais.

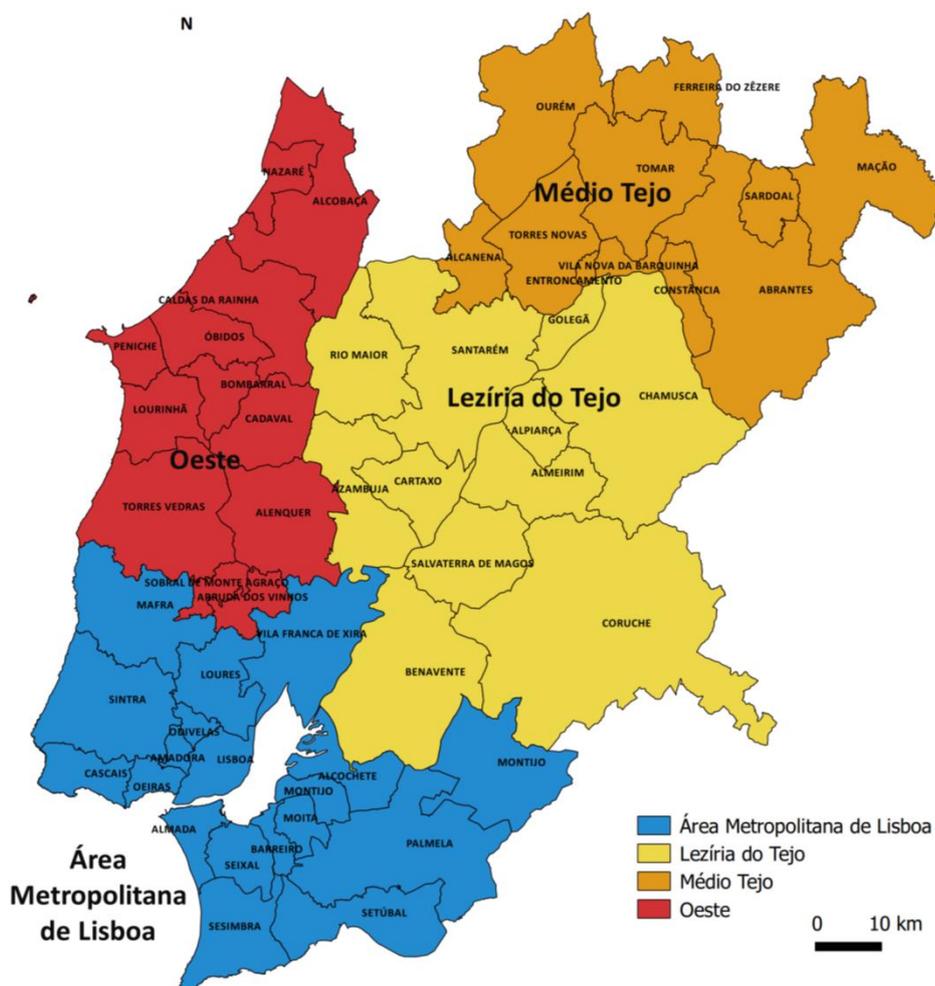


Figura 1 – Região de Lisboa e Vale do Tejo - NUTSIII e concelhos

1

CONTEXTO



01 CONTEXTO

O sistema de indicadores de contexto é constituído por informação de natureza social, económica, ambiental e territorial, relevante para a monitorização das dinâmicas regionais que constituem o contexto em que decorre a implementação do Portugal 2020. Assim, este sistema de indicadores pretende contribuir para a interpretação de fatores externos que influenciam os objetivos das políticas públicas cofinanciadas, assim como dos seus resultados nos diferentes territórios ao longo do período de programação.

Os indicadores estão disponíveis no INE, EUROSTAT, OCDE e PORDATA e resultam de um trabalho conjunto de várias entidades que procederam à seleção dos indicadores a associar ao sistema de indicadores de contexto, tendo como ponto de partida o quadro de informação estatística disponível no “Sistema de indicadores de monitorização do contexto em que se desenrolam as políticas públicas”.

Domínio temático	N.º de indicadores potenciais	Quota	N.º de indicadores selecionados
Competitividade e internacionalização	183	40%	50
Inclusão social e emprego	89	19%	23
Capital humano	38	8%	10
Sustentabilidade e eficiência na utilização dos recursos	73	16%	20
Qualificação do território e das cidades	22	5%	6
Desenvolvimento rural	52	11%	11
[Pescas e mar]	0	0%	0
Total	457	100%	120

Quadro 1 – Número de Indicadores de Contexto do PT2020

Fonte: Sistema de indicadores de contexto/resultado do PORTUGAL 2020 (Relatório Final, Julho 2016)

Do universo de indicadores de contexto/resultado disponíveis no INE (Quadro 1) para avaliação e monitorização do Portugal 2020, acompanhamento da execução dos FEEI (457 indicadores), foram selecionados 136 indicadores de contexto para monitorizar o PT2020), dos quais cerca de 50 indicadores de resultado são utilizados para monitorizar o POR Lisboa 2020 e visam avaliar o progresso do investimento, face às metas estabelecidas pela Comissão europeia. A estruturação do sistema de indicadores de contexto em subdomínios teve como referência os objetivos temáticos do PT2020, considerando-se adicionalmente os subdomínios do SIC QREN e os tópicos de estruturação dos indicadores da Estratégia Europa 2020, e fornece informação de natureza social, económica, ambiental e territorial, que permite monitorizar as dinâmicas regionais no contexto de implementação do PT 2020.

A lógica de intervenção dos fundos do POR Lisboa 2020 desenvolve-se com base em quatro domínios temáticos definidos no Acordo de Parceria (portugal2020) e a CE (julho 2014) e são orientados para a ‘Competitividade e internacionalização’, ‘Inclusão social e emprego’, ‘Capital humano’ e ‘Sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos’, considerando também os domínios transversais relativos à reforma da administração pública e à intervenção integrada ao nível territorial. Esta estruturação resulta da identificação dos principais constrangimentos de natureza estrutural e oportunidades relativas a cada uma destas áreas, de modo a melhor definir os objetivos para a intervenção dos FEEI no período 2014-2020, tal como evidenciados no Quadro 2, neste caso relativo ao POR Lisboa 2020.

Eixo Prioritários	Domínio Temático	Objetivo Temático
EIXO 01 - Reforçar a Investigação, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação	01 -Competitividade e Internacionalização	OT1 – Reforço da Investigação, do Desenvolvimento Tecnológico e da Inovação
EIXO 02 - Reforçar a competitividade das PME		OT3 – Reforço da Competitividade das PME
EIXO 05 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores		OT8 – Promoção da Sustentabilidade e da Qualidade do Emprego e Apoio à Mobilidade dos Trabalhadores
EIXO 06 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	02 - Inclusão Social e Emprego	OT 8 – Promoção da Sustentabilidade e da Qualidade do Emprego e Apoio à Mobilidade dos Trabalhadores
EIXO 08 - Desenvolvimento urbano sustentável		OT9 – Promoção da Inclusão Social e Combate à Pobreza e à Discriminação
EIXO 07 - Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e na aprendizagem ao longo da vida	03 - Capital Humano	OT10 – Investimentos na Educação, na Formação e na Formação Profissional para a Aquisição de Competências e na Aprendizagem ao Longo da Vida
EIXO 03 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	04 - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	OT4 – Apoio à Transição para uma Economia de Baixo Teor de Carbono em todos os Setores
EIXO 04 - Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos		OT6 – Preservação e Proteção do Ambiente e Promoção da Utilização Eficiente dos Recursos
EIXO 08 - Desenvolvimento urbano sustentável		OT4 – Apoio à Transição para uma Economia de Baixo Teor de Carbono em todos os Setores
		OT6 – Preservação e Proteção do Ambiente e Promoção da Utilização Eficiente dos Recursos

Quadro 2 – POR Lisboa 2020: Eixos Prioritários, Domínios Temáticos e Objetivos Temáticos

Fonte: sistema de indicadores de contexto/resultados do PORTUGAL 2020 (Relatório 2016)



Os indicadores de contexto do POR Lisboa 2020 versam sobre o *Desenvolvimento e Crescimento Populacional*, a *Convergência e Nível de Vida*, a *Qualificações e Emprego*, o *Desempenho Económico Especialização e Competitividade*, e a *Inovação e Desenvolvimento Tecnológico*, subtemas que constituem os próximos subcapítulos.

De forma a fazer face à pandemia provocada pelo coronavírus, vivida em Portugal, o Portugal 2020 lançou uma série de Medidas para apoiar as empresas e outras entidades da economia a ultrapassarem os seus efeitos nos negócios, bem como para ajudar empresas a desenvolverem novas soluções de combate à Covid 19. Estas Medidas são relativas a Legislação Nacional, bem como à resposta concertada da União Europeia de combate ao Covid 19 e os seus impactos a nível económico e social. (<https://www.portugal2020.pt/content/covid-19-medidas-portugal-2020>)

Desenvolvimento e Crescimento Populacional



O índice sintético de desenvolvimento regional (ISDR) é baseado num modelo concetual que privilegia uma visão multidimensional do desenvolvimento regional, estruturando-o em três componentes: competitividade, coesão e qualidade ambiental.

O ISDR (Global) da Área Metropolitana de Lisboa (AML) apresenta no período 2011-2019 uma posição significativamente superior à média de Portugal, registando em 2019 o valor de 106,37, marcado por uma tendência de oscilação desde 2011, ano em que o índice apresenta o seu valor mais elevado (Gráfico 2).

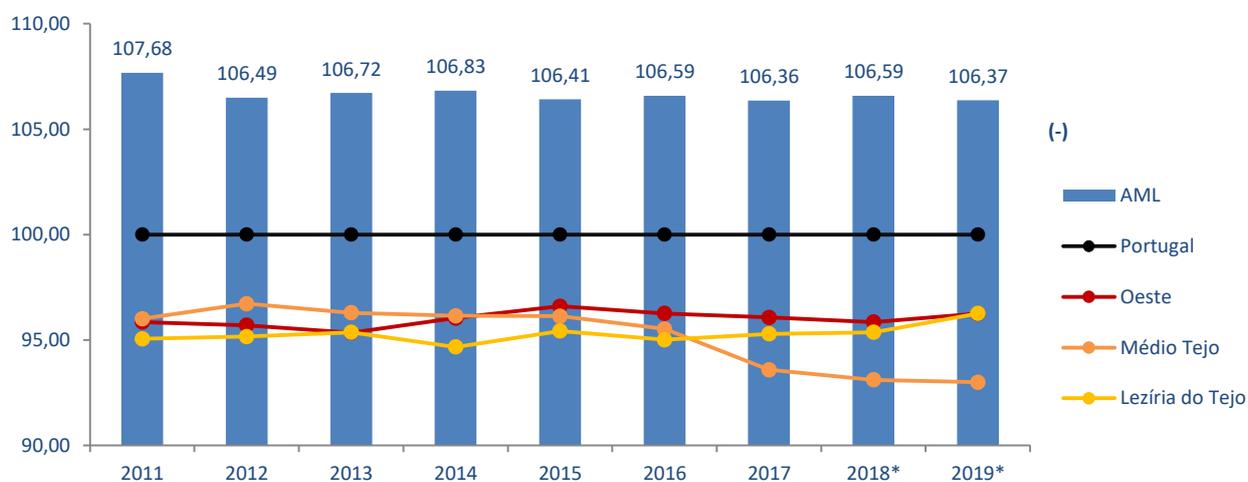


Gráfico 2 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) – Global

Fonte: INE, Índice Sintético de Desenvolvimento Regional - (NUTS 2013) no período de 2011-2019 (junho de 2021);

Este indicador (ISDR Global) pretende acompanhar as assimetrias regionais do processo de desenvolvimento regional, em resultado do efeito conjugado do desempenho nas vertentes competitividade, coesão e qualidade ambiental, demonstrando que a AML está claramente acima do país, em termos de desenvolvimento e que as restantes regiões (Oeste, Médio Tejo, Lezíria do Tejo) estão abaixo da média portuguesa (Figura 2). Conforme Figura 3, apenas a Região autónoma da Madeira se aproxima da AML e em termos de ISDR de Qualidade ambiental, sendo as mais competitivas a AML e a Região de Aveiro e em termos de coesão, a AML e o Baixo Alentejo e Cávado.

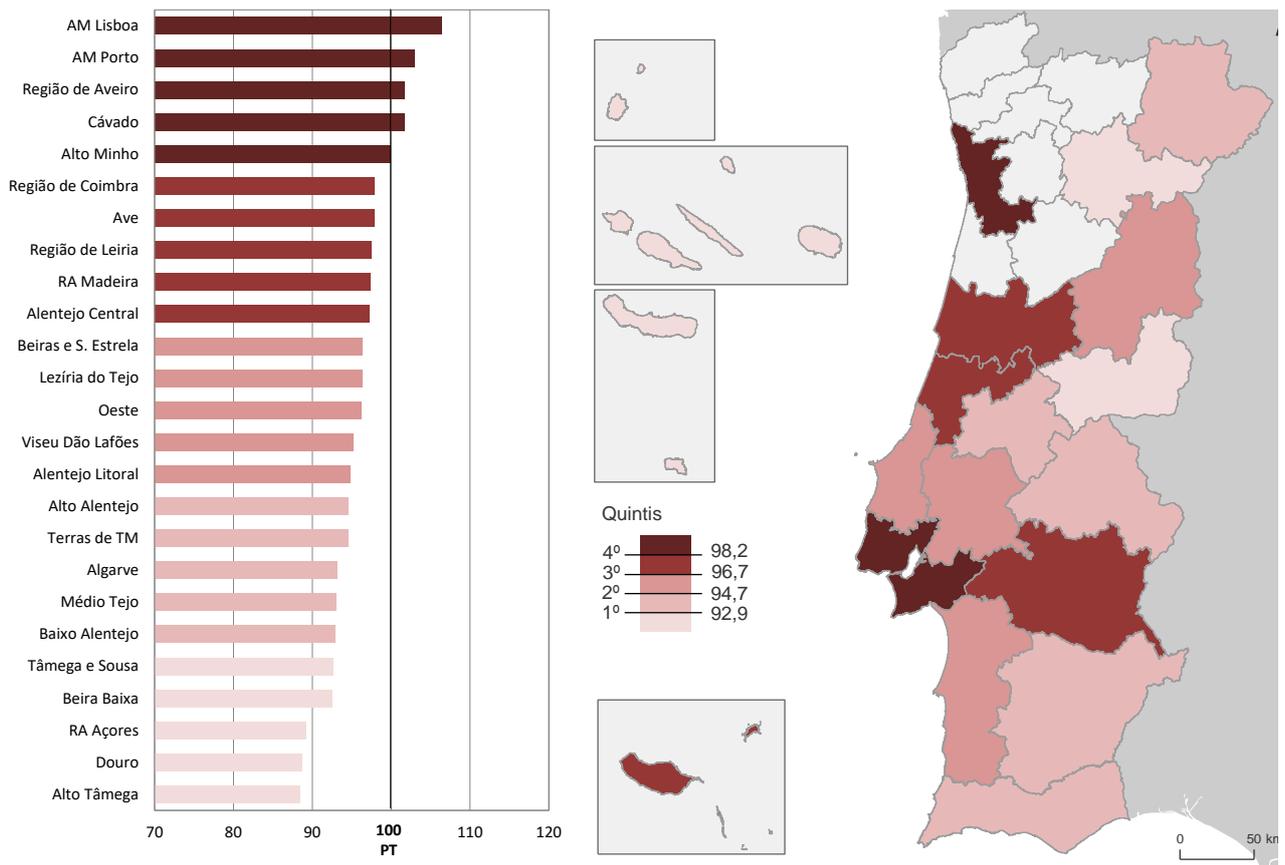


Figura 2 – Índice sintético de desenvolvimento regional (Portugal = 100), NUTS III, 2019

Fonte: INE, I.P. Índice sintético de desenvolvimento regional.

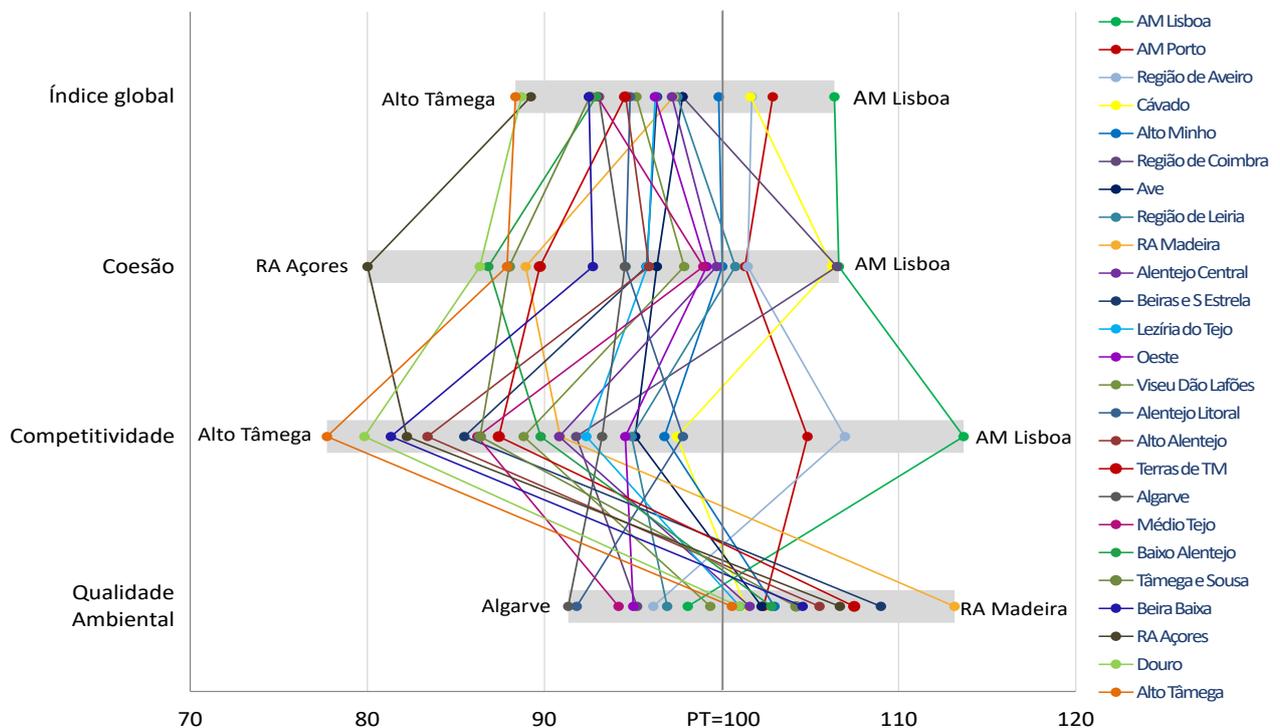


Figura 3 – ISDR e índices parciais de competitividade, de coesão e de qualidade ambiental (Portugal = 100), NUTS III, 2019

Fonte: INE, I.P., Índice sintético de desenvolvimento regional.

Nas suas 3 componentes no que concerne à RLVT, evidencia-se a expressiva vantagem competitiva da AML em 2019, com (IDR competitividade 113,66), tendo vindo a subir desde de 2015. Apesar disso, 2011 continua a ser ano de maior índice de competitividade (IDR competitividade 115,08; Gráfico 3).

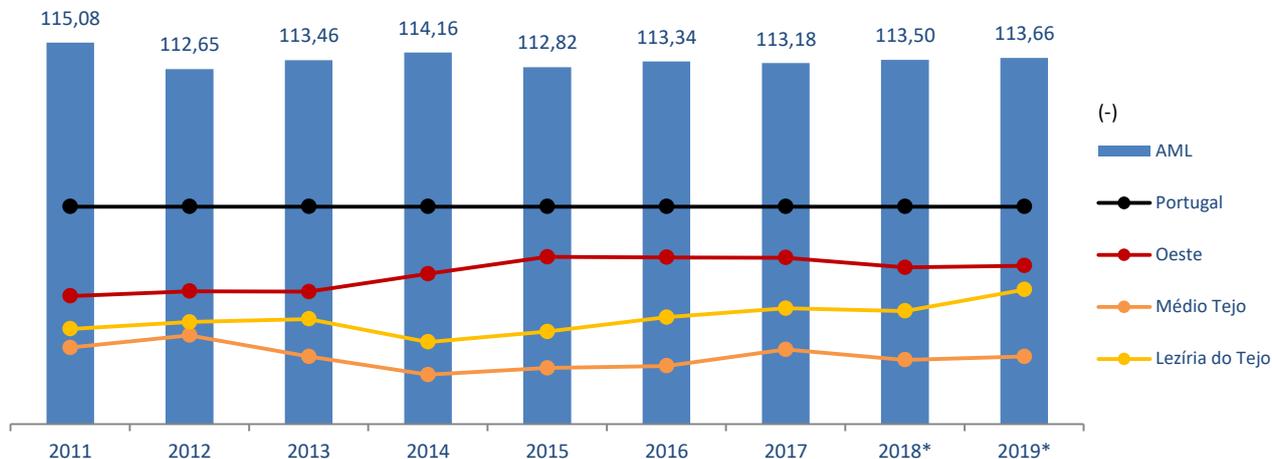


Gráfico 3 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) – Competitividade

Fonte: INE, Índice Sintético de Desenvolvimento Regional-(Competitividade) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual (junho de 2021); *Destaque INE-ISDR2018 e 2019

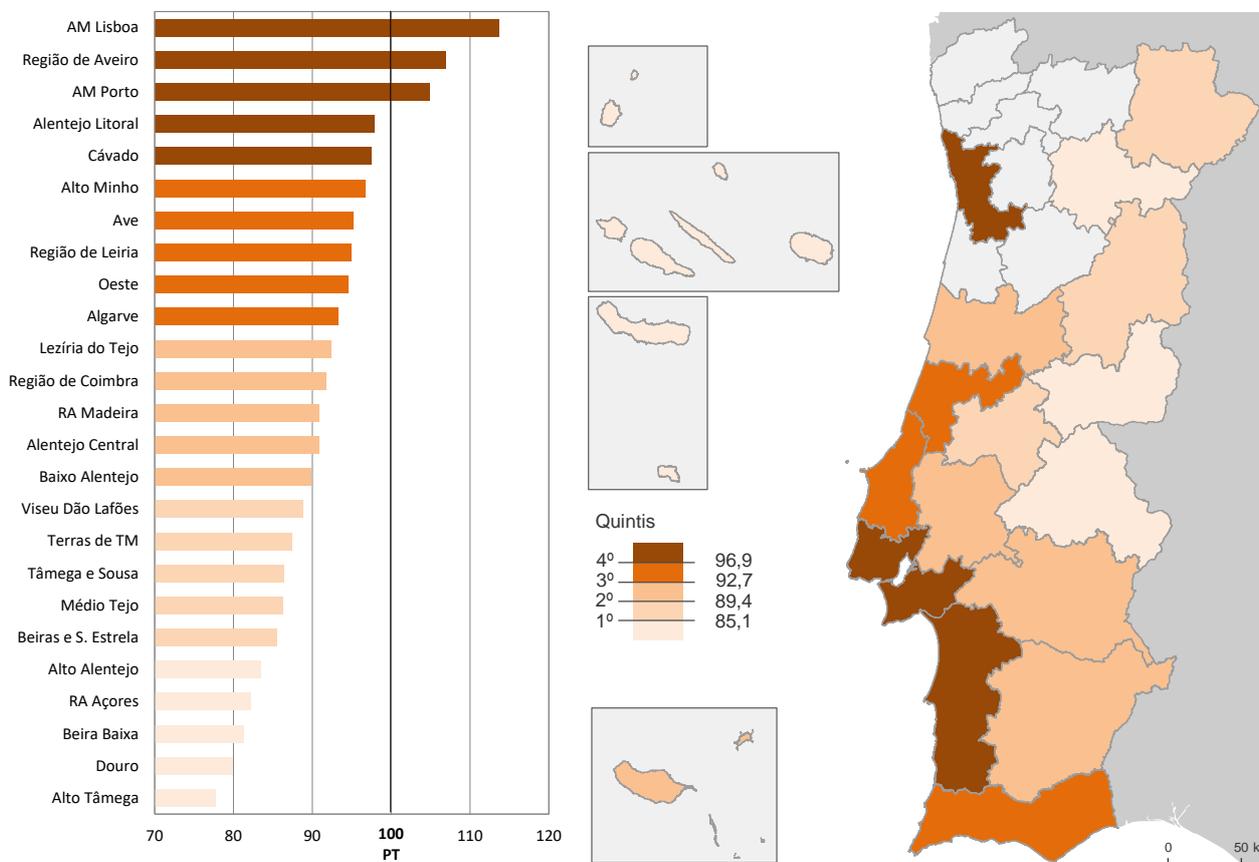


Figura 4 – ISDR Competitividade (Portugal = 100), NUTS III, 2019

Fonte: INE, I.P., Índice sintético de desenvolvimento regional.

Ao nível nacional apenas a AML, seguida da Região de Aveiro e Área Metropolitana do Porto ultrapassam a média de Portugal (Figura 5). Na componente da coesão (Gráfico 4), a AML regista o seu máximo em 2018, com um valor de 107,15, uma situação crescente bastante mais favorável do que a média do país. Apesar disso, 2019 apresenta uma regressão.



Gráfico 4 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) – Coesão

Fonte: INE, Índice sintético de desenvolvimento regional (Coesão) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual (junho de 2021);

*Destaque INE-ISDR2018 e 2019

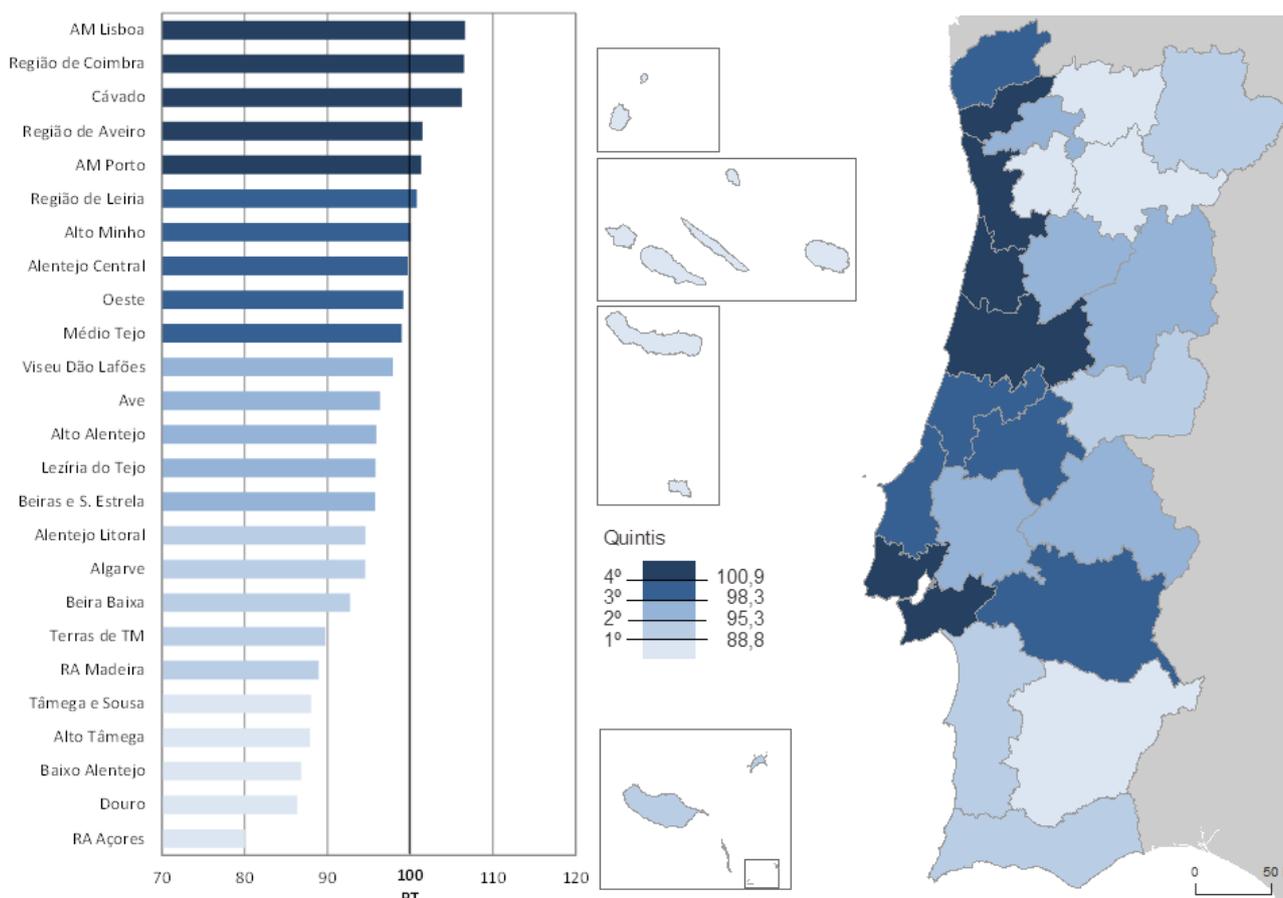


Figura 5 – ISDR Coesão (Portugal = 100), NUTS III, 2019

Fonte: INE, I.P., Índice sintético de desenvolvimento regional

Em termos de coesão a AML, a Região de Coimbra, Cávado, a Região de Aveiro, a AM Porto e Leiria encontram-se igualmente acima da média Nacional, com Alto Minho e Alentejo Central a atingirem 100 de ISDR da Coesão (Figura 6)

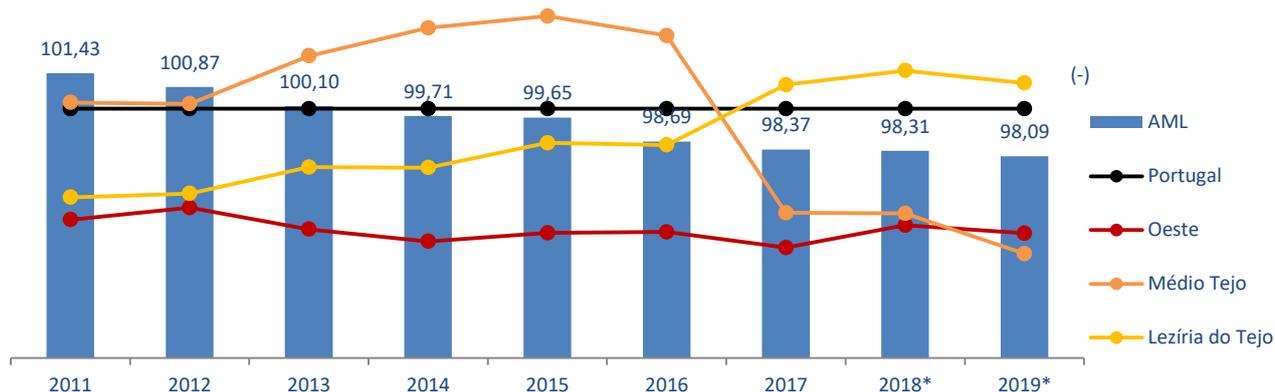


Gráfico 5 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) – Qualidade Ambiental

Fonte: INE, Índice sintético de desenvolvimento regional (Qualidade ambiental) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual (junho de 2021);

Na componente da qualidade ambiental (Gráfico 5), regista-se uma descida quase constante da AML face à média nacional, apresentando o valor mais baixo em 2019 (98,09).

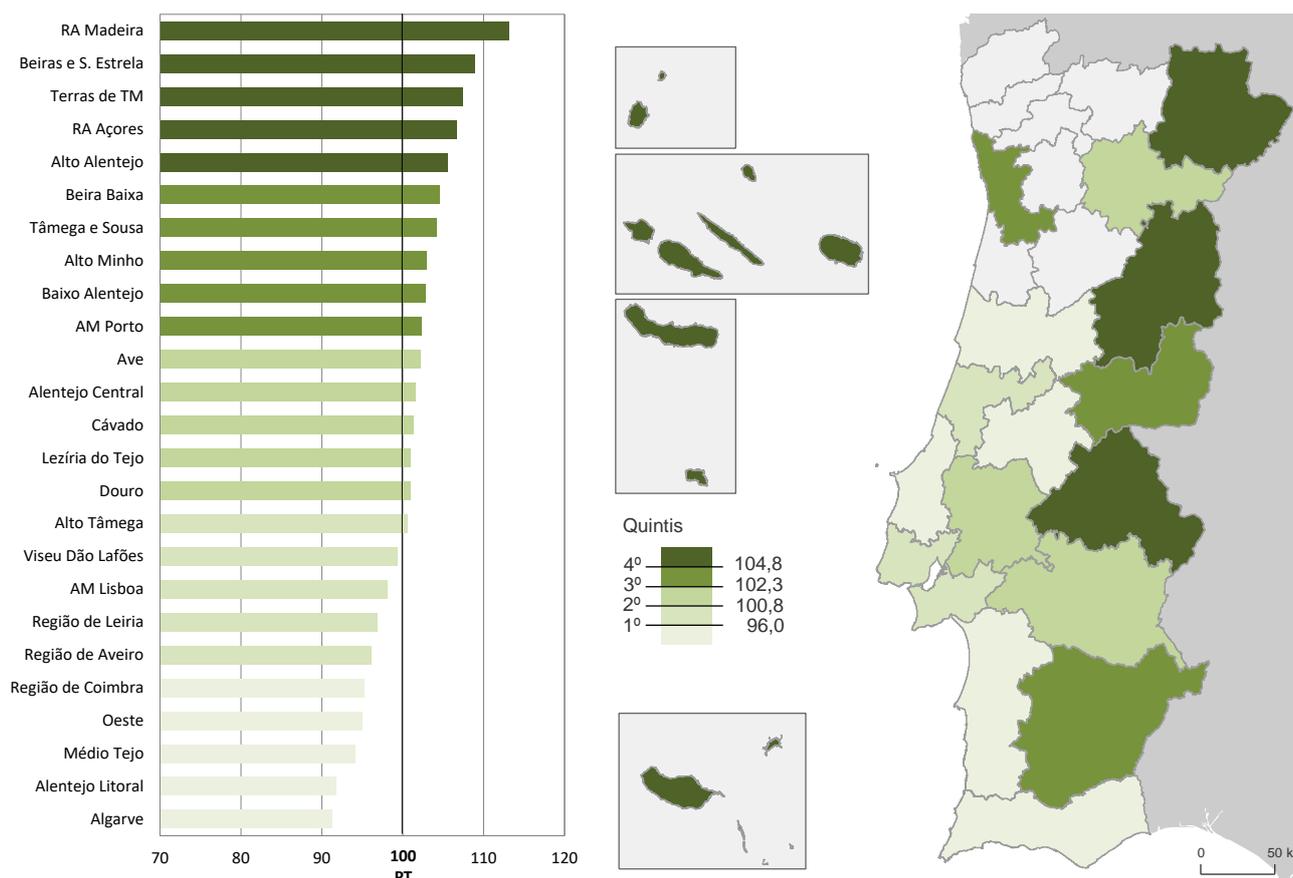


Figura 6 – ISDR Qualidade ambiental (Portugal = 100), NUTS III, 2019

Fonte: INE, I.P., Índice sintético de desenvolvimento regional.

Em termos de qualidade ambiental a Região Autónoma da Madeira as Beiras e Serra da Estrela, Terras do TM., Região autónoma dos Açores e Alto Alentejo, são aqueles que se destacam A RLVT apresenta o índice mais baixo a nível Nacional, estando a Lezíria do Tejo, Área Metropolitana de Lisboa, o Oeste e o Médio Tejo todos abaixo da média Nacional (Figura 7).

Relativamente à taxa de crescimento natural da AML, pela primeira vez desde 2011 a apresenta-se negativa em 2020 (-0,11), ainda claramente acima das restantes NUTS, mas com tendências de oscilações decrescentes (Gráfico 6). Já a taxa de crescimento migratório tem um aumento expressivo em 2019 e 2020, nas regiões do Oeste e Médio Tejo. Na AML e na Lezíria do Tejo sobem em 2019 e tornam a cair em 2020, tendo a Lezíria do Tejo uma descida bastante abrupta (Gráfico 7).

Nos casos do Oeste e Médio Tejo, taxas de crescimento efetivo passam a positivas de 2018 a 2020, tendo a e Lezíria do Tejo um crescimento bastante negativo entre 2019 e 2020. A AML registou ainda um crescimento efetivo positivo entre 2013 e 2018, suportado em taxas de crescimento natural e migratório positivas a partir de 2014, ao contrário do crescimento negativo entre 2011 -2013 e 2019-2020 (Gráfico 8). De 2013 a 2018 a AML apresentou sempre uma taxa de crescimento efetivo superior à nacional, com uma queda acentuada entre 2019 e 2020, acompanhando as oscilações evolutivas da população portuguesa neste período e aproximando-se no último ano (Gráfico 9).

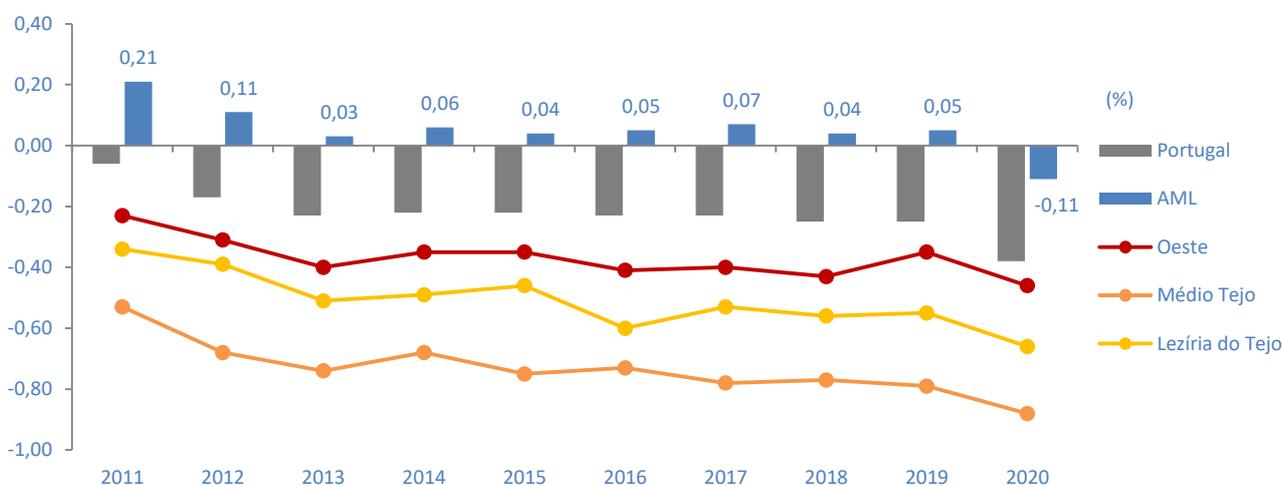


Gráfico 6 – Taxa de Crescimento Natural 2011-2020

Fonte: INE, Taxa de crescimento natural (%) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual - INE, Indicadores demográficos (Junho 2021);

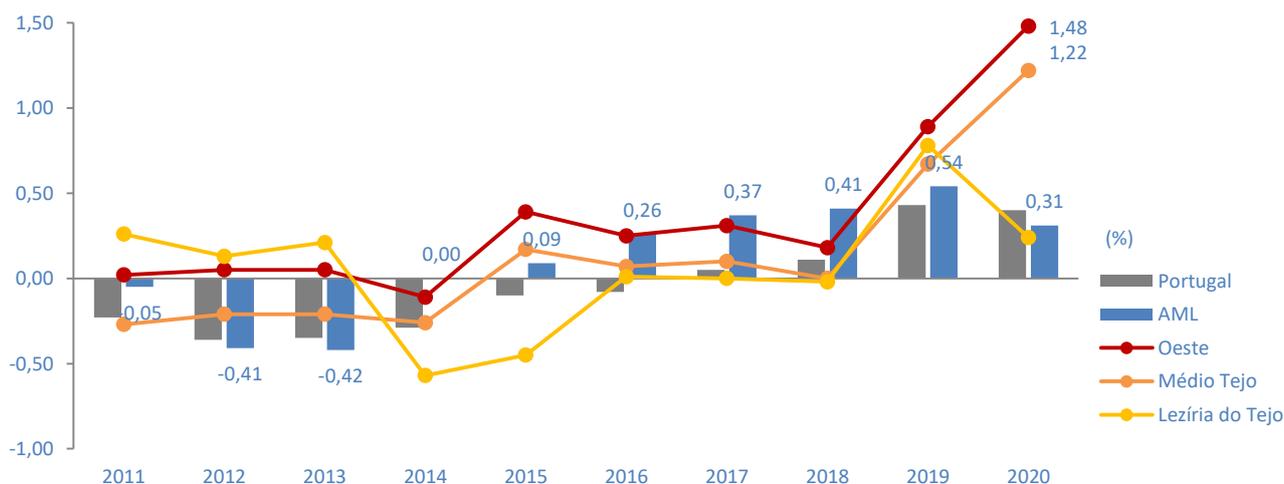


Gráfico 7 – Taxa de Crescimento Migratório 2011-2020

Taxa de crescimento migratório (%) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual - INE, Indicadores demográficos (atualização Junho 2021);

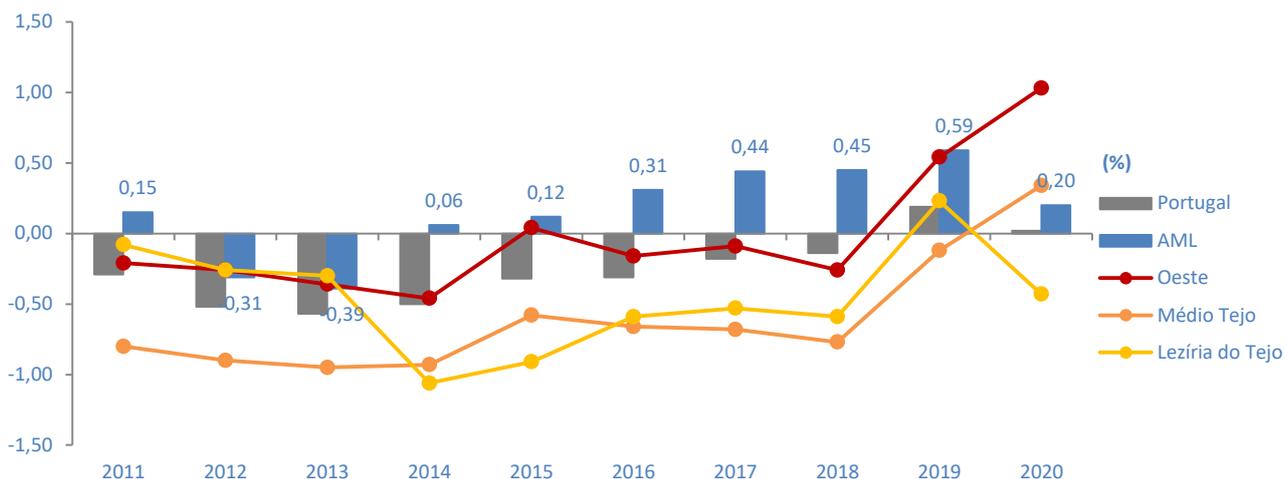


Gráfico 8 – Taxa de Crescimento Efetivo 2011-2020

Fonte: Taxa de crescimento efetivo (%) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual - INE, Indicadores demográficos (Junho 2021);

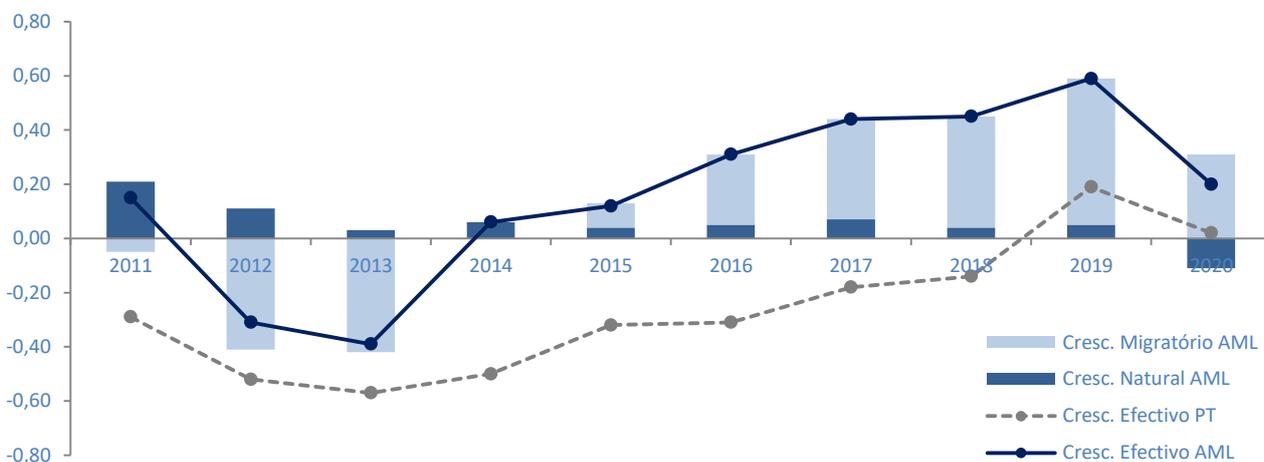


Gráfico 9 – Taxa de Crescimento Natural, Migratório e Efetivo na AML e Efetivo PT 2011-2020

Fonte: Taxa de crescimento natural, migratório e efetivo (%) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual; INE, Indicadores demográficos; (Junho 2021);

Apesar das taxas de crescimento natural, migratório e efetivo darem uma leitura da região, essa análise deve ser acompanhada por outros indicadores nomeadamente a informação dos Censos 2021 relativamente à população residente. Da análise da informação dos censos poderemos aferir que, apesar das taxas positivas (não expressivas, cerca de 1%) a AML aumenta a sua população, ainda que de forma tímida (+1,59%), o OVT diminui o seu quantitativo demográfico (-5,3%), para o qual contribuem as perdas demográficas no Médio Tejo (-14,3%) e Lezíria do Tejo (-4,6%). O Médio Tejo reforça uma variação populacional negativa já registada entre 2001 e 2011 (-2,9%).

Convergência e Nível de Vida



A geografia económica e social da Europa caracteriza-se por desigualdades crescentes. A crise económica e financeira de 2008/2009 foi um fator decisivo para esta evolução, sendo que o seu impacto ainda hoje se faz sentir. Com efeito, na sequência da crise, as disparidades regionais aumentaram e tornaram-se mais persistentes. Além disso, as condições de vida e de trabalho mudaram de modo a que cada vez menos pessoas beneficiem da recuperação económica. A pandemia de Covid 19 e as suas consequências irão também deixar a sua marca na economia. As indústrias e regiões particularmente afetadas por medidas de controlo da pandemia foram duramente afetadas pela forte incidência das mesmas no setor dos serviços.

A crise económica e financeira de 2008/2009 fez-se sentir nos Estados-Membros em momentos diferentes, mas nunca após o segundo trimestre de 2008. No segundo trimestre de 2009, o PIB dos estados-membros, ajustado por efeitos do calendário e sazonalidade, tinha caído cerca de 176 mil milhões de EUR. Espanha e Grécia registaram os maiores recuos do PIB para 85% e 75%, respetivamente, em relação aos valores anteriores à crise. Para muitos países, a saída da crise foi um processo longo. Embora o desempenho económico da Bélgica, da Alemanha, da França do Luxemburgo, da Áustria, da Suécia e da Eslováquia tenha recuperado para níveis anteriores à crise logo em 2011, a Itália, a Irlanda e a Hungria demoraram até 2015. Espanha demorou até 2016 e a Croácia demorou até 2017 para recuperar a antiga força económica. Até 2018, o desempenho económico da Grécia continuou mais de 20% abaixo dos níveis anteriores à crise.

Foram muito poucos os países em que a economia recuperou de forma homogénea em todas as regiões. Nomeadamente a Itália, França, Espanha e Portugal, a progressão e o ritmo de recuperação económica diferiram consideravelmente de região para região, agravando as disparidades regionais no interior dos Estados-membros. Estas diferenças acentuadas de desenvolvimento económico entre os diferentes Estados-Membros e no interior dos mesmos conduziram, em última análise, ao agravamento das disparidades regionais na Europa, o que suscitou questões sociais, sobretudo em regiões menos desenvolvidas. (In Atlas da agenda territorial 20-30 - pag.40)

Em 2020, em Portugal, a pandemia provoca a maior queda do PIB alguma vez vista em democracia, situando-se em menos 7,8 % do que em 2019, e muito abaixo do pior ano que foi em 2012 (Gráfico 10), deixando prever um longo período até à recuperação completa. Ainda assim assume-se que o pior impacto económico terá passado, com perspetivas de recuperação a partir de 2021. Este período, atrás referido, é agravado com o segundo confinamento no primeiro trimestre de 2021 provocado pelo aumento generalizado de incidência da pandemia em Dezembro de 2020, o que faz retardar ainda mais a recuperação da economia. *“O severo confinamento, em contraciclo com a maioria dos restantes países europeus, refletiu-se desde logo na evolução do PIB do primeiro trimestre de 2021, em que Portugal foi o que registou a maior queda (-3,3%) em cadeia (comparado com o trimestre anterior). A média da Zona Euro foi de -0,6% e na União Europeia de 0,4%. Numa análise em termos homólogos, a contração foi de 5,4%, com uma queda na Zona Euro de 1,8% e na União Europeia de 1,7%.* Fonte: in Conjuntura Macroeconómica Portuguesa 06/2021 - Ordem dos Economistas

A Região de Lisboa situa-se no grupo de regiões europeias mais desenvolvidas à escala nacional, que apresentavam um menor afastamento em relação à média nacional no PIB *per capita*. A AML situa-se, também, num grupo ainda mais restrito de quatro regiões europeias mais desenvolvidas com funções de capital (Bruxelas, Viena, Berlim e Lisboa) que viram reduzir, desde de 2000, de forma relevante a diferença do seu (maior) nível de vida em relação à média do país.

Em termos regionais, a AML apresenta um PIB *per capita*, sempre crescente e superior ao valor nacional, apresentando em 2017 o seu valor máximo (Gráfico 10). Na comparação europeia, constata-se uma degradação da posição da AML face à média comunitária até 2017, com uma ligeira recuperação em 2018 e 2019, estando as restantes NUTS III abaixo da média europeia, mas no sentido ligeiramente crescente até 2019, com exceção da Lezíria do Tejo. Portugal tem divergido da média da UE em termos de PIB por habitante ao longo dos últimos 10 anos, embora apresente uma ligeira recuperação a partir de 2012 (Gráfico 11).

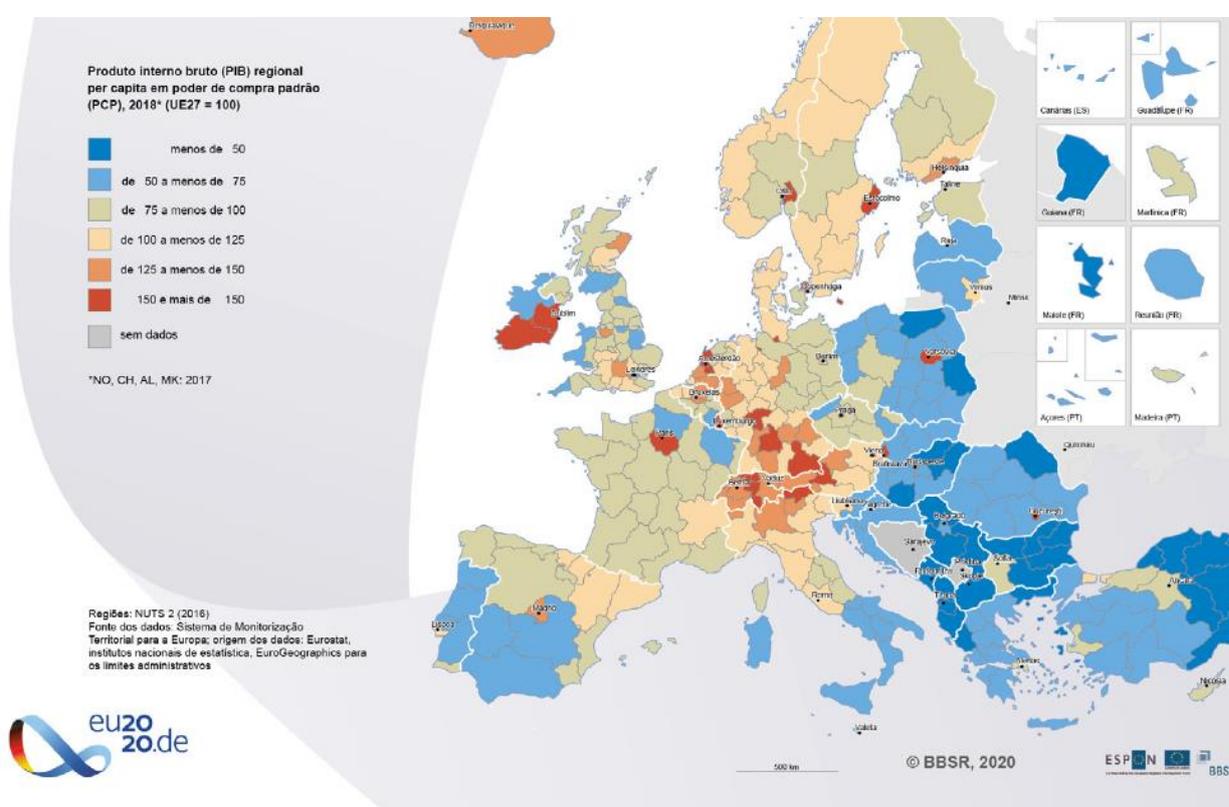


Figura 7 – Produto Interno Bruto per capita

Fonte: Atlas da agenda territorial 20-30. Fonte de dados: Sistema de monitorização Territorial para a Europa; Origem de dados: EUROSTAT

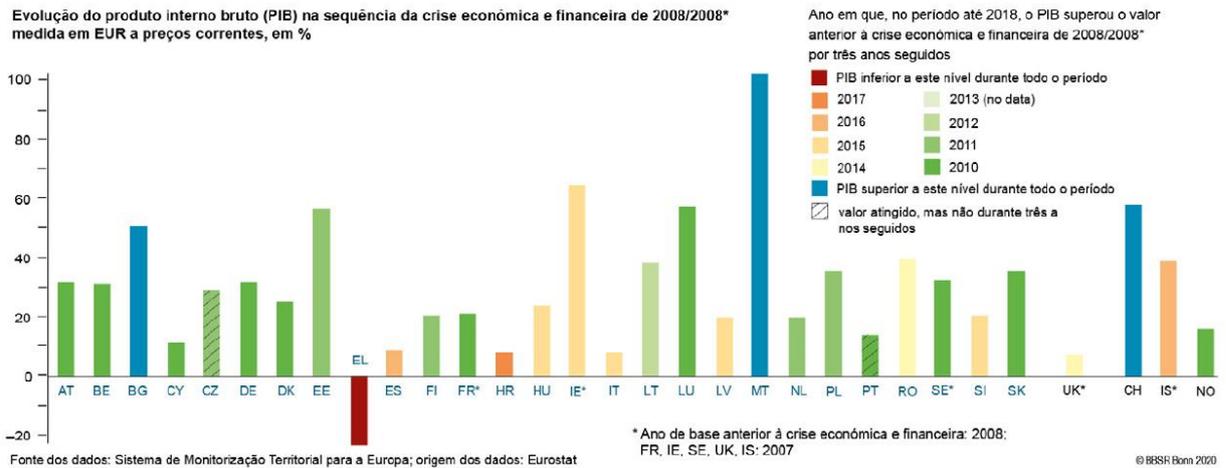


Figura 8 – Evolução do PIB na sequência da crise económica e financeira 2008-2018 - EU

(medida em euros a preços correntes). Fonte: Atlas da agenda territorial 20-30 (dez.2020); Fonte de dados: Sistema de monitorização Territorial para a Europa; Origem de dados: EUROSTAT

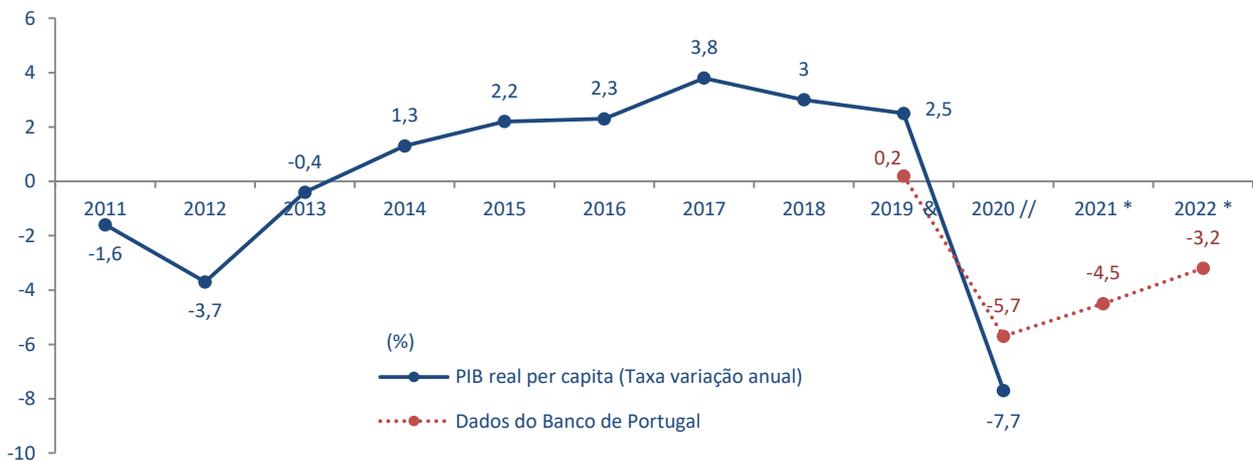


Gráfico 10 – PIB Produto interno bruto real per capita 2011-2022 Portugal

Fonte: Variação anual do PIB. Produto interno bruto real per capita (Taxa de variação anual - Base 2016 - %); Anual - INE, Contas nacionais trimestrais-Portugal; //: Dado preliminar &: Dado provisório *; e in *Conjuntura Macroeconómica Portuguesa - jun.2021 - pág.13*-(% PIB Anual) <https://www.ordemeconomistas.pt/>

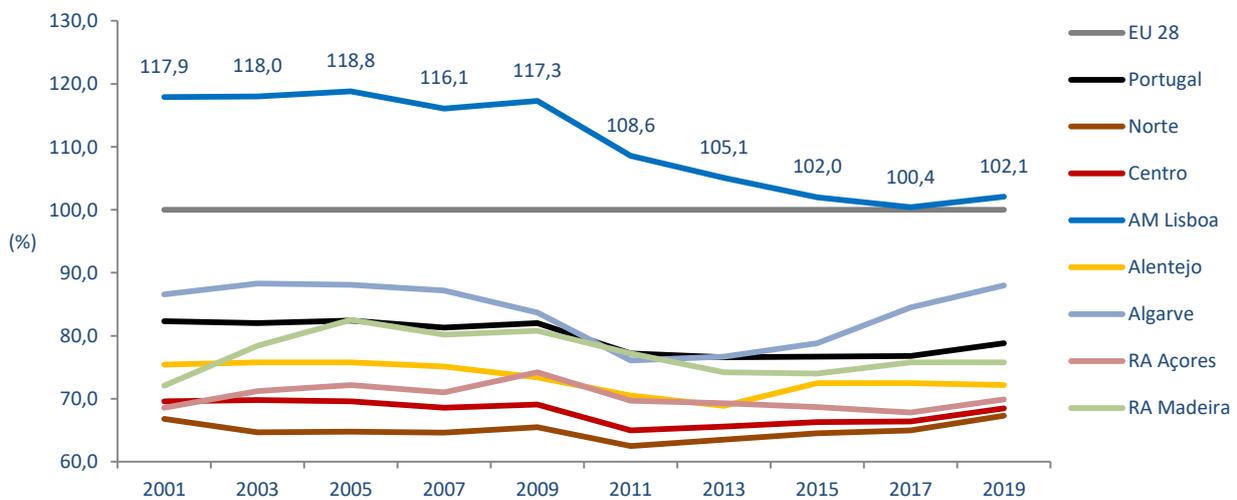


Gráfico 11 – Evolução do PIB per capita (PPC) das regiões portuguesas / UE28, 2001 2020

Fonte: Produto interno bruto por habitante em PPC (UE28=100) (Base 2016 - %) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE, Contas económicas regionais; (Junho 2021);

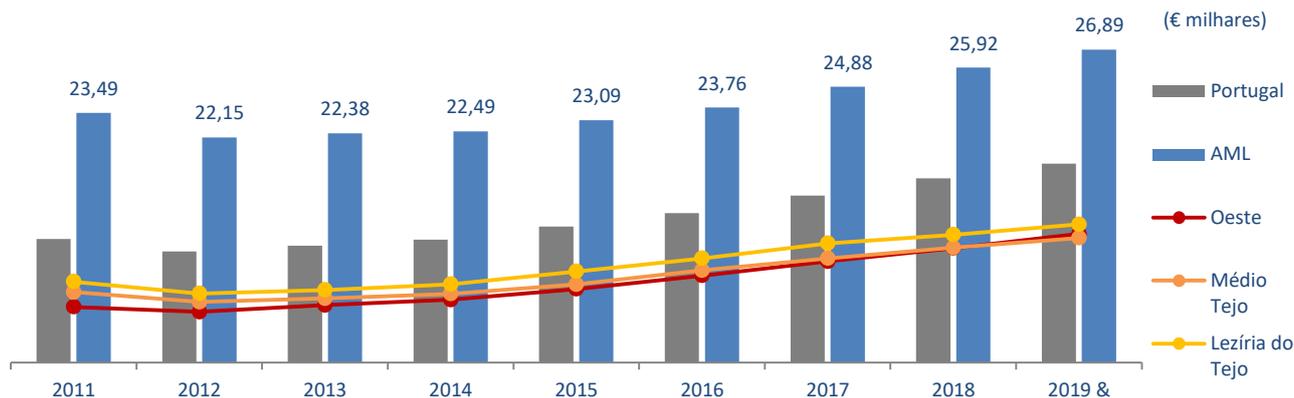


Gráfico 12 – Produto Interno Bruto per capita 2011 2019

Fonte: Produto interno bruto (B.1*g) por habitante a preços correntes (Base 2016 - €) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE, Contas económicas regionais; (Junho 2021);

A criação de emprego passou a contribuir significativamente para o crescimento potencial, nomeadamente desde 2014, tendo gerado o maior contributo para o PIB e a sua importância tem sido especialmente forte desde 2016 (Gráfico 13). Prevê-se que o abrandamento moderado se mantenha a médio prazo, em virtude de uma diminuição da dinâmica do comércio externo e de uma maior incerteza, também agravado pela Pandemia Covid 19. O crescimento das exportações abranda, mas a sua proporção no PIB continua a aumentar. O crescimento do PIB deverá estabilizar-se em 1,7 % em 2019 e em 2020 tem uma queda significativa. Esta tendência reflete a evolução no sentido do crescimento potencial estimado e os impactos negativos decorrentes do contexto externo menos dinâmico a nível das exportações (Gráfico 14).

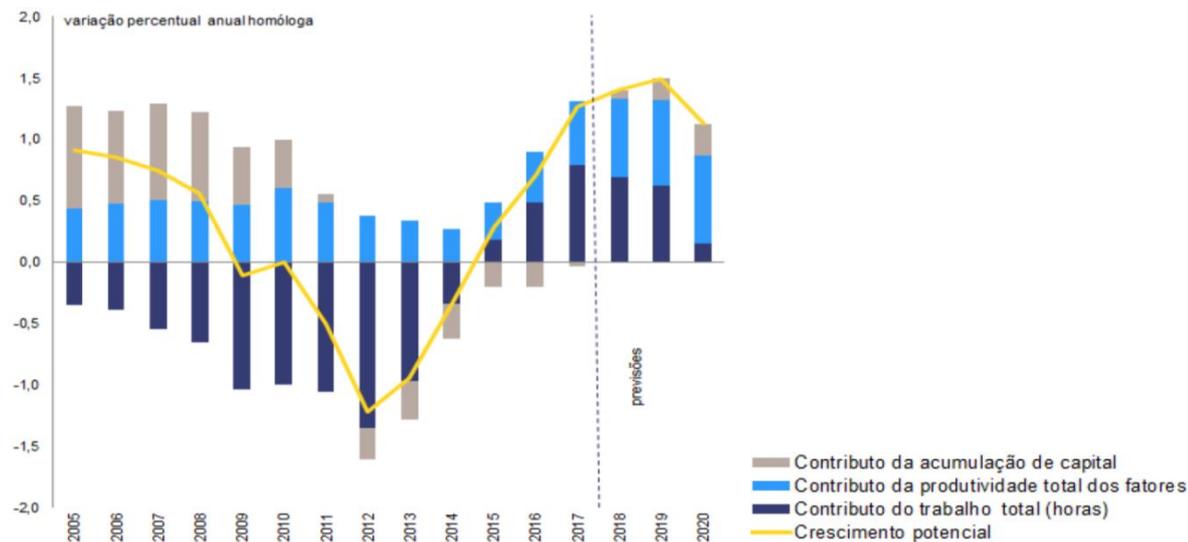


Gráfico 13 – Contributos para o Crescimento Potencial do PPC em Portugal

Fonte: Comissão Europeia (Publicação - Relatório relativo a Portugal de 2019 que inclui a apreciação aprofundada da prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos, Bruxelas, 27.2.2019 SWD (2019) 1021 final)

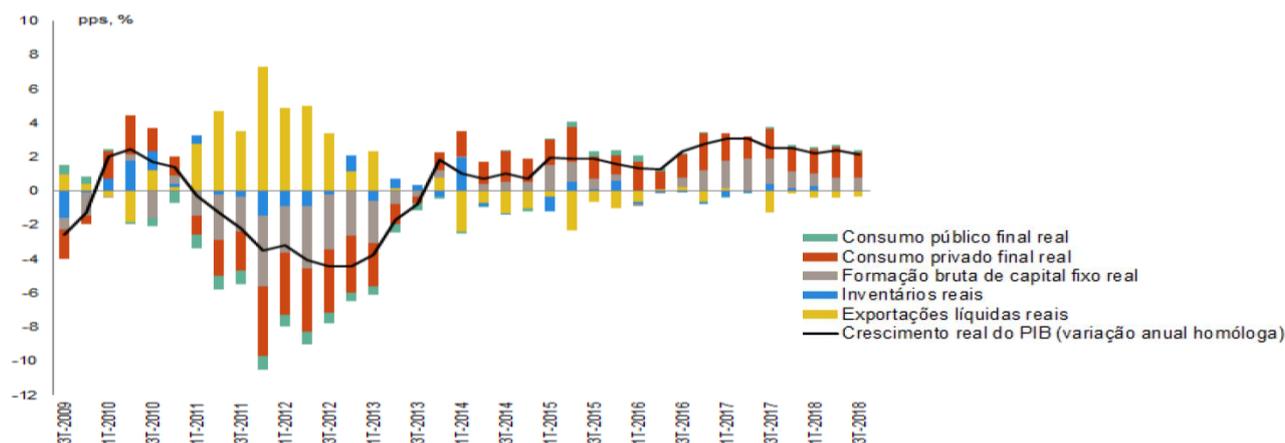


Gráfico 14 – Evolução do Consumo, Exportações e Crescimento Real PIB, por Trimestre (EU)

Fonte: Eurostat (Publicação - Relatório relativo a Portugal de 2019 que inclui a apreciação aprofundada da prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos, Bruxelas, 27.2.2019 SWD (2019) 1021 final)

A Comissão Europeia previa que Portugal registasse um crescimento real do PIB de 1,7% em 2019 e também em 2020, mas tal não aconteceu devido à pandemia. A taxa de desemprego acentuou-se pelas mesmas razões em Portugal apesar das previsões de queda para 6,2% em 2019 e 5,7% em 2020 previstas no relatório de 2019. Todas as previsões para 2019 e 2020 foram goradas pela pandemia: inflação, 1,1% em 2019 e 1,6% em 2020. A Capacidade Líquida de Financiamento da economia portuguesa previa ser de 0,0% do PIB em 2018 e 0,1% do PIB em 2019. O saldo orçamental em 2019 alcançou um *superavit* pela primeira vez em décadas. Melhorou 0,4 pontos percentuais, de um *deficit* de 0,3% do PIB em 2018, para superavit de 0,1% em 2019. A redução das despesas com juros contribuiu para esse resultado, tendo caído 0,4 pontos percentuais em 2019, para 3% do PIB. O saldo orçamental, excluindo despesas com juros, permaneceu amplamente estável com um superavit de 3,1% do PIB. A receita aumentou 3,6% ano a ano em 2019 - ligeiramente abaixo do crescimento nominal do PIB - apoiado pelo desempenho das contribuições, impostos sobre a produção e importação, e renda de propriedade.

Infelizmente o surto de Covid 19 colocou as finanças públicas em 2020 sob pressão, devido à necessidade de fornecer apoio significativo para fazer face à crise que se instalou, tendo o saldo orçamental uma queda abrupta atingindo no 1º semestre de 2020 um *deficit* de 5,4% do PIB, com um impacto orçamental direto das medidas políticas tomadas pelo governo para enfrentar a pandemia Covid 19. Em resposta ao surto de Covid 19, Portugal tem vindo a implementar um pacote de medidas políticas com impacto orçamental, mas que visa minimizar o impacto da crise na economia provocada pela pandemia.

As medidas políticas tomadas para reforçar a capacidade de resposta do sistema de saúde foram cruciais para ultrapassar as dificuldades encontradas ao nível da saúde pública, tendo sido investidos cerca de 0,2% do PIB em produtos relacionados à saúde que se estenderam até agosto de 2020. Dessas medidas, destacam-se a compra de bens pessoais equipamentos de proteção, ventiladores, bem como reforços de pessoal e horas de trabalho adicionais no sistema de saúde.

Outras medidas foram tomadas de forma a preservar empregos, fornecer apoio social e salvaguarda dos negócios das empresas permitindo a sua continuidade, tentando minimizar falências, despedimentos e encerramentos. No ano até agosto de 2020, cerca de 1% do PIB foram gastos em relação a este pacote de medidas políticas. Entre estes, a interrupção temporária do trabalho ou redução de tempo normal de trabalho (comumente designado como “Dispensa simplificada” em Portugal) e as relacionadas isenção de seguro social do empregador contribuições têm sido as mais proeminentes medidas (0,6% do PIB no acumulado do ano até agosto de 2020). No contexto da flexibilização das restrições ao longo do verão, nova política medidas, em vigor a partir de julho de 2020, foram orientadas no sentido de ajudar as empresas a retomar seu nível normal de atividade e assim vem sendo até ao momento atual, dado que os problemas provocados pela pandemia se vêm arrastando até 2021.

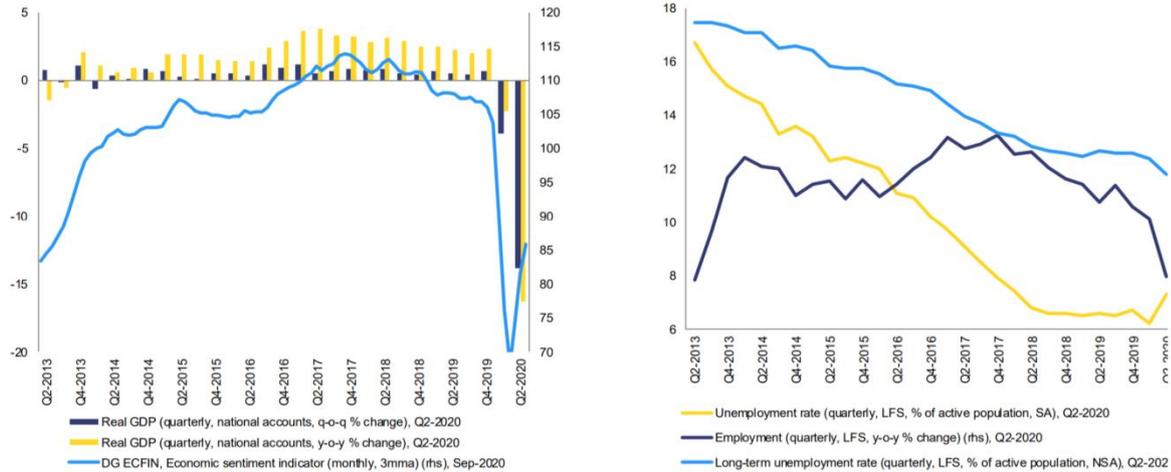


Figura 9 – Evolução PIB e Desemprego - Trimestre (Portugal) 2013-2020 (%)

Fonte: Post-Programme Surveillance Report 2020 - European Commission Institutional Paper 138. November 2020. Brussels. PDF. 36pp. Tab. Graph.

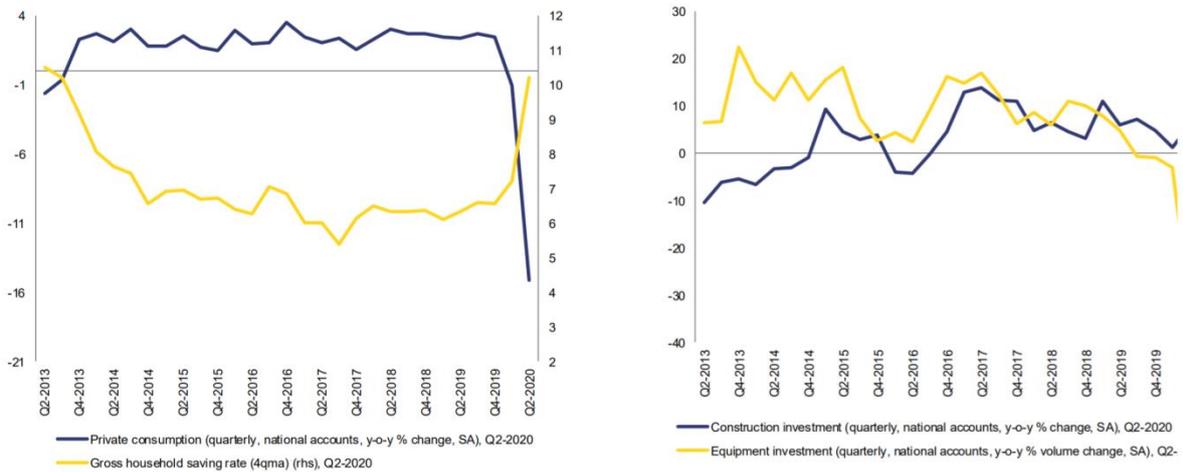


Figura 10 – Evolução Consumo, e investimento - Trimestre (Portugal) 2013-2020 (%)

Fonte: Post-Programme Surveillance Report 2020 - European Commission Institutional Paper 138. November 2020. Brussels. PDF. 36pp. Tab. Graph.

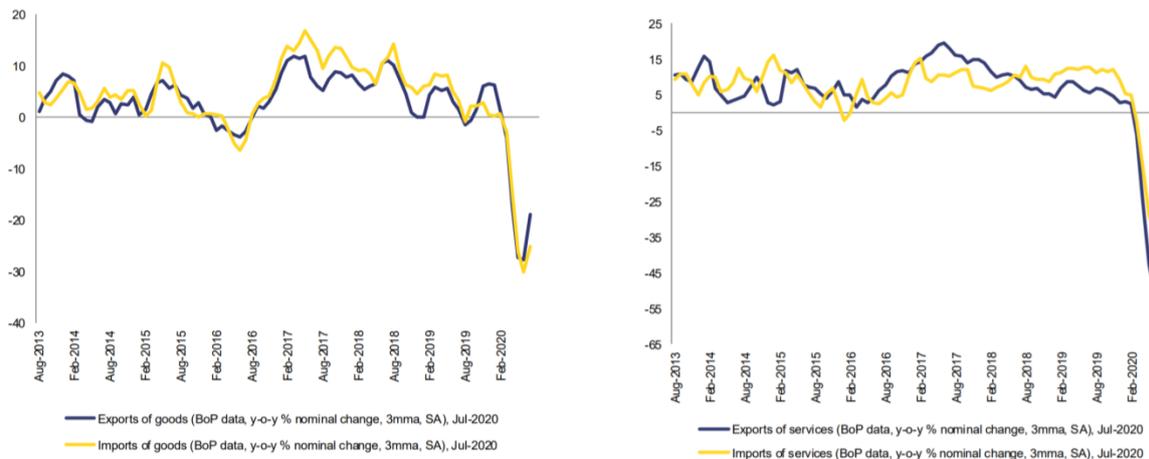


Figura 11 – Evolução das Exportações / importações de bens e serviços - Trimestre (Portugal) 2013-2020 (%)

Fonte: Post-Programme Surveillance Report 2020 - European Commission Institutional Paper 138. November 2020. Brussels. PDF. 36pp. Tab. Graph.

O PIB cai drasticamente no primeiro semestre de 2020 atingido pelo surto da pandemia Covid 19. O desemprego piora a uma taxa muito menor do que o PIB graças ao apoio social massivo. O consumo privado também cai abruptamente devido a um forte aumento na poupança doméstica. O investimento em construção continua resiliente, em parte compensando a queda no investimento em equipamento. Comércio exterior de mercadorias melhora durante a pandemia como as importações contraem mais do que as exportações. O saldo externo geral piora com o turismo estrangeiro desencadeia uma grande queda na exportação de serviços.

Analisando a evolução do rendimento, aponta-se a perda relativa da AML face à média nacional, atingindo o máximo afastamento em 2015. A partir de 2018 há novo ganho do poder de compra face à média nacional que atinge o seu máximo em 2020. (Gráfico 15ráfico 15).



Gráfico 15 – Rendimento médio mensal líquido 2011-2020

Fonte: Rendimento médio mensal líquido (Série 2011 - €) da população empregada por conta de outrem por Local de residência (NUTS - 2013) e Profissão; Anual - INE, Inquérito ao emprego. Valores calibrados tendo por referência as estimativas da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011. (Junho 2021);

Apesar de relativamente à população empregada por conta de outrem, se registar uma subida progressiva do rendimento líquido, acompanhando a tendência nacional, tal como nas restantes NUTSIII, o poder de compra *per capita* da AML desce acentuadamente aproximando-se da média nacional. Nas restantes regiões acontece precisamente o contrário, subindo ligeiramente e aproximando-se todas elas da média nacional, sendo o Médio Tejo o que apresenta a maior subida, mantendo-se, ainda assim 15 pontos abaixo da média do país. (Gráfico 16).

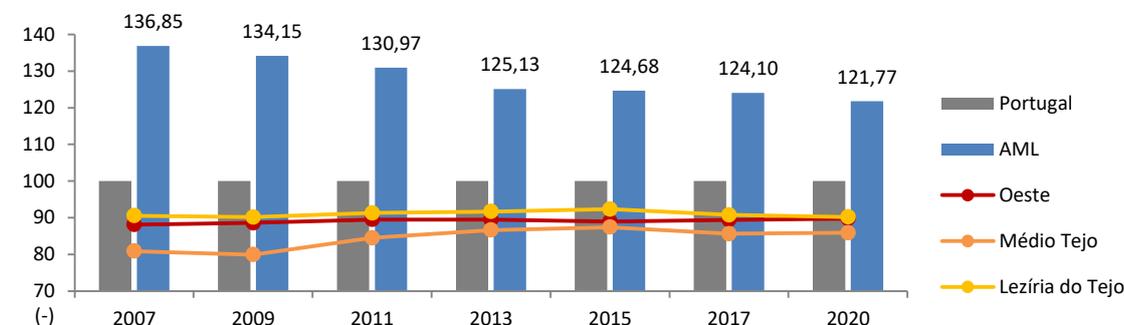


Gráfico 16 – Poder de Compra *per capita*

Fonte: Poder de compra *per capita* por Localização geográfica (NUTS - 2013); Bienal - INE, Estudo sobre o poder de compra concelhio
 Nota: "A partir do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2005, o período de referência do indicador passou a ser coincidente com o momento de referência associado às variáveis de base"; (Maio 2020/2021 sem atualização INE);

Qualificações e Emprego



Em 2020, o maior crescimento da população ativa regista-se nos dois níveis de escolaridade mais elevados (ensino secundário e pós secundário, e ensino superior), havendo uma progressão de mais de 14,1% relativamente a 2011, na AML. Nos três ciclos básicos a tendência é oposta mantendo-se a redução no 1º ciclo para metade de 2020 face a 2011, sendo o 3º ciclo, o mais estável do ensino básico, provocado pelo decréscimo de nascimentos ao longo dos anos. Há um incremento do ensino superior em 2020 e uma redução do nível de pessoas sem escolaridade. A AML regista cerca de 71,8% de população ativa com níveis de escolaridade acima do 3º ciclo do ensino básico enquanto em 2011 registava cerca de 50%. O nível de escolaridade nula, aproxima-se do zero na AML. Nesta trajetória de melhoria, a AML acompanhou o país embora encontrando-se num patamar significativamente superior (Gráfico 17).

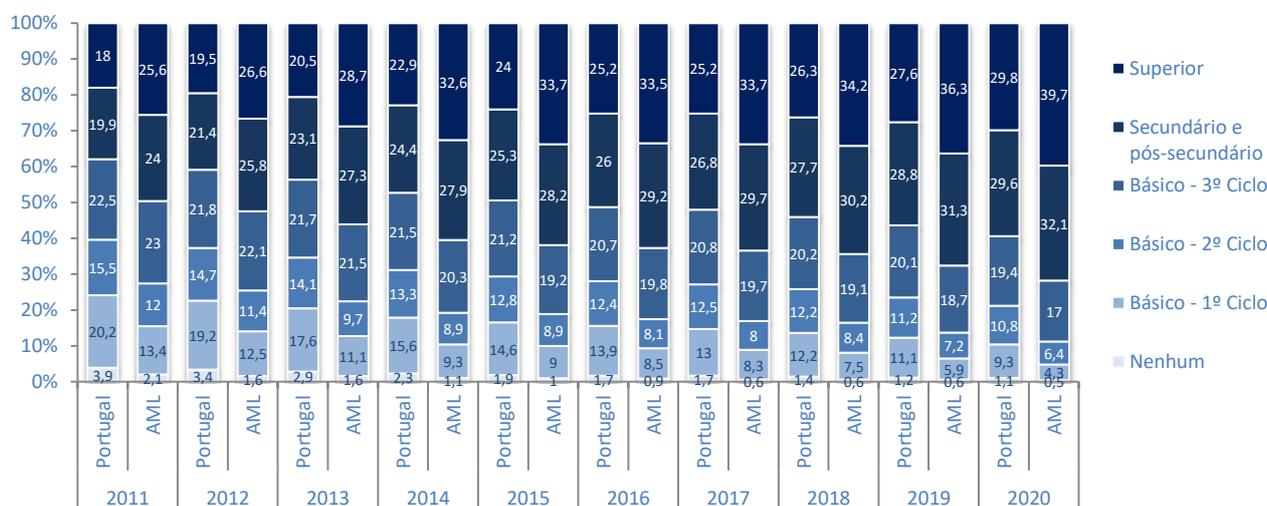


Gráfico 17 – Proporção da População Ativa por Nível de Escolaridade mais Elevado Completo

Fonte: Proporção da população ativa (Série 2011 - %) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Nível de escolaridade mais elevado completo; Anual - INE, Inquérito ao emprego; (Junho 2021);

No período em análise 2011 2020, a evolução da taxa de emprego na AML acompanha a evolução do país, sendo marcada, a partir de 2015, por um acréscimo no posicionamento face à média europeia. A partir de 2014 inicia-se uma recuperação do crescimento da taxa de emprego nacional e metropolitana. Entre 2017 e 2020, Portugal e a AML apresentavam taxas de emprego superiores à média europeia (Gráfico 18).

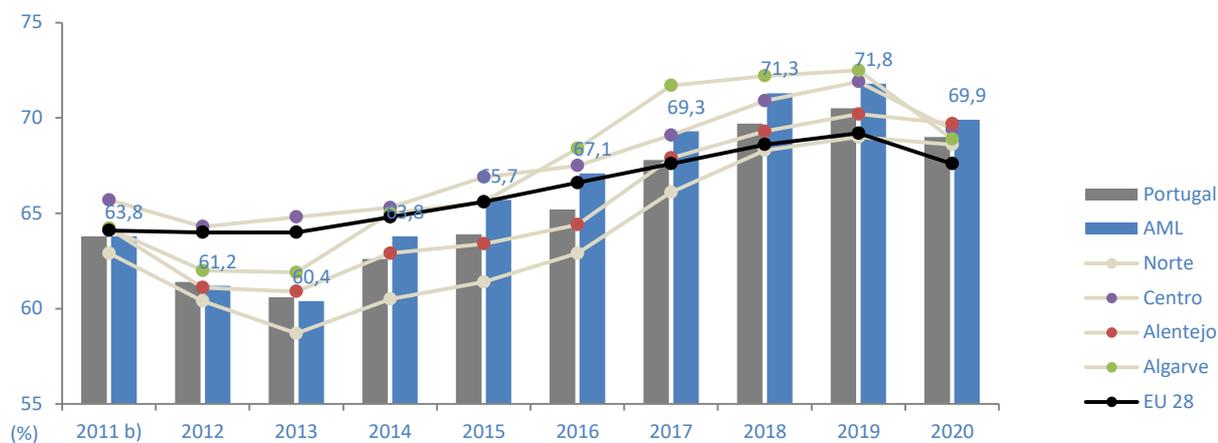


Gráfico 18 – Taxa de Emprego AML, PT, UE28 (15 aos 64)

Fonte: Eurostat – Employment rates by sex, age and NUTS 2 regions (%) [lfst_r_lfe2emprt] (2020 EU27)- Taxa de Emprego por sexo, idade e região - NUTS 2 regions (%) (15 ou mais anos); Nota b) Quebra de séries temporais(1) Valores calibrados tendo por referência as estimativas da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011. (agosto 2021);

Relacionando emprego e nível de escolaridade, a taxa de emprego por nível de escolaridade na AML apresenta uma descida nos três ciclos do ensino básico, acompanhando a descida da taxa de emprego e da proporção da população ativa. Apresenta ainda uma ligeira subida do emprego nos níveis de escolaridade mais elevada. Ao nível do ensino superior registou-se uma recuperação a partir de 2014 até 2019, com queda ligeira em 2020, provocada pela pandemia. Na comparação nacional, a AML continua a apresentar um perfil de população empregada mais qualificada. As maiores taxas de empregabilidade na região continuam a ser da população com ensino secundário, pós secundário e superior, enquanto com níveis de escolaridade mais baixos, apresentam taxas de emprego inferiores aos valores nacionais (Gráfico 19).

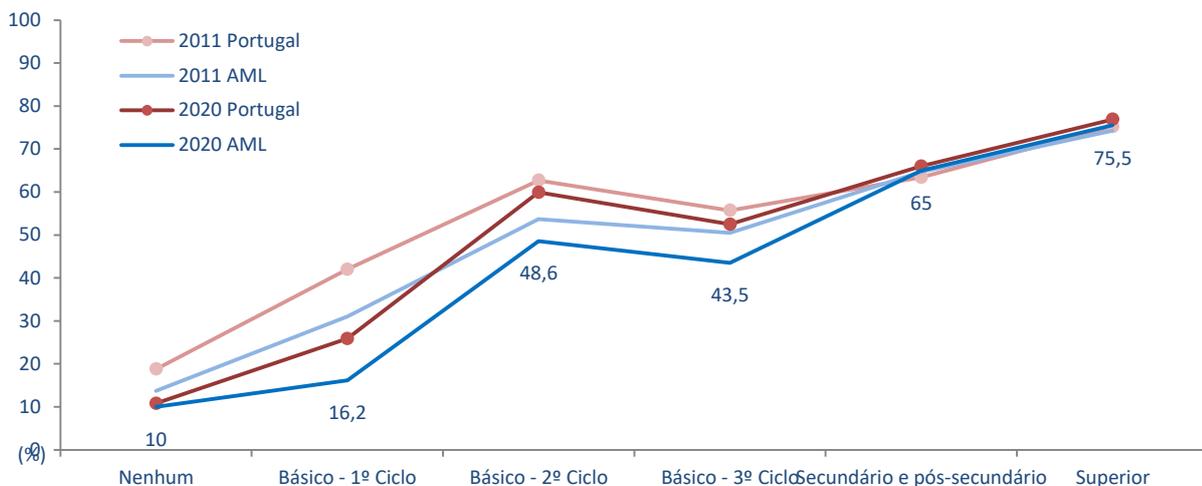


Gráfico 19 – Taxa de Emprego por Nível de Escolaridade mais Elevado Completo

Fonte: Taxa de emprego (Série 2011 - %) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado completo; Anual - INE, Inquérito ao emprego; (agosto 2021);

A recuperação do emprego colocou a taxa de desemprego, novamente, em valores pré-crise, fixando-se nos 6,5% em 2019, prevendo-se uma subida do desemprego em 2020 e uma recuperação apenas a partir de 2021.

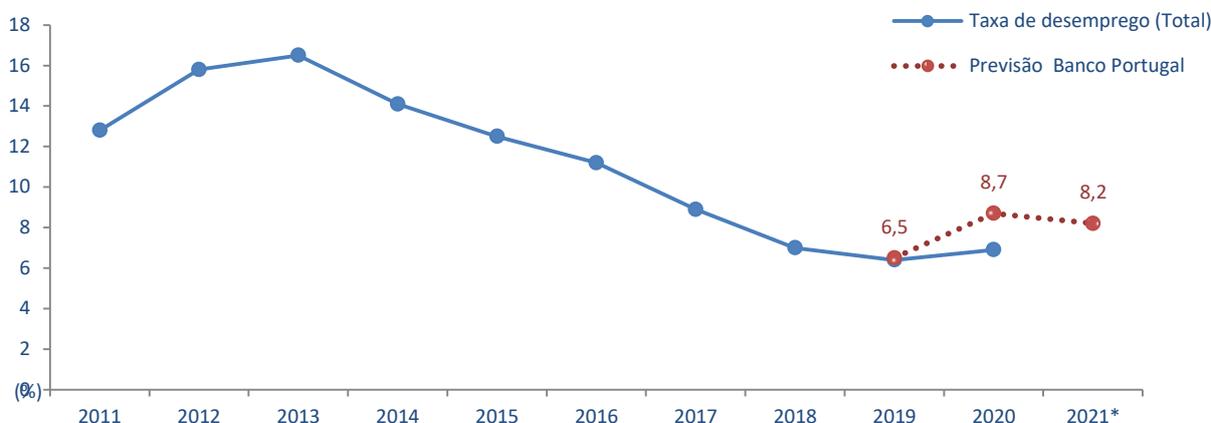


Gráfico 20 – Taxa de desemprego Portugal % População ativa 2011-2021

Fonte: Taxa de desemprego Portugal (Série 2011 - %) da população ativa com idade entre 20 e 64 anos por Sexo e Grupo etário; Anual - INE, Inquérito ao emprego (Junho 2021) e Dados do Banco de Portugal in *Conjuntura Macroeconómica Portuguesa - Nov.2020 - pág.15- <https://www.ordemeconomistas.pt/file/file/C...PDF-01/11/2020> — . Ordem dos Economistas (previsões 2019 a 2021).*

A taxa de desemprego entre a população ativa (Gráfico 21), reduziu progressivamente a partir de 2013 até 2019, tanto na AML como em Portugal, o que constitui um decréscimo do desemprego superior ao verificado a nível da média europeia. Na AML, o decréscimo da taxa de desemprego apresenta valores superiores à média nacional, aproximando-se desta a partir de 2015, passando de 18,6%, em 2013, para 7,2% em 2019, subindo novamente em 2020, pelas razões já descritas.

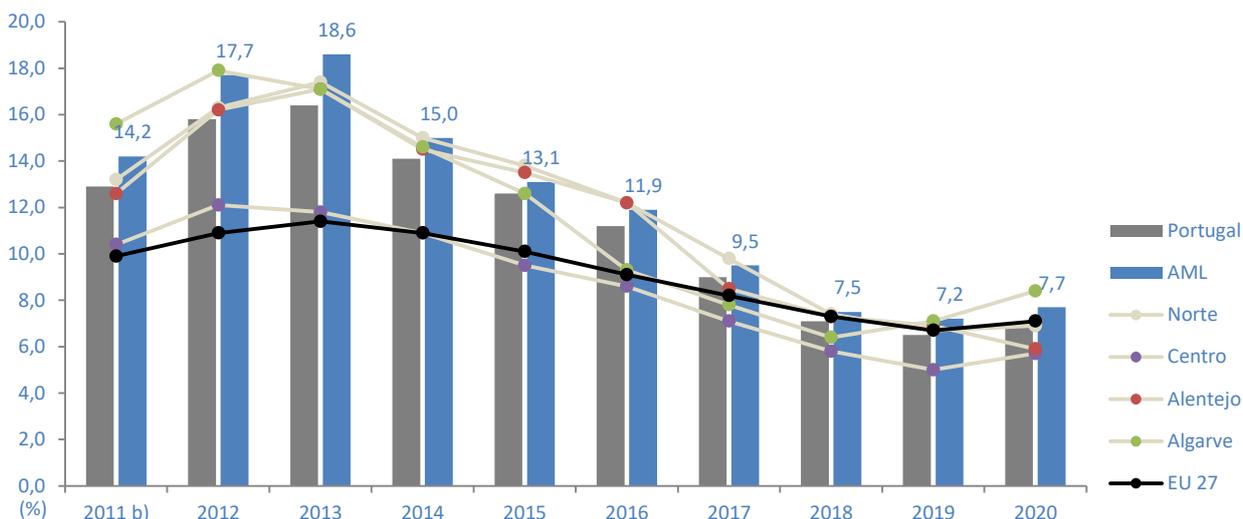


Gráfico 21 – Taxa de Desemprego (15 aos 74 anos)

Fonte: Eurostat - *Unemployment rates by sex, age and NUTS 2 regions (%) [lfst_r_lfu3rt]* Taxa de Desemprego por sexo, idade e Região - NUTS II (%) (15 a 74); Anual -Nota: b) Quebra de séries temporais- INE, Inquérito ao Emprego (agosto 2021)

O desemprego jovem, na comparação com a média europeia, tanto na AML como no total nacional, tem desde 2013 até 2018, uma redução e aproximação da média europeia, motivada pela recuperação de emprego jovem. Em 2019 e 2020 a AML distancia-se novamente da média europeia. Não obstante a tendência positiva de redução de taxa de desemprego jovem, mantêm-se ainda com valores expressivos, sublinhando-se que, na AML, a taxa de desemprego neste grupo etário atingiu em 2013 os 45,3% e 23,7% em 2020 (Gráfico 22).

O grupo etário com menor taxa de desemprego é o de 45 anos ou mais. Entre 2011 e 2020, o ano de 2013, é aquele que apresenta a maior taxa de desemprego em quase todas as faixas etárias, com exceção da faixa dos 15 aos 24 anos, em que a maior taxa de desemprego já era visível em 2013. A partir desta data, as taxas foram registando descidas encontrando-se com valores inferiores aos registados em 2011. (Gráfico 23).

A taxa de desemprego de longa duração, no total do desemprego, tem o seu ponto mais crítico em 2013, ano a partir do qual se evidenciam tendências de atenuação, similar tanto a nível nacional, como da AML, como em aproximação à média europeia. Em 2020, verifica-se o valor mais baixo do desemprego de longa duração, na última década. De referir que o fenómeno de agravamento da duração do desemprego também está patente na evolução da média europeia, mais ténue a partir de 2014. Na AML, em 2020, os valores de 2,8 % são muito inferiores aos registados em 2013 no pico do desemprego. (Gráfico 24).

A taxa de desemprego da população ativa com ensino superior completo, tem vindo a reduzir-se desde 2013, com exceção do ano de 2016 em que há uma ligeira subida do desemprego na AML. Em 2020, a taxa de desempregados com o ensino superior completo sobe para 5,7 % na AML, estando a média nacional acima e ligeiramente agravada nos dois últimos anos (Gráfico 25).

Em linha com a evolução da taxa de desemprego encontra-se a proporção de inscritos no Instituto de Emprego e Formação profissional (IEFP), face à população ativa. Esta proporção acentua-se a partir de 2011 e atinge o seu máximo em 2013, decrescendo a partir daí até 2019 e subindo abruptamente em 2020 em resultado da pandemia. Ao nível das NUTS III, o Oeste é a região que apresenta o menor número de inscritos nos centros de emprego e formação profissional em 2019, ou seja 3% abaixo de 2011 (Gráfico 26).

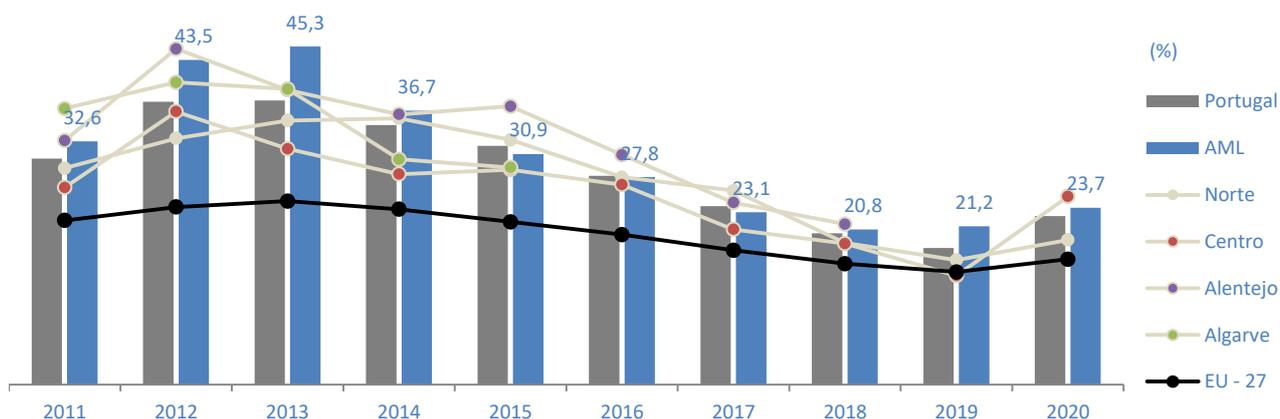


Gráfico 22 – Taxa de Desemprego Jovem (15 aos 24 anos)

Fonte: EUROSTAT – Youth unemployment rate by sex and NUTS 2 regions [yth_empl_110]) Taxa de desemprego jovem dos 15 aos 24 anos - Nota: Dados não disponíveis (Algarve 2016_2020; Alentejo 2018-2020); EU 27 (desde 2020) (agosto 2021);

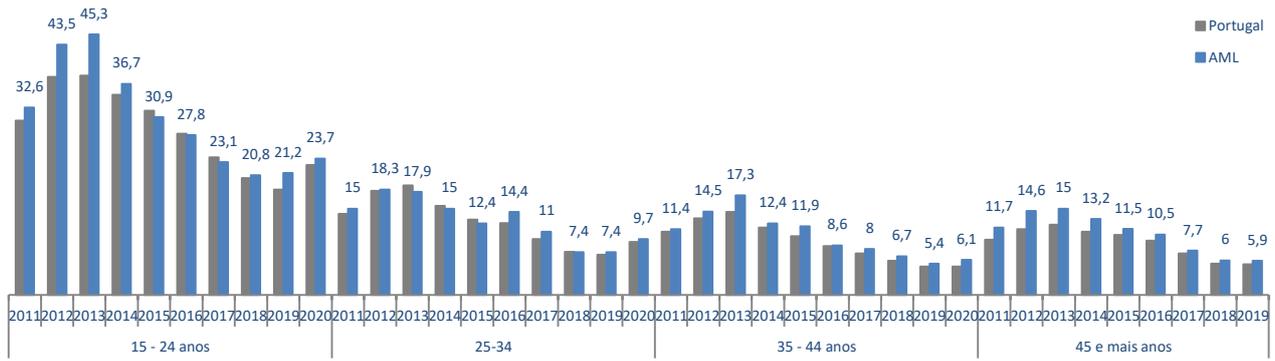


Gráfico 23 – Taxa de Desemprego por Grupo Etário PT e AML 2011-2020

Fonte: Taxa de desemprego (Série 2011 - %) por Local de residência (NUTS - 2013) e Grupo etário; Anual - INE, Inquérito ao emprego;

Nota: §: Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado; Valores calibrados tendo por referência as estimativas da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011; (agosto 2021);

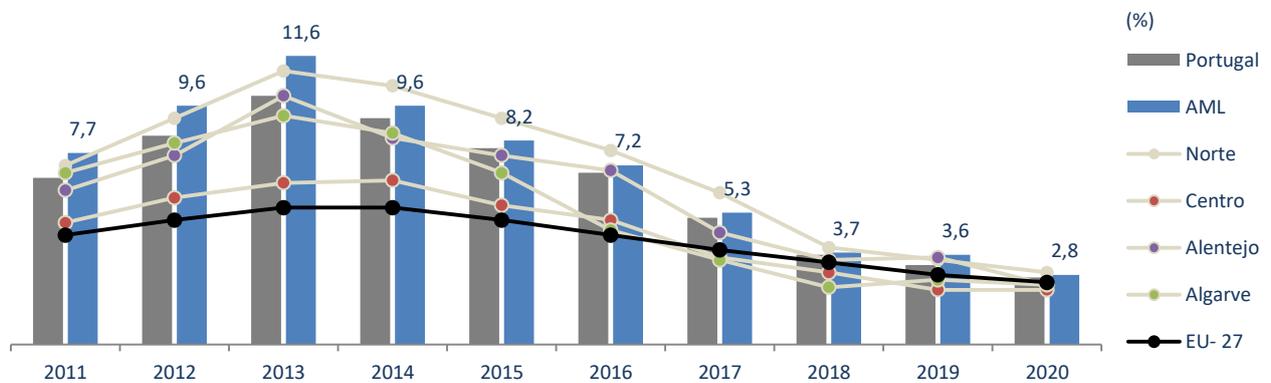


Gráfico 24 – Taxa de Desemprego de Longa Duração por Local de Residência e Sexo

Fonte: Eurostat Taxa de desemprego de longa duração na percentagem da população ativa (*Long-term unemployment (12 months and more) by NUTS 2 regions [lfst_r_lfu2ltu]- Percentage of active population*) e INE Taxa de desemprego de longa duração (Série 2011 - %) por Local residência (NUTS - 2013) e Sexo; Anual; - INE, Inquérito ao emprego; (agosto 2021);

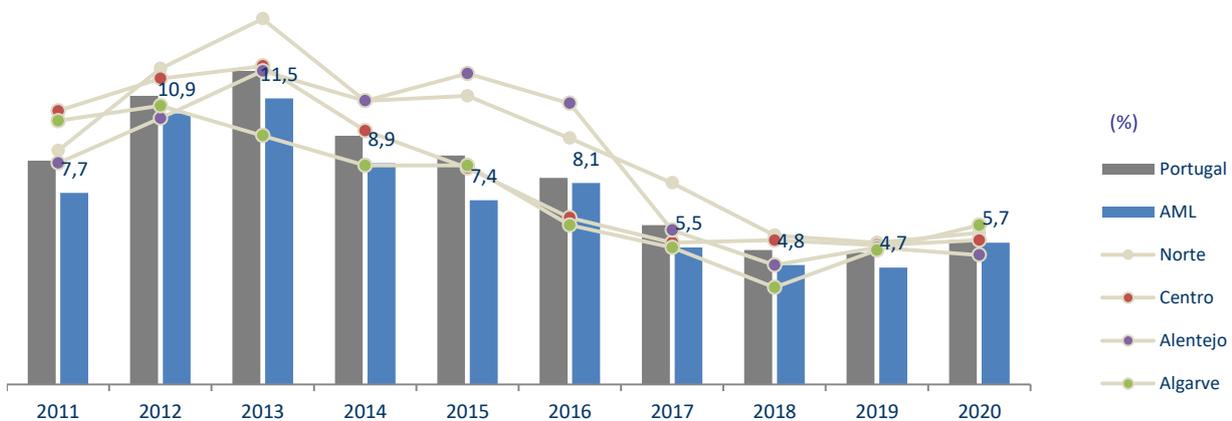


Gráfico 25 – Taxa de Desemprego da População Ativa com Ensino Superior Completo

Fonte: Taxa de desemprego (Série 2011 - %) da população ativa com ensino superior completo por Local de residência (NUTS - 2013) e Sexo; Anual - INE, Inquérito ao emprego; (agosto 2021);

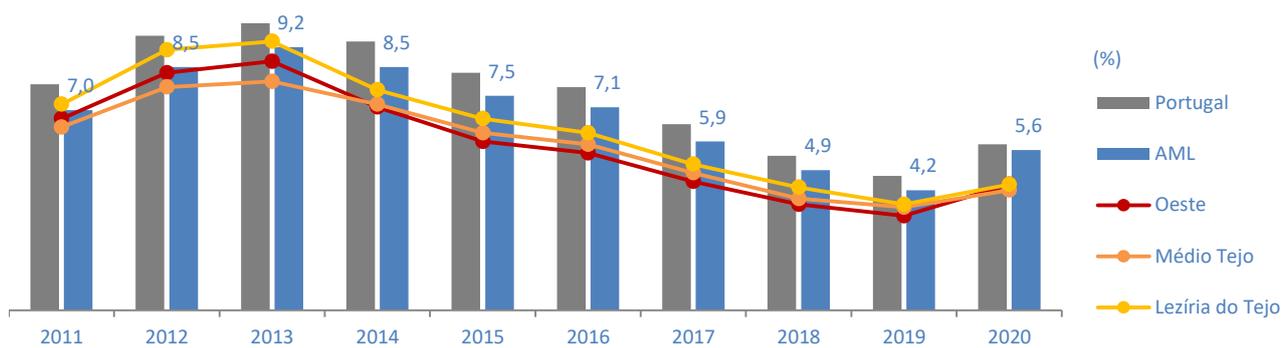


Gráfico 26 – Desempregados Inscritos no IEFP Face à População Ativa

Fonte: PORDATA; Fontes de Dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente; IEFP/MTSSS-METD- Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos (%); (agosto 2021);

Desempenho Económico Especialização e Competitividade



Para enquadrar a dinâmica regional no contexto da convergência da AML com as restantes regiões da UE, importa observar os últimos resultados do Índice Europeu de Competitividade Regional (ICR). Este índice tem medido os principais fatores de competitividade nos últimos dez anos para todas as regiões de nível NUTS II. O índice mede com mais de 70 indicadores comparáveis a capacidade de uma região de oferecer um ambiente atraente e sustentável para empresas e residentes viverem e trabalharem.

Fonte: CE / Eurostat (https://ec.europa.eu/regional_policy/en/information/maps/regional_competitiveness/)

A nível europeu, no que diz respeito ao Índice de Competitividade Regional, a AML está ligeiramente acima da média europeia, face às restantes regiões Nacionais. Considerando 100 pontos para a média da UE, a AML apresenta 101,16 pontos, ou seja, ligeiramente acima dos 100 que representam a média europeia (UE). Tal não acontece em todos os padrões sendo que a AML é, de acordo com o índice de Competitividade Regional, melhor que a média das regiões europeias na saúde, infraestruturas, educação básica, eficiência do mercado laboral, dimensão do mercado, sofisticação empresarial e inovação; mas está abaixo da média europeia em fatores como instituições, estabilidade macroeconómica (aqui o valor é igual para todas as regiões do país), educação superior e prontidão tecnológica (Análise 2019).

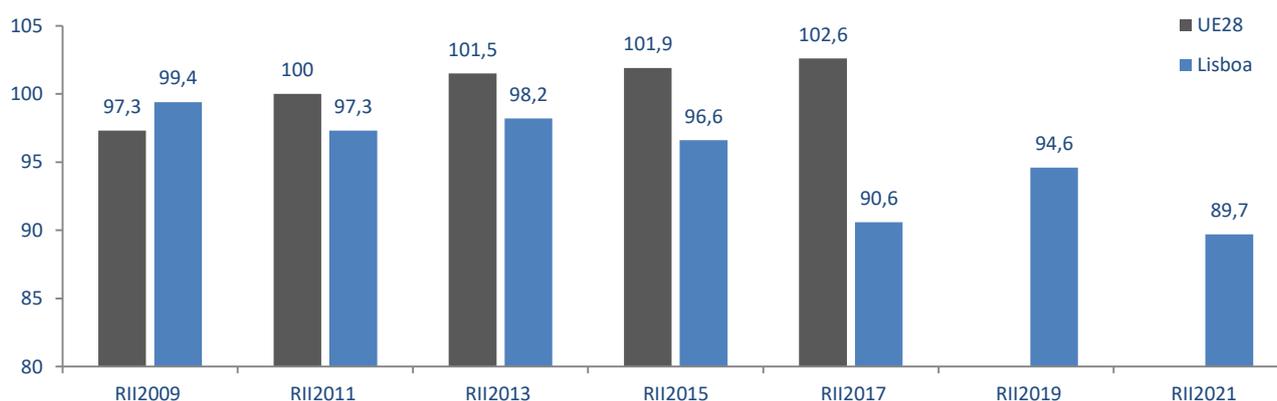


Figura 12 – Desempenho global da AML face à média da UE28 em 2009 - 2021

Fonte: Regional Innovation Scoreboard 2021– Database (Disponível em <http://ec.europa.eu/DocsRoom/documents/31644>)

A AML é a região que apresenta a maior produtividade do trabalho, no período analisado, sendo sempre superior à média nacional, com uma percentagem superior a 45,26% em 2019. No horizonte temporal em análise registaram-se crescimentos de produtividade na RLVT, mas sobretudo na média nacional. (Gráfico 27).

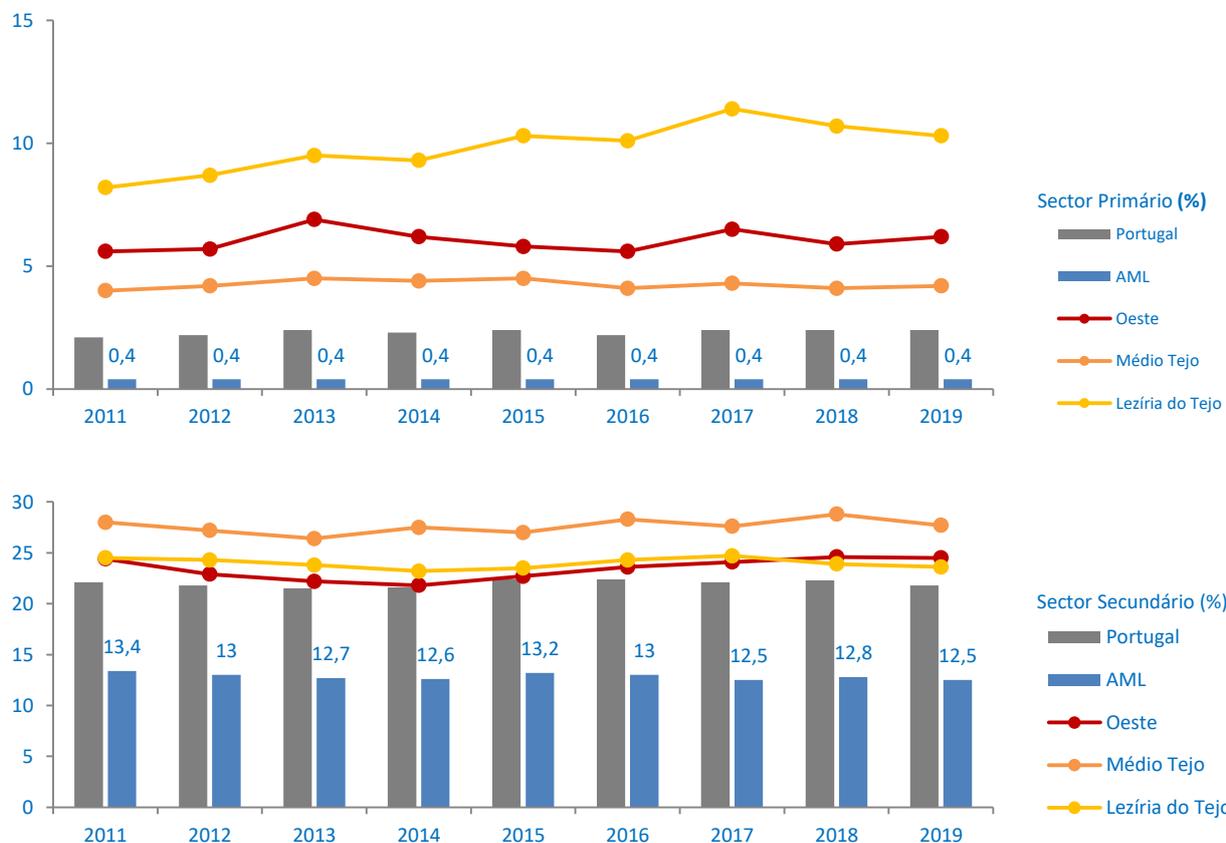


Gráfico 27 – Produtividade Aparente do Trabalho 2011-2019

Fonte: Produtividade aparente do trabalho (Base 2016 - €) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE, Contas económicas regionais

Nota: &: Dado provisório; (agosto 2021);

Analisando a evolução da estrutura da economia regional e nacional, comparando o primeiro e o último ano do período de referência (2011 e 2019), constata-se que na RLVT, se mantém o grau de terciarização da economia. No contexto da AML, registam-se padrões similares no sentido da terciarização, tendo esta última um peso muito menor no setor secundário (relativamente próximo de metade dos valores nacionais) e também uma presença menor do setor primário. No sector secundário destaca-se o Médio Tejo com cerca de 28% do VAB e no sector primário destaca-se a Lezíria do Tejo (10,3%) com a maior percentagem em oposição à AML com uma percentagem quase nula que não ultrapassa os 0,4%. (Gráfico 28)



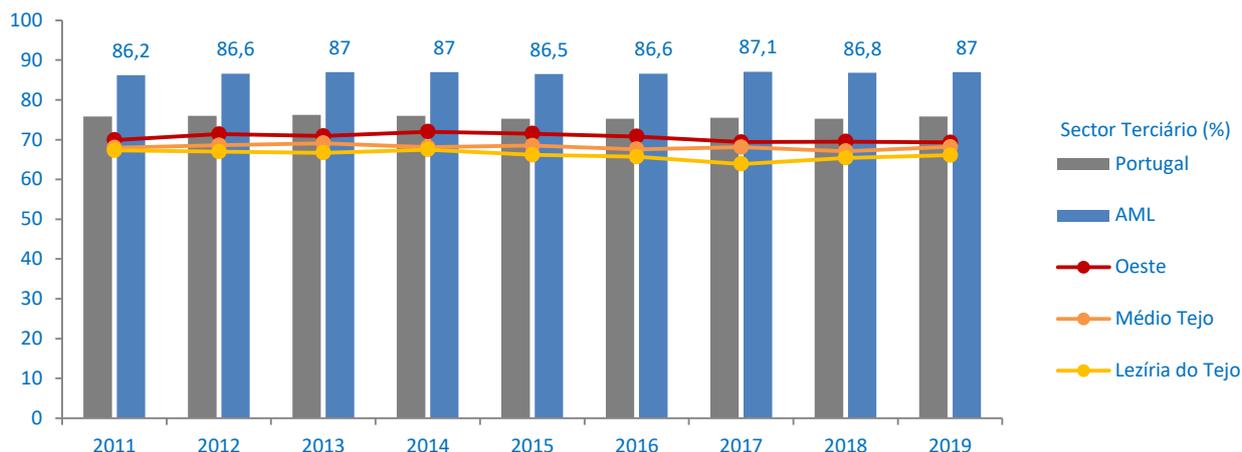


Gráfico 28 – Valor Acrescentado Bruto por Sector de Atividade 2011-2019

Fonte: Proporção do valor acrescentado bruto (Base 2016 - %) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Ramo de atividade (A3); Anual - INE, Contas económicas regionais; Primário - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; secundário - Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; construção; Terciário – Serviços, Anual; INE, Contas Económicas Regionais; Nota: &: Dado provisório; (agosto 2021);

Lisboa tem uma posição geoestratégica de excelência e fortes relações económicas e empresariais com os sete países de língua oficial portuguesa o que a torna numa localização ideal para as empresas que pretendem exportar ou investir nesses mercados. O peso do comércio internacional tem vindo a acentuar-se na região, que se apresenta como origem de 30% das exportações do país e destino de metade das importações do país. Em termos evolutivos assumem particular relevo as exportações, que apresentaram um crescimento de mais de 90% nos últimos 10 anos. (in Lisboa, a Economia em números, 2020)

A análise da evolução do peso das exportações da AML no total nacional evidencia um crescimento entre 2011 e 2013 um decréscimo de entre 2014 e 2016, com uma retoma registada em 2017 e 2020, atingindo o valor mais elevado em 2019 (31%), contribuindo com cerca de 30% em 2020, para as exportações nacionais. As restantes NUTS III da RLVT pautam-se por um baixo peso nas exportações nacionais e na taxa de cobertura das importações pelas exportações (Gráfico 29 e 30).

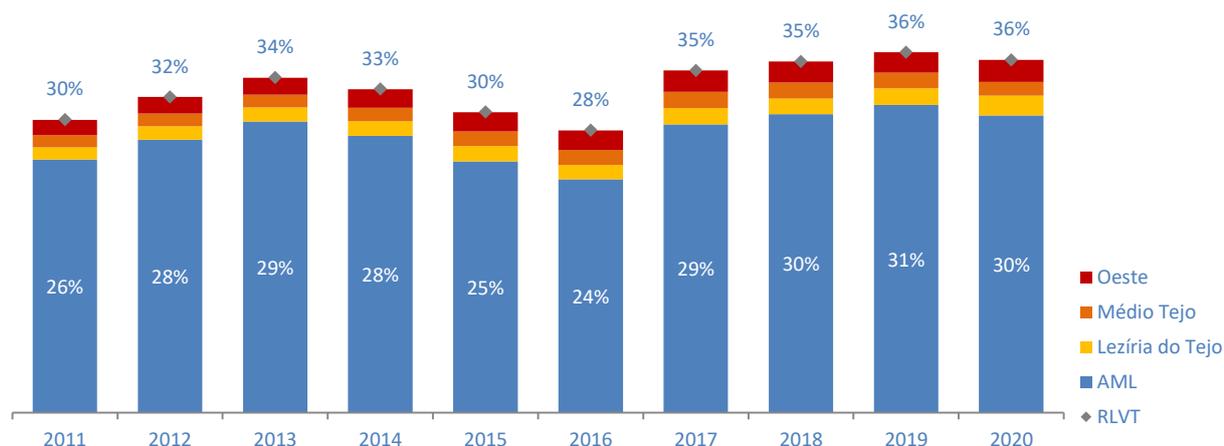


Gráfico 29 – Peso da Exportação de Bens no Total Nacional (Portugal =100) - 2011-2020

Fonte: Exportações (€) de bens por Localização geográfica (NUTS - 2013), Tipo de comércio e Tipo de bens (Nomenclatura combinada - NC2); Anual – (Total Nacional - Portugal =100)(%) ; INE, Estatísticas do Comércio Internacional de bens/ dados tratados pelo OADRIL
 Nota: (1) Dados definitivos de 2011 a 2019 e preliminares de 2020 (agosto 2021);

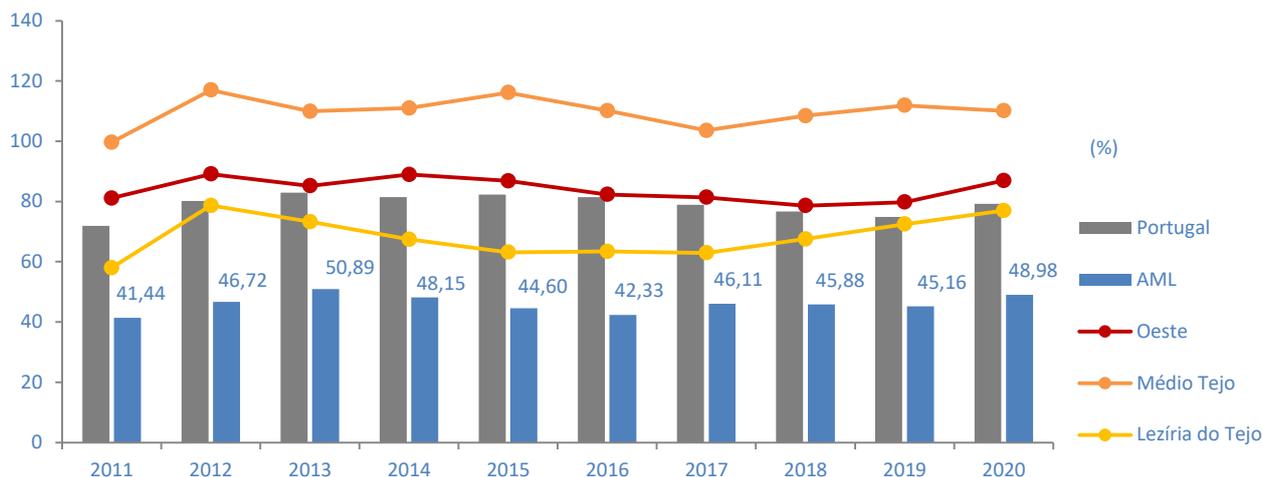


Gráfico 30 – Taxa de Cobertura das Importações pelas Exportações 2011-2020

Fonte: Taxa de cobertura das importações pelas exportações (%) por Localização geográfica (NUTS2013); Anual; INE, Estatísticas do Comércio Internacional de bens. Nota (1) Dados definitivos de 2011 a 2019 e preliminares de 2020. (2) Os dados relativos a 2015 foram alvo de uma atualização extraordinária a 08/09/2017, que resulta numa alteração dos valores das exportações (Intra-UE); (agosto 2021);

Na AML a percentagem de empresas sobreviventes dois anos após a sua criação apresenta taxas inferiores à média nacional em resultado de uma maior dinâmica de empreendedorismo e inerente mortalidade associada. De relevar, que, na AML, esta taxa de sobrevivência cresceu significativamente a partir de 2011, atingindo o seu pico em 2017, na AML e nas restantes NUTS. Em 2018 a única região que sobe é o Médio Tejo e todas as outras descem (Gráfico 31).

Relativamente à evolução da proporção de nascimentos de empresas nos setores de alta e média-alta tecnologia, regista-se, ao longo do período de referência, ligeira variabilidade na AML ao contrário das restantes NUTSIII. Não obstante é possível registar que os valores mais elevados de nascimentos desta tipologia de empresas foram obtidos em 2019, tanto na AML como a nível Nacional. (Gráfico 32). A proporção do valor acrescentado bruto (VAB) das indústrias de alta e média-alta tecnologia no VAB total, na AML, apresenta um ligeiro decréscimo em 2016, tornando a recuperar até 2019 apresentando um valor relativamente constante desde 2011, com desempenhos inferiores aos nacionais e às outras regiões da RLVT. É a Lezíria do Tejo, a região que apresenta o maior VAB face a todas as regiões e à média nacional. (Gráfico 33). Quanto às exportações de Bens de Alta Tecnologia, 2019 foi o ano de recuperação, logo seguido de 2020 com uma ligeira redução, muito devido aos fatores que resultam do período pandémico que o país atravessou, estando a AML acima da média nacional também nestes anos (Gráfico 34).



Gráfico 31 – Taxa de Sobrevivência das Empresas Nascidas 2 Anos Antes

Fonte: Taxa de sobrevivência (%) das Empresas nascidas 2 anos antes por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE, Demografia das empresas; Notas: *Dados retificados. (agosto 2021);



Gráfico 32 – Proporção de Nascimentos de Empresas em Sectores de Alta e Média-Alta Tecnologia

Fonte: Proporção dos nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia (CAE Rev. 3 - %) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual; INE, Demografia das Empresas; Nota: *: Dados retificados; (julho 2021);

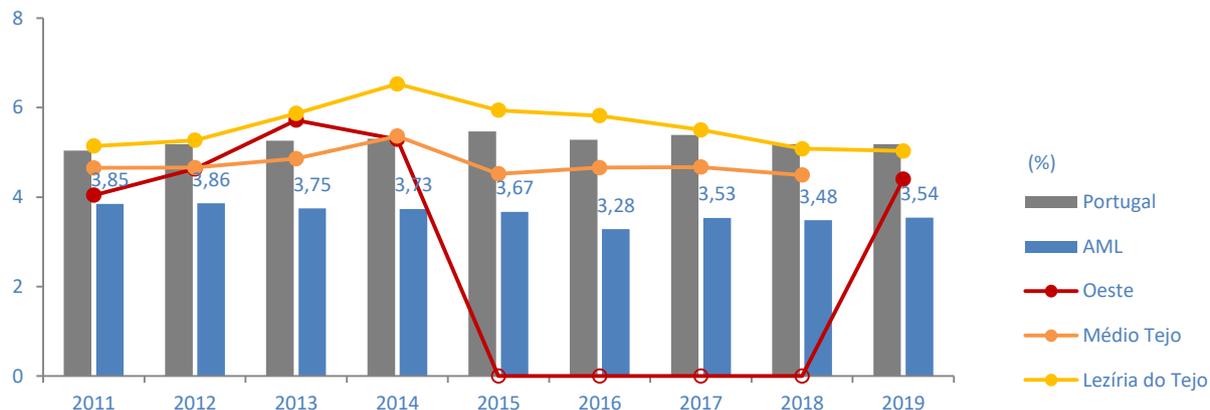


Gráfico 33 – Proporção do VAB das Indústrias de Alta e Média-Alta Tecnologia no VAB Total

Fonte: Proporção do valor acrescentado bruto das indústrias de alta e média-alta tecnologia no valor acrescentado bruto total (CAE Rev. 3 - %) por Localização geográfica (NUTS-2013); Anual - INE, Sistema de contas; Nota: *: ... Dado confidencial (Oeste 2015-2018/Médio Tejo 2019) (julho 2021);



Gráfico 34 – Proporção de Exportações de Bens de Alta Tecnologia

Fonte: Proporção de exportações de bens de alta tecnologia (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual; INE, Estatísticas do comércio internacional de bens; Nota: Dados definitivos de 2011 a 2019 e preliminares de 2020. (agosto 2021).

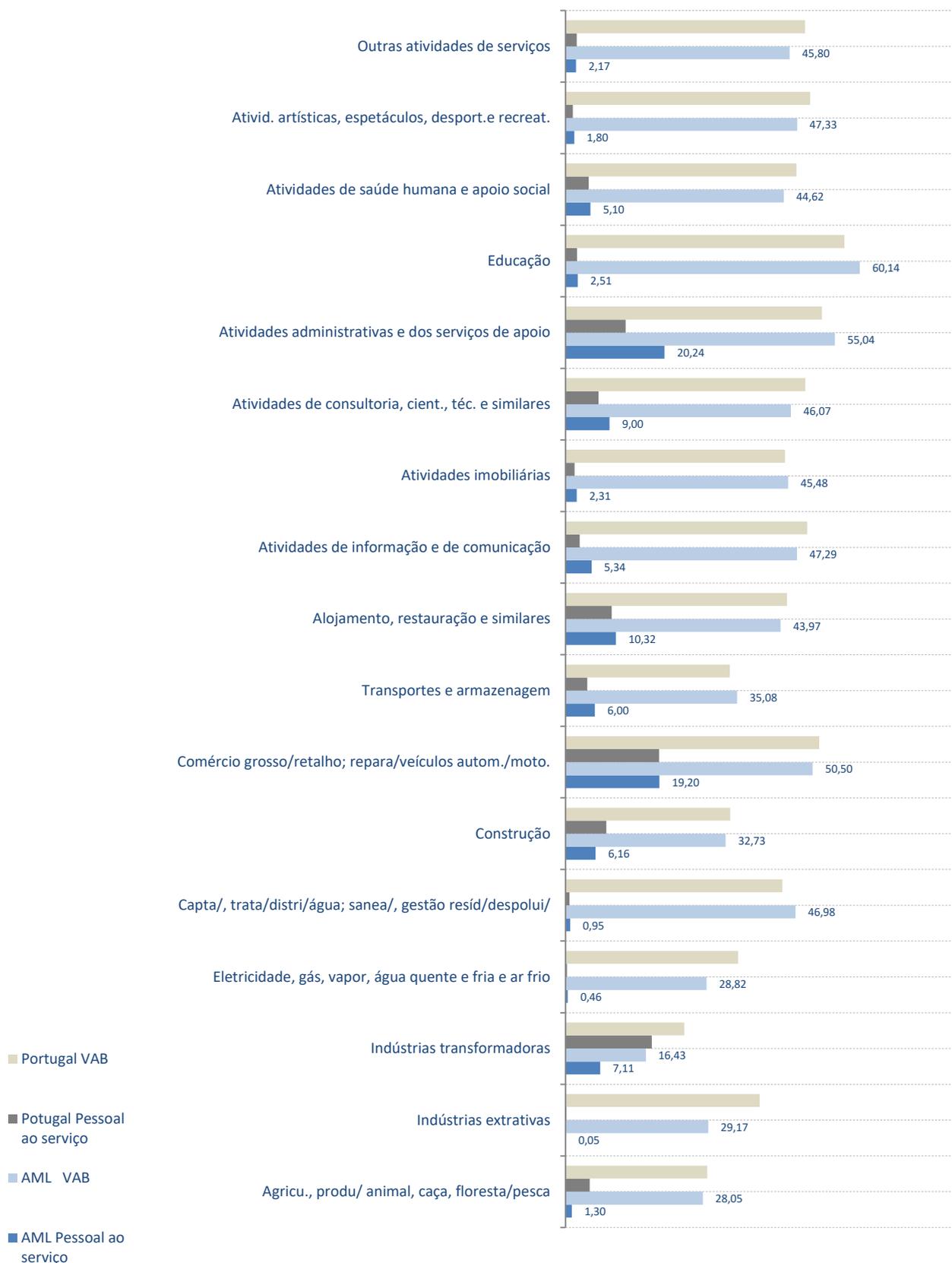


Gráfico 35 – Peso de cada Atividade na AML e Portugal em termos de VAB e de Pessoal ao Serviço - 2019

Fonte: INE, Sistema de Contas integradas das Empresas Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3); Anual e Taxa de valor acrescentado bruto (%) das empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev.3); Anual / dados tratados pelo OADRL (agosto 2021);



Gráfico 36 – Proporção de Pessoal ao Serviço nas Indústrias de Alta e Média-alta Tecnologia / Ind. Transformadoras

Fonte: Proporção de pessoal ao serviço nas indústrias de alta e média-alta tecnologia no total do pessoal ao serviço nas indústrias transformadoras (CAE Rev. 3 - %) por Localização geográfica (NUTS – 2013), Anual; INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas; Notas: *Dado retificado 2011 a 2014; ○ dado confidencial (Oeste 2015-2018); (agosto 2021);



Gráfico 37 – Proporção do VAB das Indústrias de Alta e Média-Alta Tecnologia no VAB das Ind. Transformadoras

Fonte: Proporção do valor acrescentado bruto das indústrias de alta e média-alta tecnologia no valor acrescentado bruto das indústrias transformadoras (CAE Rev. 3 - %) por Localização geográfica (NUTS – 2013), Anual; INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (CAE 3)

Nota: *Dado retificado; ○ dado confidencial (Oeste 2015-2018) (agosto 2021);

Em 2019 a AML continua a evidenciar, ao nível do VAB e do emprego, a sua especialização, no sector terciário, destacando-se as atividades de educação (com 60,14%) e nas atividades administrativas e serviços de apoio (próximo dos 55,4%), logo seguida do comércio de grosso 50,50%. Quanto ao pessoal ao serviço, as atividades de comércio e as administrativas, apresentam elevada expressão nas duas variáveis em análise (20%). (Gráfico 35).

Analisando em particular o peso da indústria de alta e média-alta tecnologia no universo da indústria transformadora, em termos de VAB e do pessoal ao serviço, a AML evidencia-se com uma posição privilegiada no contexto nacional uma vez que apresenta valores superiores nesta proporção, quer em termos de emprego, quer de VAB. Quanto ao VAB das Indústrias de Alta e Média-Alta Tecnologia diminuiu em 2015 e 2016, tornando a recuperar até 2019, com o seu valor mais elevado. Já a proporção de pessoal ao serviço tem uma subida constante ao longo de 8 anos consecutivos. A média nacional mantém-se estável ao longo do período em análise (Gráficos 36 a 37).

Analisando o peso dos serviços intensivos em conhecimento no universo dos serviços na AML, em termos de pessoal ao serviço e VAB, evidencia-se que a AML mantém, igualmente, uma posição privilegiada no contexto nacional apresentando valores superiores nesta proporção, quer em termos de emprego quer de VAB. Tanto na proporção de VAB como de pessoal ao serviço, as restantes NUTS III estão bastante abaixo (Gráficos 38 e 39).

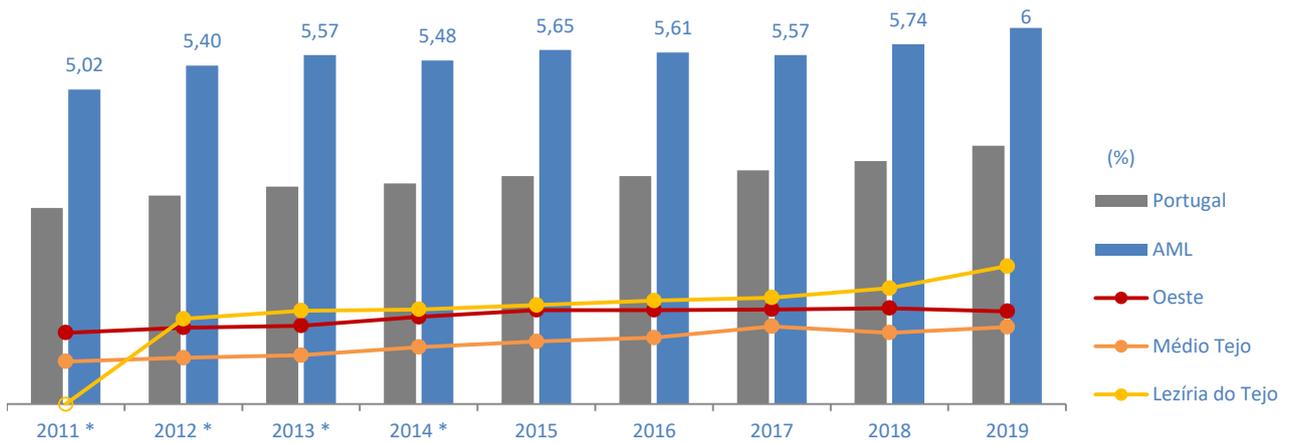


Gráfico 38 – Proporção de Pessoal ao Serviço em Serviços Intensivos em Conhecimento de Alta Tecnologia/Serv.

Fonte: Proporção de pessoal ao serviço em serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia no total do pessoal ao serviço em serviços (CAE Rev. 3 - %) por Localização geográfica (NUTS – 2013), Anual; INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE); Nota: *Dado retificado; ...:O Dado confidencial; (agosto 2021);



Gráfico 39 – Proporção do VAB dos Serviços Intensivos em Conhecimento de Alta Tecnologia no VAB dos Serviços

Fonte: Proporção do VAB dos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia no valor acrescentado bruto dos serviços (CAE Rev. 3 - %) por Localização geográfica (NUTS–2013), Anual; INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas; *: Dado retificado; O Dado confidencial; (agosto 2021);

Inovação e Desenvolvimento Tecnológico



Pandemia, provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 acelerou os processos de adesão à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, apesar do abrandamento económico. Em alguns setores, Portugal tornou-se mais competitivo pois as empresas passaram a estar sujeitas a variações de mercado e concorrência expressivas (saúde, digital, agroalimentar), dependendo a sua eficiência e capacidade para inovar para ultrapassar em contexto de crise.

As despesas em I&D tanto na AML como a nível nacional tem um crescimento a partir de 2015, data a partir da qual vai subindo até 2019. Apesar disso mantem-se abaixo da média europeia em todo o período em análise, mas acima da média nacional e das restantes NUTS III da RLVT. O Médio Tejo e a Lezíria do Tejo apresentam o mais baixo investimento em I&D, tendo subido ligeiramente no último ano em análise (Gráfico 40).

Analisando a evolução da repartição das despesas em I&D, entre 2014 e 2019, por setores de execução, e comparando a AML, Portugal e a UE verifica-se que, são significativamente inferiores à média europeia, no que concerne ao investimento em I&D realizado pelas empresas. Em contrapartida, os valores nacionais e os da AML, ganham alguma expressão no investimento realizado pelo Ensino Superior, sendo que a UE apresenta valores inferiores. No plano interno, a AML está sempre acima da média nacional quanto à repartição por setores de investimento, embora o setor Estado tenha um peso relativo mais significativo na AML, associado ao facto de esta ser uma região capital. Na comparação entre 2014 e 2019, quer na AML, quer em Portugal, evidencia-se uma trajetória de redução relativa do investimento por parte do Estado e de crescimento relativo por parte do Ensino Superior, sendo as empresas as que mais investem (gráfico 41).

A análise da proporção de investigadores da população ativa demonstra uma tendência crescente, ainda que ligeira a partir de 2014 até 2019, podendo considerar-se anos de recuperação de investigadores, após um período de 4 anos de descida consecutiva do número de investigadores (em % da população ativa). Na comparação face à média nacional e às restantes NUTS III, a AML assume um a expressão significativamente superior (Gráfico 42).

Entre 2012 e 2015 regista-se um acréscimo do número de patentes de invenções, quer na AML com uma ligeira subida, quer a nível nacional, em que há uma subida significativa de patentes. A partir de 2015, começa a decair o número de patentes, aproximando-se dos valores de 2011 no país e abaixo dos valores de 2011 na AML, tendo uma recuperação, em ambos os casos, em 2019 com perda em 2020. (Gráfico 43).

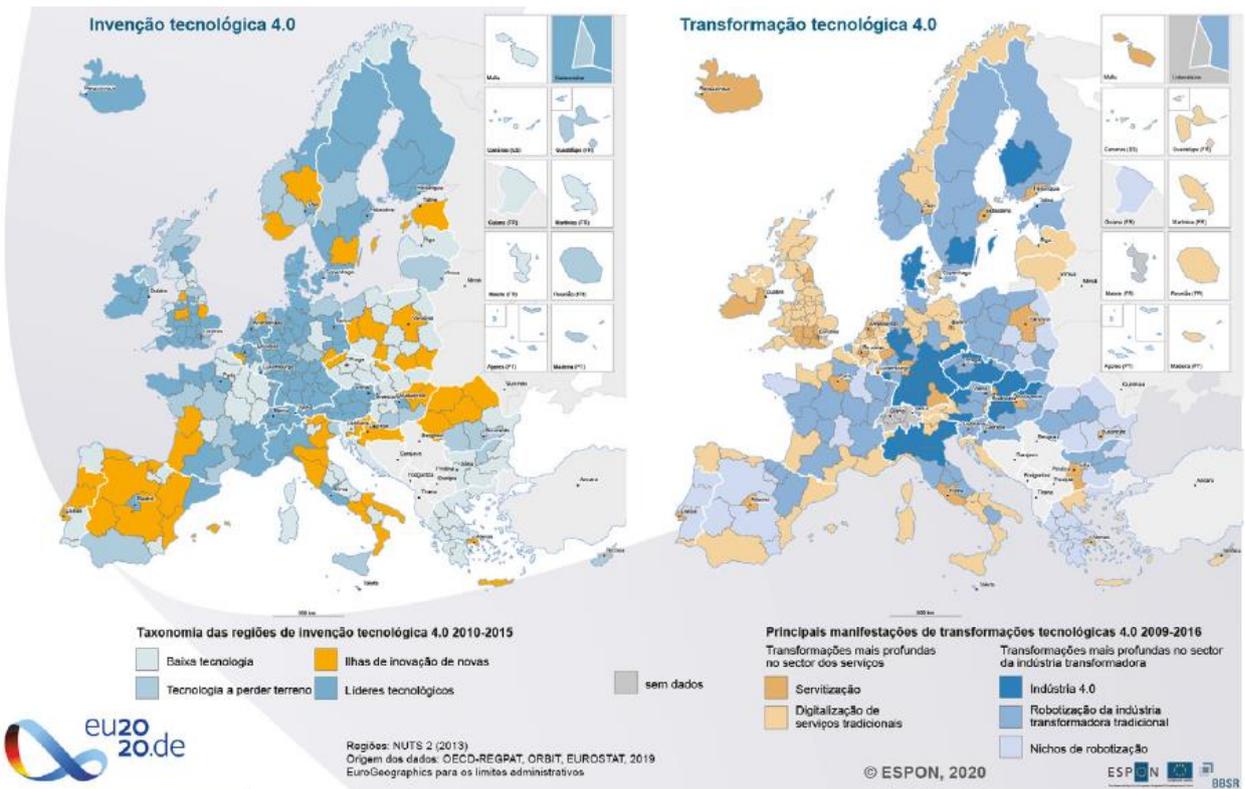


Figura 13 – Tendências de invenção e transformação Tecnológica

Fonte: Atlas da agenda territorial 20-30 (pág. 70).

Fonte de dados: Sistema de monitorização Territorial para a Europa; Origem de dados: EUROSTAT

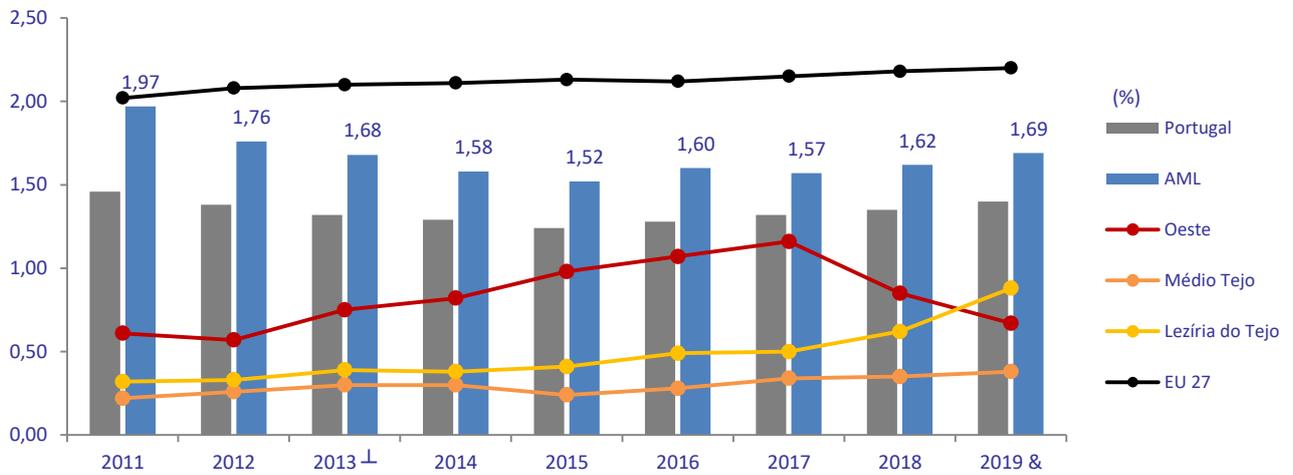


Gráfico 40 – Despesas em I&D em % do PIB 2011-2019

Fonte: Eurostat: Total R&D expenditure % of GDP (UE28 E Portugal) (Despesa total em P&D% do PIB (UE27 E Portugal)); Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (Base 2016 - %) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Sector de execução; Anual - DGEEC, Potencial científico e tecnológico nacional (sector institucional e sector empresas); Sinais convencionais:&: Dado provisório; †: Quebra de série/comparabilidade (agosto 2021);

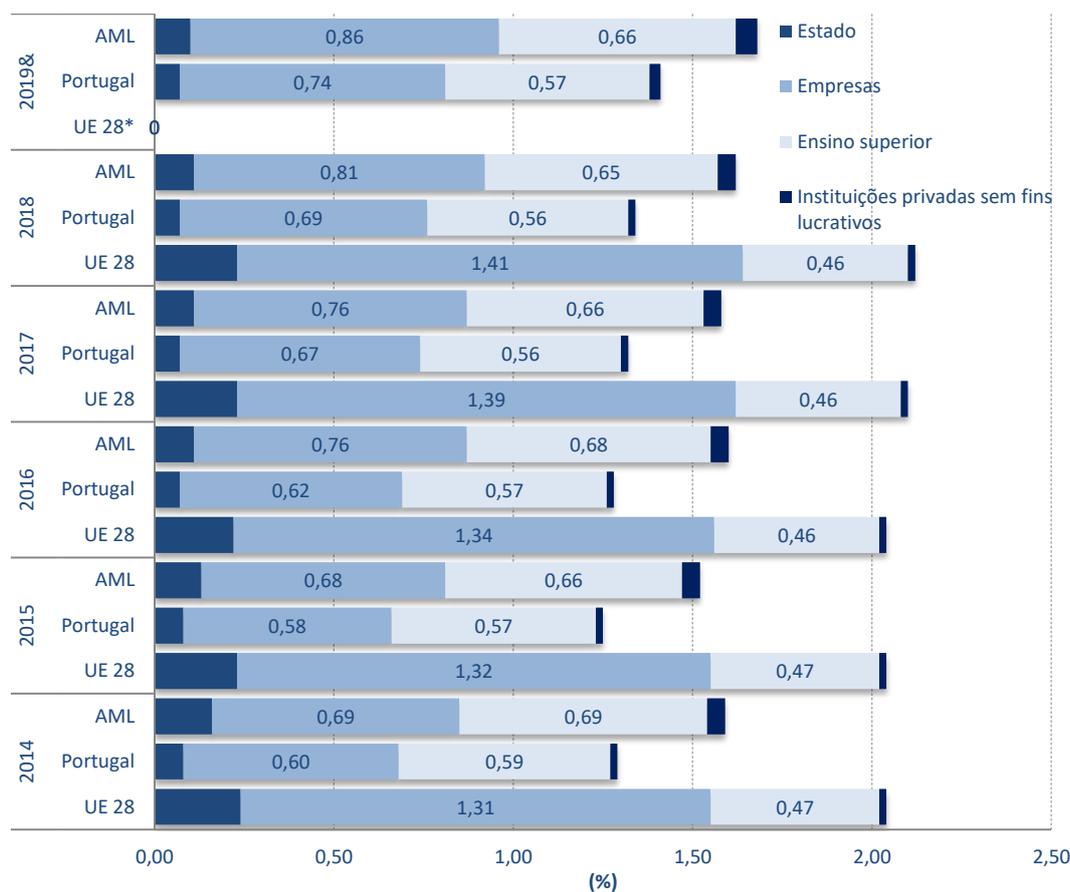


Gráfico 41 – Proporção da Despesa Total em I&D por Sector de Execução 2014-2019

Fontes: Eurostat: Total intramural R&D expenditure (GERD) by sectors of performance and NUTS 2 regions [rd_e_gerdreg] (Despesa intramural total em P&D (DRGE), por setores de atuação e regiões NUTS 2 [rd_e_gerdreg]) e INE -Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (Base 2016 - %) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Sector de execução; Anual - DGEEC, Potencial científico e tecnológico nacional (sector institucional e sector empresas); Sinais convencionais: &: Dado provisório; o: Dado inferior a metade do módulo da unidade utilizada (Oeste 2013-2016 e Lezíria do Tejo 2015-2017); *: Dados não disponíveis; (Agosto 2021);



Gráfico 42 – Proporção de Investigadores na População Ativa 2011-2019

Fonte: Proporção de investigadoras/es equivalente a tempo integral (ETI) (%) na população ativa por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - MCTES/GPEARI, Potencial científico e tecnológico nacional (sector institucional e sector empresas); (Agosto 2021);

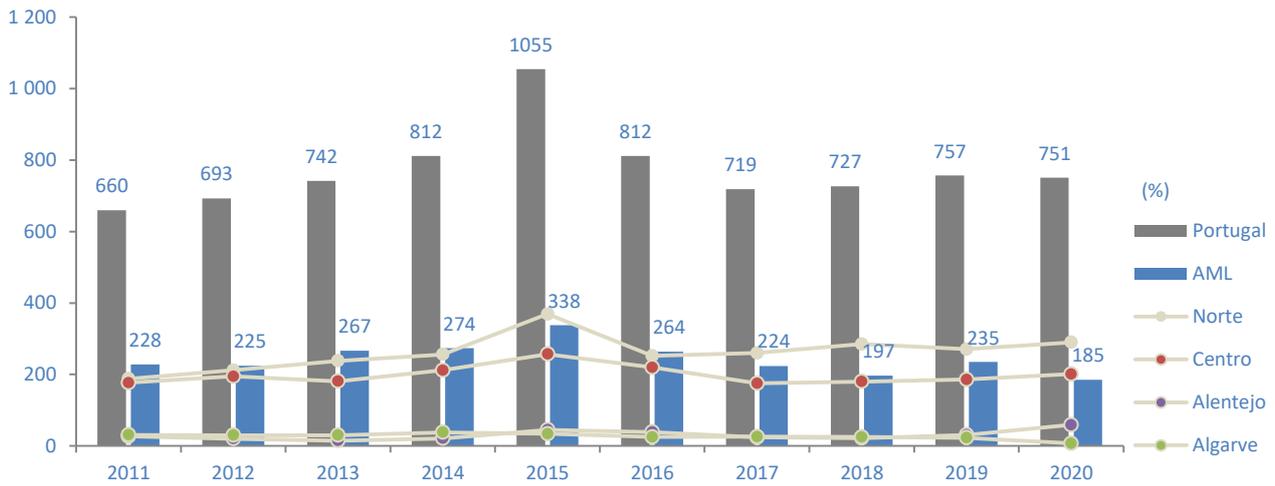


Gráfico 43 – Patentes EPO (por Milhão de Habitantes) 2011-2020

Fonte: Patentes de invenções registadas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de requerente; Anual - Instituto Nacional da Propriedade Industrial; (Agosto 2021);

Segundo o relatório “Regional Innovation Scoreboard 2019”, a AML (PT17), é a região mais inovadora de Portugal, tendo registado um IRI (Índice Regional de Inovação) de 94,6% da média da UE28 – (UE28=100) das regiões portuguesas classificadas como “Inovadoras Forte”. Três regiões são fortes - inovadores e quatro regiões são inovadores moderadas.(Figura 11)

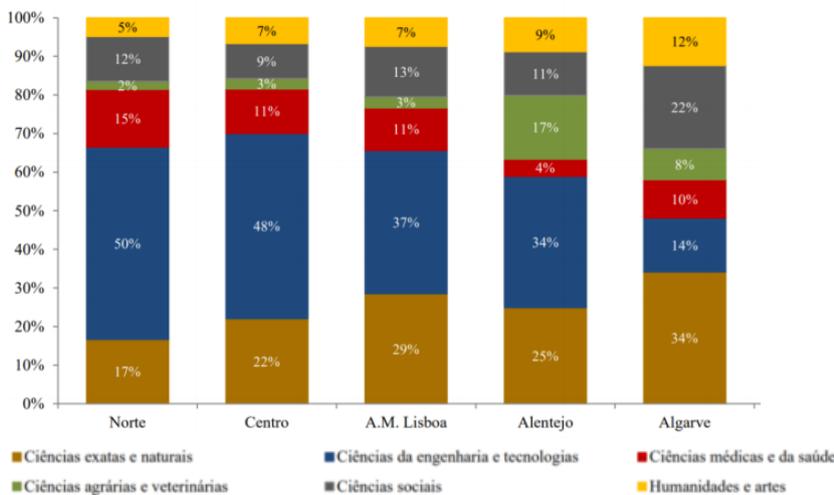


Figura 14 – Distribuição da despesa em I&D por NUTS II / por domínio científico, 2018

Fontes: DGEEC, IPCTN16; INE, Contas Económicas Regionais, retirado de DGEEC, DSECTSI e DECT, 2018b

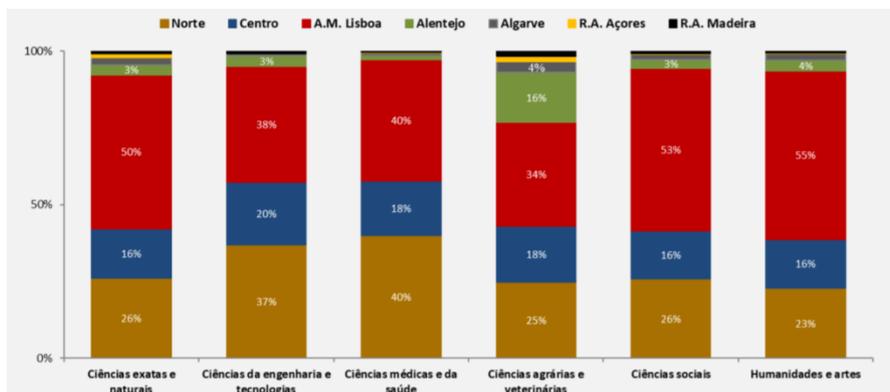
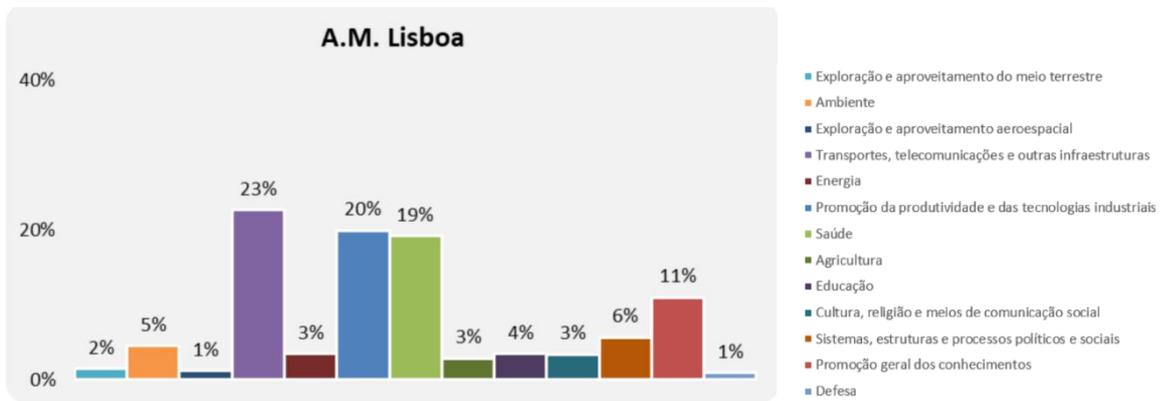


Figura 15 – Distribuição da despesa em I&D por domínio científico (ciências) / NUTS II, 2019

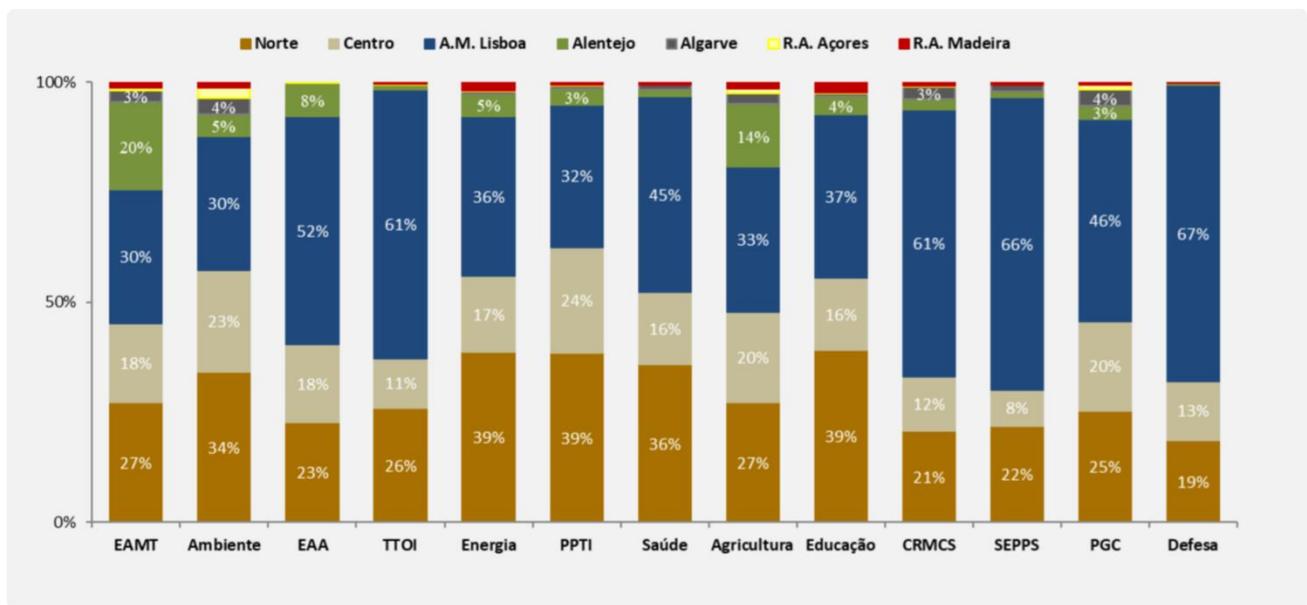
Fontes: DGEEC, IPCTN16; INE, Contas Económicas Regionais, retirado de DGEEC, DSECTSI e DECT, 2019



Pag11

Figura 16 – Distribuição da despesa em I&D na AML / % afetas a áreas de investigação, 2019

Fonte: Relatório “Investigação e desenvolvimento (I&D):principais indicadores por região (2019)”pág11; IPCTN19, DGEEC, DGEEC (Maio 2021)



Fonte: IPCTN19, DGEEC.

Legenda:

EAMT - Exploração e aproveitamento do meio terrestre
EAA - Exploração e aproveitamento aeroespacial
TTOI - Transportes, telecomunicações e outras infraestruturas
PPTI - Promoção da produtividade e das tecnologias industriais

CRMCS - Cultura, religião e meios de comunicação social
SEPPS - Sistemas, estruturas e processos políticos e sociais
PGC - Promoção geral dos conhecimentos

Figura 17 – Distribuição da despesa em I&D por domínio tecnológico / NUTS II, 2019

Fonte: Relatório “Investigação e desenvolvimento (I&D):principais indicadores por região (2019)”pág18; IPCTN19, DGEEC, DGEEC (Maio 2021)

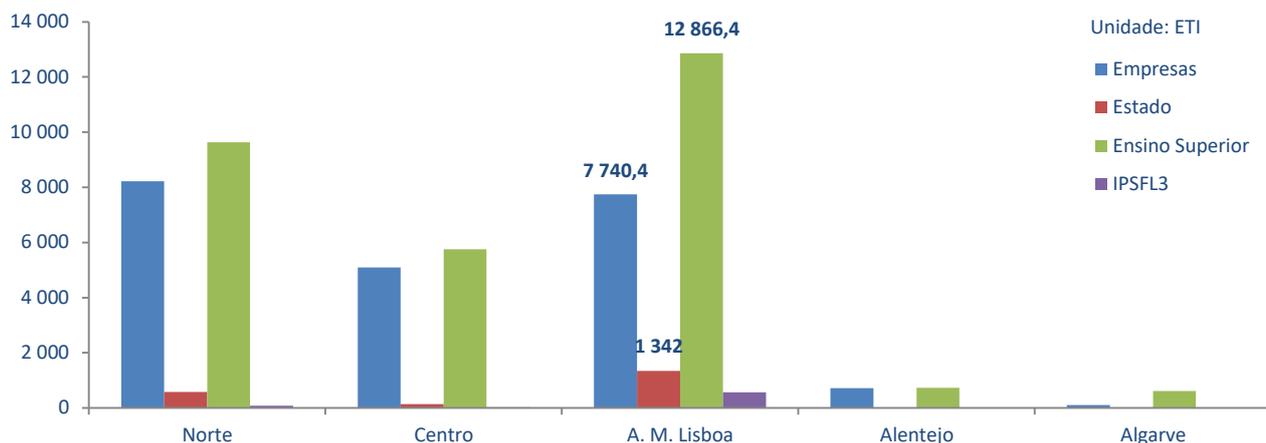


Gráfico 44 – Recursos humanos em I&D por localização geográfica - NUTS II (ETI)

Fonte : Recursos humanos em atividades de I&D, por localização geográfica (NUTS II)¹, setor de execução e sexo; Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 2017, DGEEC; 1 As regiões correspondem ao Nível II da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS 2013) do INE; 2 Os totais apresentados podem não corresponder à soma das parcelas por razões de arredondamento.; 3 Instituições Privadas sem Fins Lucrativos; Sinal convencional:- Resultado nulo (Algarve IPSFL).

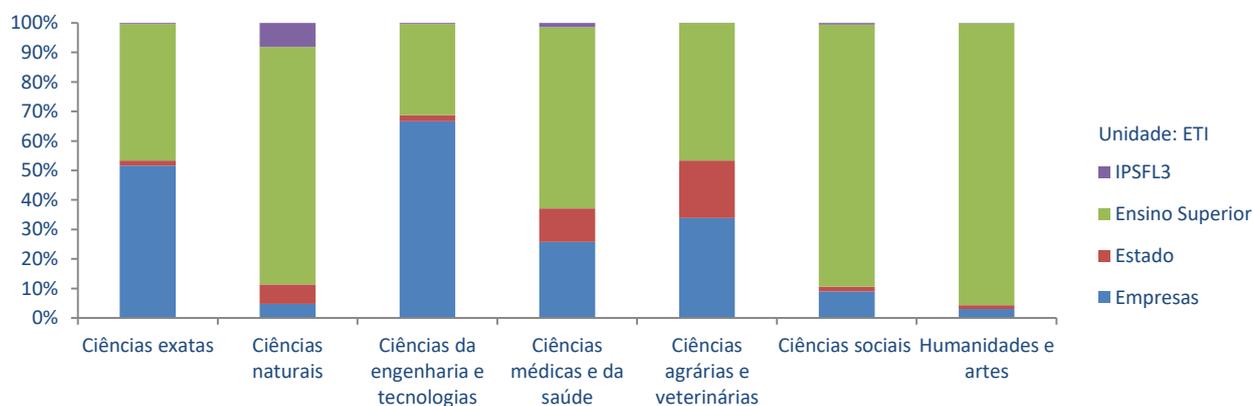


Gráfico 45 – Recursos humanos em atividades de I&D, por domínio de investigação e desenvolvimento(1),

Fonte: Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 2017, DGEEC; Notas:1 No setor empresas, os dados sobre os recursos humanos em I&D por domínio de investigação e desenvolvimento são estimados tendo por base da cálculo a distribuição percentual da despesa em I&D pelas áreas principais declaradas pelas empresas. Nos setores Estado, Ensino Superior e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (IPSFL), os dados por domínio de investigação e desenvolvimento para o pessoal em I&D com qualificações académicas de nível não superior são estimados tendo como base de cálculo a distribuição percentual das áreas principais declaradas pelo conjunto dos titulares de diploma do ensino superior em atividades de I&D por unidade. Para os investigadores consideram-se as áreas declaradas pelos próprios; 2 Os totais apresentados podem não corresponder à soma das parcelas por razões de arredondamento; 3 Instituições Privadas sem Fins Lucrativos



2

MONITORIZAÇÃO

02 MONITORIZAÇÃO

Considerando que estamos no final do período programático 2014 2020, no âmbito do PORL Lisboa 2020, foi promovida a avaliação do Programa Operacional Regional de Lisboa, que pretendeu aferir o impacto dos FEEI no quadro da região de Lisboa e apreciar o contributo das intervenções para os objetivos do PO e do Portugal 2020. Avaliaram-se igualmente o grau de cumprimento das metas previstas, com vista à introdução de eventuais ajustamentos para melhorar a eficácia e a eficiência, incluindo recomendações que contribuam para fundamentar futuras decisões de gestão, programáticas e de política para os objetivos de cada Eixo Prioritário; Identificou-se o contributo (verificado e expectável) do programa para a realização da nova estratégia da União Europeia para o período 2021 2027.

O processo de avaliação do POR Lisboa 2020 teve também como *objetivos específicos*: Identificar os progressos alcançados na realização dos objetivos do programa passíveis de identificar até 2021; Identificar se se encontram reunidas as condições para o cumprimento dos objetivos, em 2022, para a estratégia da União Europeia (UE); Identificar em que medida o programa contribuirá para a realização da estratégia da União Europeia (UE); Avaliar a eficiência das intervenções do programa face às realizações e aos resultados obtidos. Verificar a existência de alterações de contexto que justifiquem alterações no programa; Identificar as causas para eventuais desvios ao cumprimento dos objetivos do programa e possíveis constrangimentos ao alcance destes; Propor soluções para melhorar a eficácia, eficiência e impacto do Programa; Identificar e justificar as áreas que necessitam mais de uma avaliação posterior e ainda Identificar necessidades de informação para melhorar os processos avaliativos.

Impacto dos Fundos no contexto macro económico



O Plano Global de Avaliação do Portugal 2020 (PGA PT2020) e os Planos de Avaliação dos Programas Operacionais do Portugal 2020 estabelecem os princípios orientadores para as avaliações dos programas, prevendo-se a possibilidade de avaliações com vista a dar resposta a questões de natureza estratégica e a identificar impactos globais do Portugal 2020. A Avaliação do Impacto Macroeconómico do Portugal 2020, promovida pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (AD&C), insere-se neste conjunto de avaliações globais. A Avaliação do Impacto Macroeconómico do Portugal 2020 tem como objetivo a identificação e mensuração do impacto da implementação do Portugal 2020, respeitante ao período 2014-2020 e com execução/projeção no período 2015-2023, no que respeita aos principais agregados macroeconómicos e às suas dinâmicas de curto e de médio e longo prazo, assim como o seu reflexo ao nível das regiões do país.

Fonte: POLICY BRIEF Avaliação do Impacto Macroeconómico do Portugal 2020 Setembro 2021 ADC e Equipa de avaliação Faculdade de Economia da Universidade do Porto)

Segundo o estudo sobre a Avaliação do Impacto Macroeconómico do Portugal 2020, promovido pela ADC, os Fundos Europeus Estruturais de Investimento (FEEI) terão um impacto crescente sobre o nível do PIB, durante o seu período de intervenção, atingindo um máximo de cerca de 2,3% face a um cenário sem fundos europeus imediatamente após terminar a execução dos fundos comunitários, existe uma quebra no impacto sobre o PIB para 1,6% (considerando apenas o financiamento comunitário) e 1,9% (considerando a despesa pública total). Estima-se ainda assim que o impacto positivo se prolongue por 50 anos após o final da execução dos FEEI. Estes fundos pretendem reduzir as disparidades regionais, apostando no desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas. O impacto sobre o PIB nacional também apresenta diferentes resultados, consoante a alocação das respetivas dotações do PT2020. Apesar do impacto crescente ao nível do PIB, durante o período de intervenção dos FEEI, a verdade é que após terminar esse período inicia-se uma quebra em sentido lento decrescente, durante os 50 anos seguintes até cerca de 0,8%. (Figura 16).

Das 7 regiões que beneficiam dos fundos, destaca-se a região autónoma dos Açores que supera claramente a média nacional (com um máximo de ganho do seu PIB face ao respetivo *steady state* de 6,3%) e em contraciclo, a Área Metropolitana de Lisboa com apenas 1,8% e em sentido decrescente. As 4 regiões menos desenvolvidas (PIB *per capita* inferior a 75% da média da UE) também superam a média nacional: a RAA e o Alentejo apresentam um máximo de ganho do seu PIB face ao respetivo *steady state* de 6,3%, o Norte 4,8% e o Centro 4,5%. (Figura 17). Na figura 18 podemos analisar o impacto da despesa pública total executada/projetada até ao ano de 2073. A taxa de eficácia relativa é um indicador de convergência ou divergência regional: se o seu valor for maior ou menor do que um quando associado, respetivamente, a regiões menos e mais desenvolvidas, haverá convergência; se o valor for maior que um em regiões mais desenvolvidas e menor que um para regiões menos desenvolvidas, acentuar-se-ão as disparidades regionais (divergência regional). (Fonte: ADC-Avaliação do Impacto Macroeconómico do Portugal 2020 – Relatório final 31 de agosto de 2021)

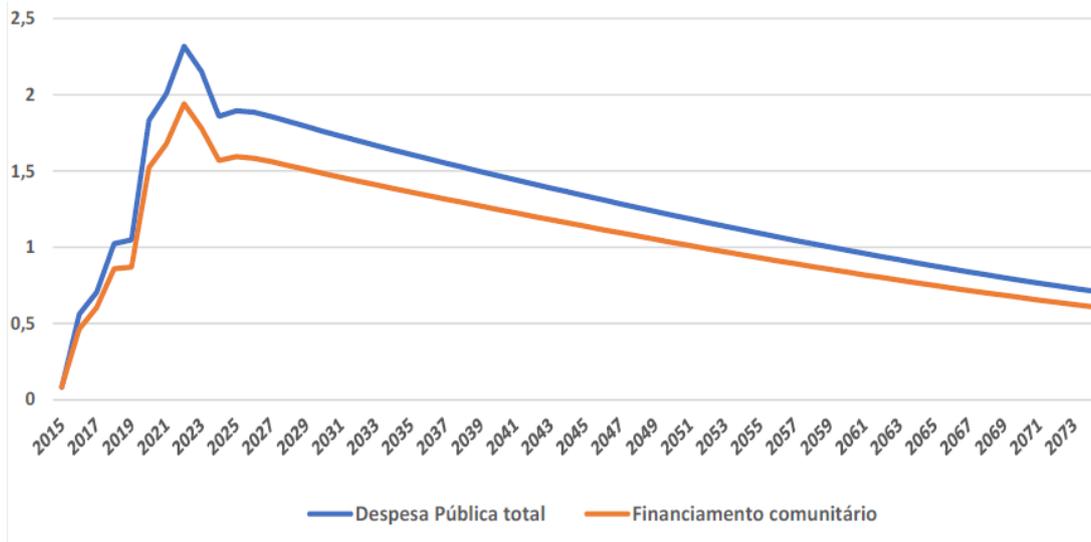


Figura 18 – Impacto dos FEEI no PIB, 2015-2073 (variação percentual face ao cenário sem FEEI)

Fonte: ADC-Avaliação do Impacto Macroeconómico do Portugal 2020 – Relatório final 31 de agosto de 2021

Nota: elaboração própria, a partir dos resultados de simulação do modelo QUEST III.

Fonte dos dados de base: informação disponibilizada pela AD&C (pág. 53)

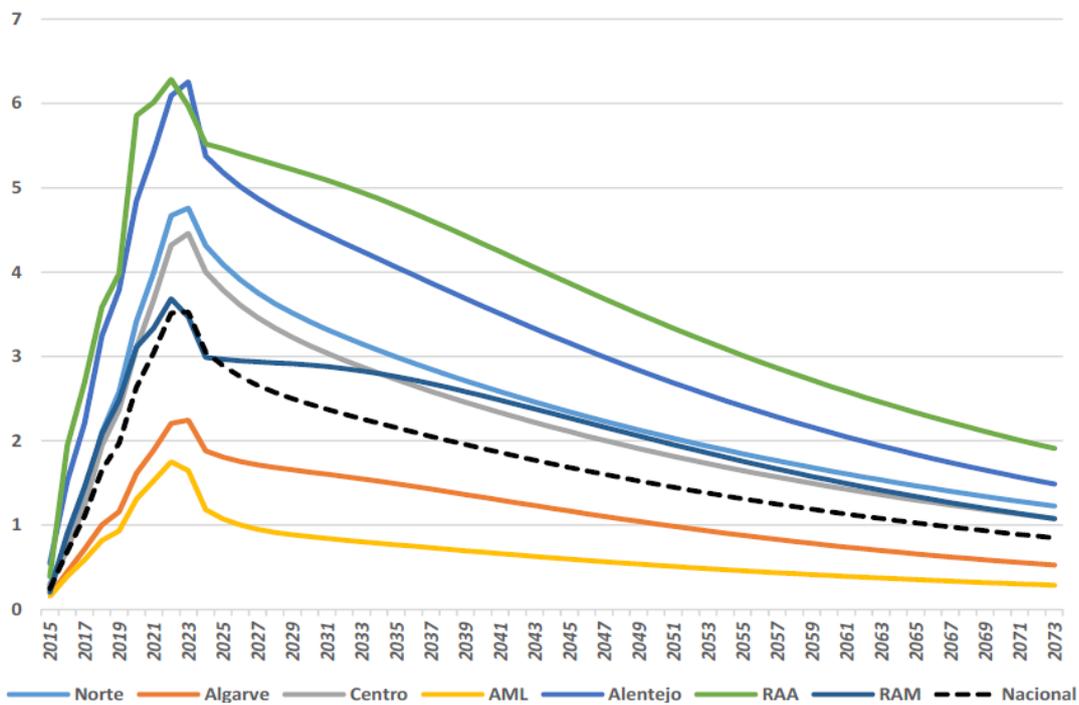


Figura 19 – Impacto dos FEEI no PIB, por região NUTS II, 2015-2073 (variação percentual face ao cenário sem FEEI)

Fonte: ADC-Avaliação do Impacto Macroeconómico do Portugal 2020 – Relatório final 31 de agosto de 2021

Notas: elaboração própria com base nos outputs do modelo RHOMOLO produzidos por JRC-Sevilha.

Fonte dos dados de base: informação disponibilizada pela AD&C.(pág. 82)

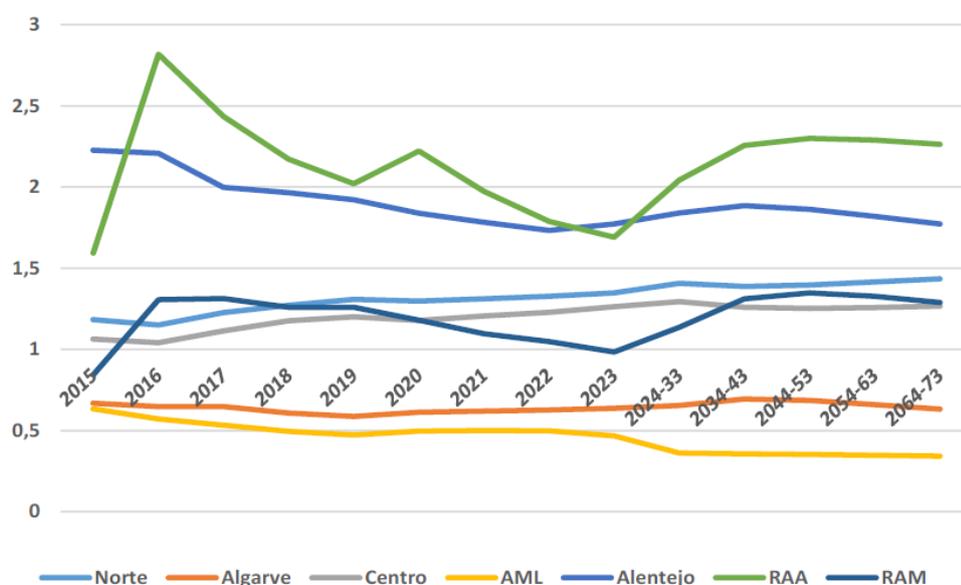


Figura 20 – Impacto da despesa pública total executada/projetada dos FEEI no PIB por região NUTS II, 2015-2073

(rácio entre variação percentual face ao steady state por região e variação percentual face ao steady state na média nacional)

Fonte: ADC-Avaliação do Impacto Macroeconómico do Portugal 2020 - Sumário executivo 31 de agosto de 2021. Notas: elaboração própria com base nos outputs RHOMOLO produzidos por JRC-Sevilha (página 87).

AML – Área Metropolitana de Lisboa; RAA – Região Autónoma dos Açores; RAM – Região Autónoma da Madeira.

Fonte dos dados de base: informação disponibilizada pela AD&C.

Os montantes de financiamento público no âmbito do PT2020 são de cerca de 30,6 mil milhões de euros sendo o valor da contrapartida comunitária de 26 mil milhões de euros a nível nacional (85,1%), sendo a maior percentagem alocada ao FEDER, seguido do FSE. (Figura 19). Já a distribuição a nível das 7 regiões contempladas com os fundos (público nacional e comunitário), demonstram que é a região Norte, seguida do Centro, que apresenta um maior volume dos dois tipos de financiamento referidos. A Área Metropolitana de Lisboa, por ser considerada uma região desenvolvida, recebe apenas 8,8% de financiamento nacional e 6,9% de financiamento comunitário, sendo a região do Algarve a que apresenta os valores mais baixos nos dois tipos de financiamento (Figura 20).

A comparticipação do financiamento nacional no âmbito do Portugal 2020 varia entre 12% a 19% da despesa pública, com exceção da Área Metropolitana de Lisboa (AML) (região mais desenvolvida) cuja importância relativa do financiamento nacional é de cerca de 33% da despesa pública total alocado à região. (Figura 21). É também a AML que apresenta a menor taxa de execução (à data de 31 de agosto) com apenas 36%, sendo as regiões autónomas aquelas que apresentam as maiores taxas de execução, ambas acima dos 50% (Figura 22).

Comparando os dois períodos programáticos QREN (2007-2013) e Portugal2020 (2014-2020), pode verificar-se que o montante da despesa pública dos dois programas comunitários é idêntico. Aproximando-se dos 30,6 mil milhões de euros, sendo a compartição nacional cerca de 3% inferior no PT 2020, correspondendo a 4,5 mil milhões de euros contra 5,5 mil milhões de comparticipação nacional no âmbito do QREN. (Figura 23)

No estudo referido, as conclusões finais sobre o Impacto macroeconómicos da intervenção dos FEEI, não são diretos, uma vez que os fatores exógenos podem influenciar substancialmente o impacto estando as variáveis económicas sujeitas à sua influência para além daqueles estritamente imputáveis aos FEEI, tratando-se apenas de estimativas. Por outro lado o exercício de avaliação descrito no relatório baseia-se na simulação de modelos analíticos macroeconómicos, sendo naturalmente influenciado pela estrutura dos mesmos. Acresce o fato de se tratarem de estimativas, uma vez que o período programático ainda se encontra em execução.

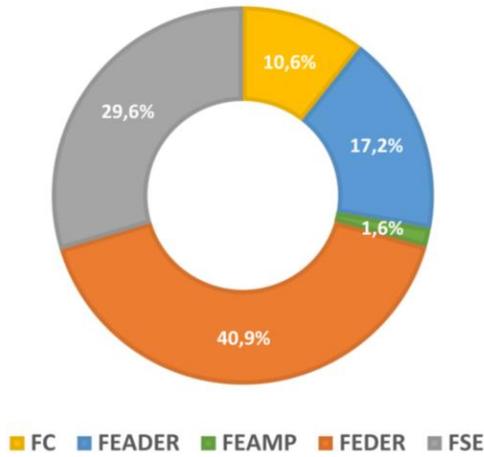


Figura 21 – PT2020 Financiamento público executado/projetado por fundo comunitário 2015-2023 (valor acumulado)

Fonte: Apresentação da “Avaliação do Impacto Macroeconómico do Portugal2020, Pedro Gil, Porto, 15 setembro 2021

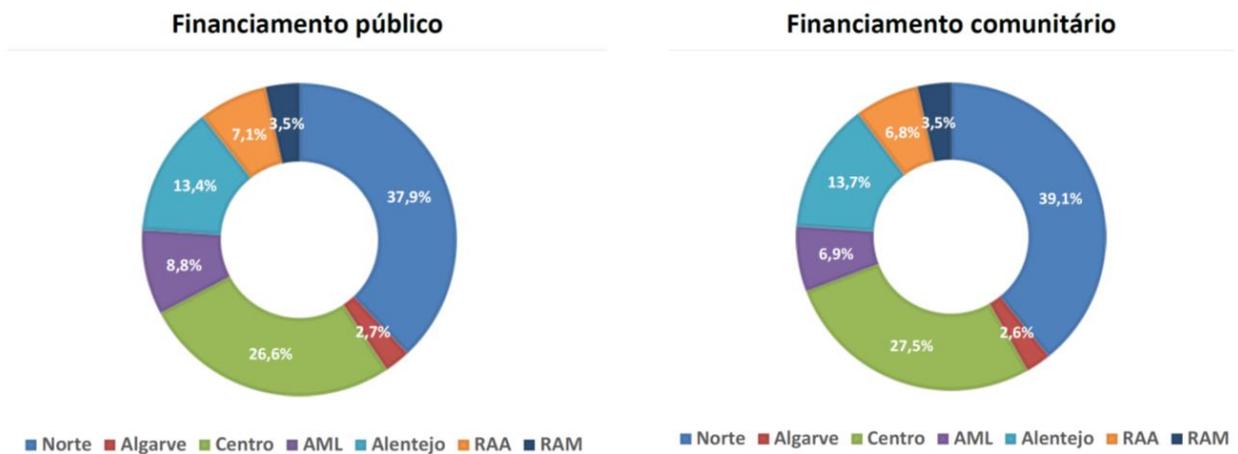


Figura 22 – Financiamento público e comunitário executado/projetado por região, 2015-2023 (valor acumulado)

Fonte: ADC-Avaliação do Impacto Macroeconómico do Portugal 2020 – Relatório Final 31 de agosto de 2021

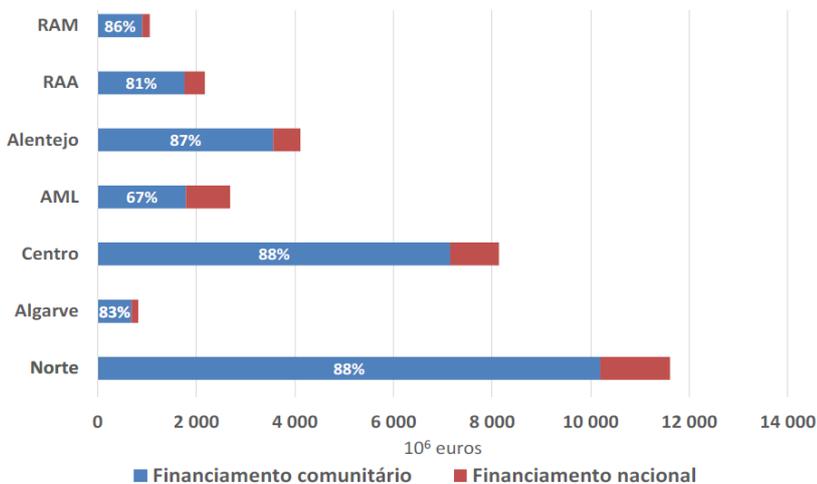


Figura 23 – Pt2020 Despesa pública executada/projetada por origem do financiamento e região NUTS II, 2015-2023 (valor acumulado)

Fonte: ADC-Avaliação do Impacto Macroeconómico do Portugal 2020 – Relatório Final 31 de agosto de 2021

Orientações para Sustentabilidade na política de fundos



A aposta está na Estratégia Anual para o Crescimento Sustentável, onde a UE quer ser pioneira na neutralidade climática até 2050. Para tal foi apresentado o “Plano de Investimento do Pacto Ecológico Europeu” para uma Europa mais sustentável através do instrumento financeiro - Programa InvestEU, com um investimento de cerca de 1 bilião de euros. O InvestEU apoiará o financiamento de projetos de descarbonização, da diversificação económica das regiões e das infraestruturas sociais, bem como projetos no domínio das infraestruturas de energia e de transportes, incluindo as infraestruturas de gás e o aquecimento urbano.

De forma a atenuar o impacto socioeconómico da transição, foi também criado outro instrumento para o efeito - o Mecanismo para uma Transição Justa - para apoio aos trabalhadores afetados pela reconversão e implementação do Pacto Ecológico, com um investimento de 100 mil milhões de euros no período programático 2021-2027. Estes dois instrumentos permitirão desencadear investimentos públicos e privados necessários para a transição para uma economia verde, competitiva e inclusiva que visa atingir a neutralidade climática e investir numa economia circular com impacto neutro no clima.

O novo modelo de crescimento sustentável, justo e inclusivo, foi pensado para incrementar a competitividade e atingir o objetivo europeu de neutralidade carbónica atrás referido. Neste contexto será fundamental preparar a Europa para uma nova Era digital que garanta a transição climática, e constituir um polo dinâmico de inovação e empreendedorismo competitivo, conjugando 4 vertentes: equidade, sustentabilidade ambiental, crescimento da produtividade e estabilidade económica, para o bem estar dos cidadãos, assegurando economia e emprego, sempre com o fim de atingir/cumprir os ODS. O objetivo crucial será sempre atingir uma Europa mais coesa social e territorialmente, com o empenho da UE, dos Estados Membros e dos cidadãos.

(<https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/eu-affairs/20210225STO98708/investeu-um-programa-europeu-para-estimular-o-investimento>)

No caso de Portugal, o Instituto Nacional de Estatística (INE) é o responsável por emitir estatísticas para os ODS, tendo um capítulo sobre a monitorização da implementação nacional da Agenda 2030. Trabalha com ministérios setoriais para mapear indicadores e possíveis fontes, bem como para difundir a informação relevante, disponibilizada no Portal do INE, com atualização regular dos indicadores ODS (lista das NU) disponíveis para Portugal, e tem uma publicação anual de acompanhamento estatístico da Agenda 2030 a nível nacional, cuja primeira edição é de junho de 2018, tendo igualmente o contributo de várias entidades a nível Nacional e ao nível internacional.

A nível de cobertura por objetivo, destacam-se positivamente os ODS 3 (Saúde de Qualidade), 7 (Energias Renováveis e Acessíveis) e 9 (Indústria, Inovação e Infraestruturas), com mais de 80% de indicadores disponíveis. No lugar oposto do espectro situa-se o ODS 13 (Ação Climática), com apenas 12,5% de indicadores disponíveis para a monitorização do respetivo progresso.



Figura 24 – Estratégia EU para o Crescimento Sustentável

Fontes: Estratégia Anual para o Crescimento Sustentável 2020 {SWD(2019) 444 final}

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?qid=1578392227719&uri=CELEX%3A52019DC0650>

https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/qanda_20_24 (14 Janeiro de 2020) - Fonte "Explicação do Plano de Investimento do Pacto Ecológico Europeu"; <https://op.europa.eu/webpub/com/general-report-2020/pt/>;

<https://op.europa.eu/pt/publication-detail/-/publication/f59f7b32-8084-11eb-9ac9-01aa75ed71a1>

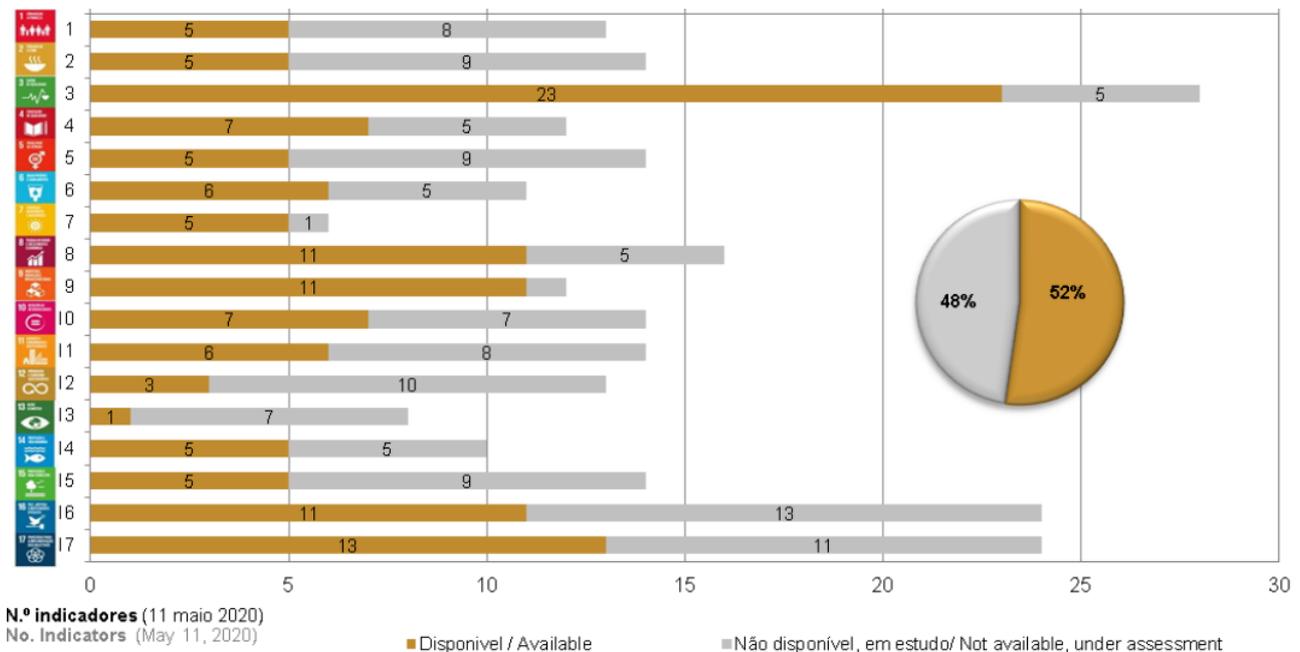


Figura 25 – Disponibilidade de indicadores ODS para Portugal

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030. Indicadores para Portugal: 2010-2019. Lisboa: INE, 2020. Disponível na [www: <url:https://www.ine.pt/xurl/pub/434725779>](https://www.ine.pt/xurl/pub/434725779). ISSN 2184-2264. ISBN 978-989-25-0532-9

Pandemia da Covid 19 – Recuperação Económica



A pandemia da Covid 19 que assolou o mundo em 2020 e que se mantém em 2021, teve como resposta a resiliência das cidades e a capacidade de mudar. Tornou as pessoas mais ativas e despertas para novas formas de viver e produzir em teletrabalho. A luta contra a pandemia forçou as estruturas governativas a novos desafios e despoletou novas formas de trabalho, criando diferentes formas de colaboração. Demonstrou que é possível trabalhar em locais exíguos, sem grandes exigências e que permitem uma nova forma de viver a vida e a família, mas com uma exigência premente - a inovação tecnológica.

Criou um período de recessão económica mundial nunca visto, mas preparou-nos para uma nova Era, onde a tecnologia se sobrepõe em todos os métodos de trabalho e sobrevivência. Passado um ano e meio, e talvez o pior período de incerteza e reinvenção, as perspetivas económicas ao nível global, tem vindo a melhorar, embora com ritmos diferentes ao nível de desenvolvimento dos diversos países.

As marcas na economia não se fizeram esperar, e se o PIB nacional em volume, tinha aumentado 2,7% em 2019, 2020 foi o ano da maior contração do PIB desde 1995, tendo atingido 8,4%, representando uma diminuição nominal de 6,7%. O mesmo tendo sucedido com o Rendimento Nacional Bruto que sofreu uma redução de 5,7% em 2020, apesar do acréscimo de 4,3% em 2019. Também ao nível das atividades de restauração, alojamento e transporte e armazenagem, a queda foi superior ao previsto, contabilizando ainda mais para a contração do PIB registada em 2019. O aspeto positivo registou-se no nível das poupanças das famílias com 12,8%, com uma percentagem 5,6% superior a 2019. (Fonte: INE DESTAQUE 23 de Setembro de 2021 CONTAS NACIONAIS ANUAIS (BASE 2016) 2019 (final) e 2020 (provisório))

Já em 2021 a informação disponível faz prever uma melhoria da atividade económica ainda ressentida pelos efeitos da pandemia, mas em movimento positivo, sobretudo no mês de agosto em comparação com períodos homólogos dos anos anteriores. As Exportações e o Turismo são os dois setores de atividade em que se registou já em Julho valores superiores a 2019 e as importações estão próximas do período anteriores, mas esta recuperação económica está também relacionada com o aumento dos preços que se tem vindo a verificar em 2021.

Os indicadores quantitativos de síntese (atividade económica, consumo privado e investimento) melhoraram em agosto de 2021, assim como, “De acordo com as estimativas provisórias mensais do Inquérito ao Emprego, a taxa de desemprego (16 a 74 anos), ajustada de sazonalidade, foi 6,6% em julho, % que em junho (7,0% em abril e 8,1% em julho de 2020). A variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) foi 1,5% em agosto, taxa idêntica à do mês anterior. Diferentemente, o índice de preços na produção da indústria transformadora acelerou em agosto para uma taxa de variação homóloga de 9,3% (8,6% no mês anterior), registando o crescimento mais elevado da presente série.”

Fonte: DESTAQUE 17 de setembro de 2021- Síntese Económica de Conjuntura - Recuperação da atividade económica prossegue - Agosto de 2021 https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=472473598&DESTAQUESmodo=2

A Comissão Europeia previu para a Primavera de 2021, um crescimento do PIB para 4,2% na UE, embora Portugal, tenha reduzido o crescimento esperado para 3,9% (em vez de 4,1%), face ao segundo confinamento imposto pelo agravamento da pandemia (dez 2020). Em 2020, Portugal encontrava-se no quadrante mais negativo, apresentando uma recessão do PIB, coincidindo com um elevado número de casos de infetados, mortes por milhão de habitantes. Para compreender a evolução/retração nas contas nacionais importa analisar os números decorrentes da pandemia (Figura 30). O PIB em volume aumentou 2,7%, em 2019, e contraiu 8,4% em 2020, sendo a média das taxas de crescimento do PIB entre 2020 e 2022 a terceira mais baixa da EU. Para 2021 a Comissão Europeia e a OCDE justificam um crescimento do PIB devido à retoma da procura interna e também às exportações, tal como atrás referido.

A variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) foi de 1,5% em agosto, taxa idêntica à do mês anterior. Diferentemente, o índice de preços na produção da indústria transformadora acelerou em agosto para uma taxa de variação homóloga de 9,3% (8,6% no mês anterior), registando o crescimento mais elevado da presente série (Figura 33). No gráfico 47 pode-se analisar a evolução económica mensal, no período 2014-2021 até agosto, podendo observar-se inequivocamente o máximo contraste entre abril de 2020 com uma *vh/%* de 9,1%, e abril de 2021 com uma *vh/%* de 12,8%, com tendência a baixar e a estabilizar até ao final do ano (*v.c.s.* - Valor corrigido da sazonalidade; *VH* – Variação Homóloga).

Quanto à taxa de desemprego em Portugal, 2020 foi o período mais negro, tendo reduzido ligeiramente a partir de setembro chegando aos 7,1% no primeiro trimestre de 2021, logo seguido de tendo subido de novo para 6,9% em abril, tendo-se situado em 6,6% em julho de 2021. Nessa data, a população empregada (16 a 74 anos), também ajustada de sazonalidade, cresceu 0,8% face ao mês anterior e 5,2% em termos homólogos (variação homóloga de 4,7% em junho).

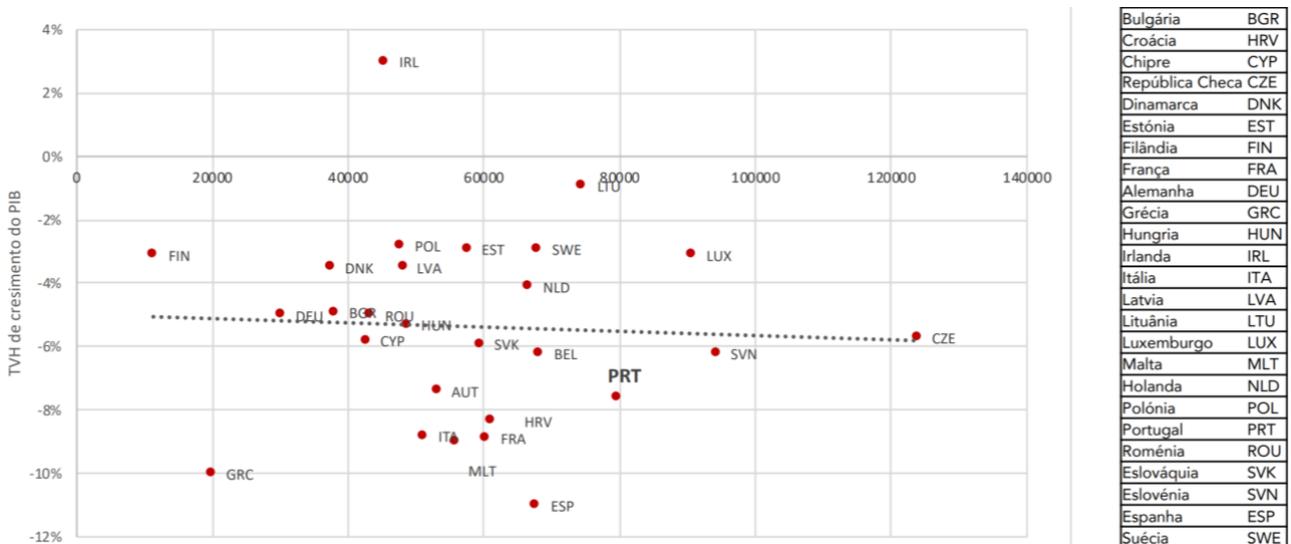


Figura 26 – Crescimento (decrécimo) do PIB vs casos Covid 19 por milhão de habitantes

Fonte: AMECO; Our World in data (total de casos registados até 8/3/2021) in Conjuntura Macroeconómica Portuguesa 03/2021 (Pág.7) - Ordem dos Economistas

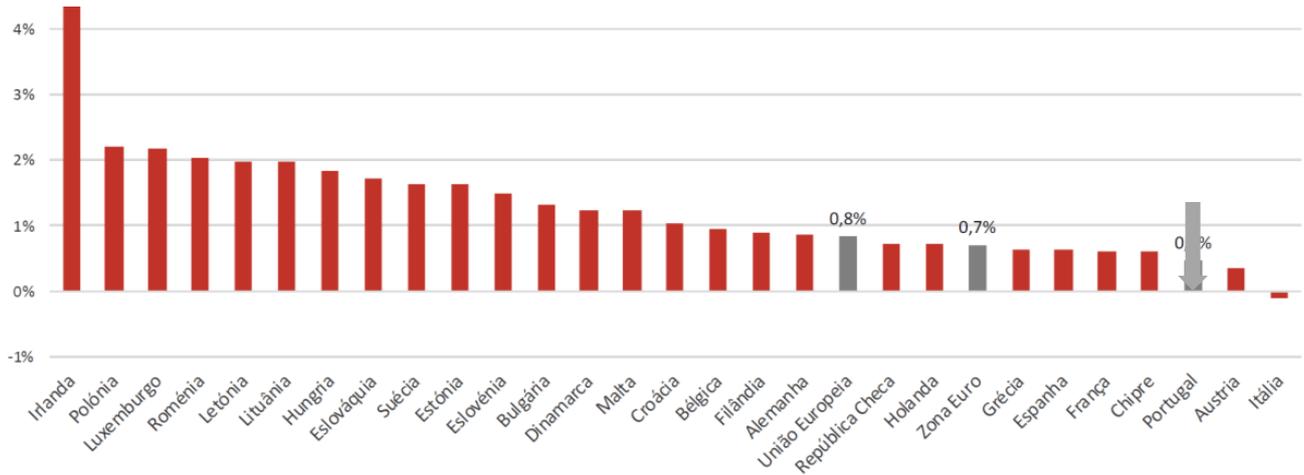


Figura 27 – Taxa de Crescimento médio 2020-2022 do PIB (% de variação anual)

Fonte: Comissão Europeia (Spring forecast 2021) in Conjuntura Macroeconómica Portuguesa 06/2021 (pag 11) - Ordem dos Economistas

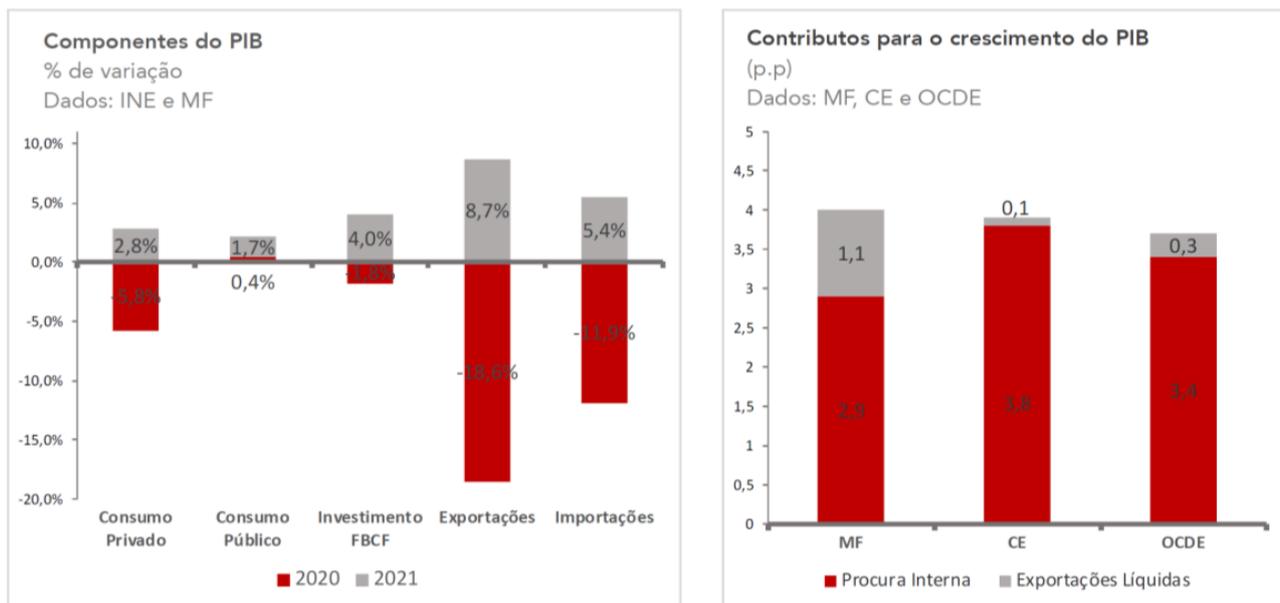


Figura 28 – Componentes do PIB e contributos para o crescimento PIB

Fonte: Dados INE e MF, CE e OCDE in Conjuntura Macroeconómica Portuguesa 06/2021 (pág. 12), Ordem dos Economistas

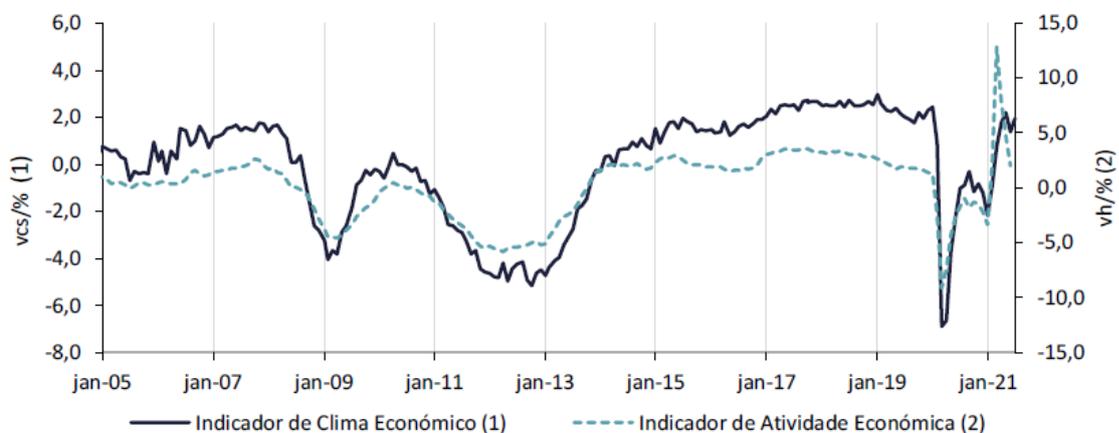


Figura 29 – Indicadores de Síntese económica

Fonte: INE; SÍNTESE ECONÓMICA DE CONJUNTURA – agosto 2021

1 A análise do presente destaque baseia-se em séries dos valores efetivos (brutos ou corrigidos de sazonalidade) e não em médias móveis.

2 Relatório baseado na informação disponível até 16 de setembro de 2021.

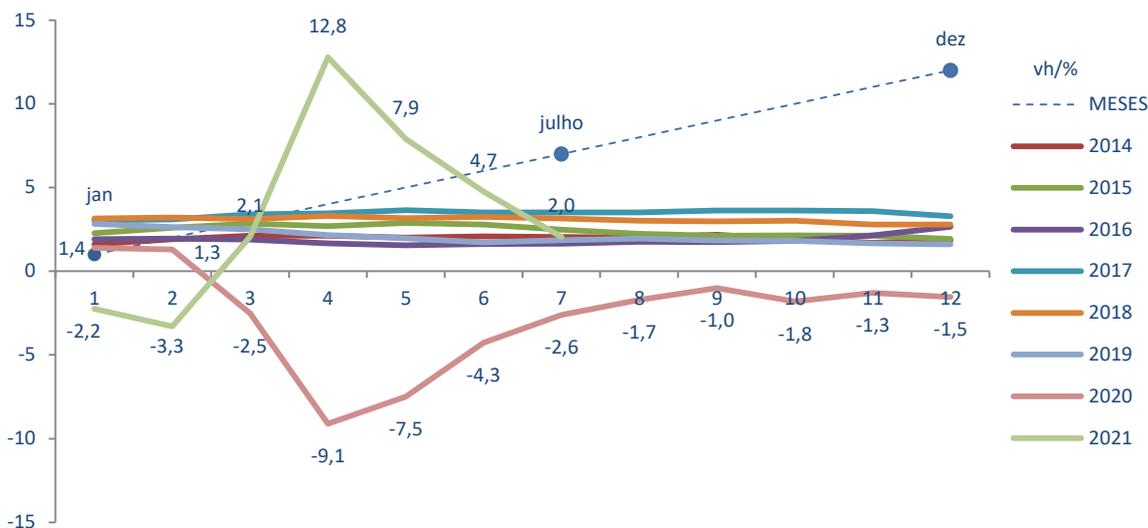


Gráfico 46 – Atividade Económica (2014-2021 - mensal)

Fonte: Dados INE DESTAQUE SET 2021 - SÍNTESE ECONÓMICA DE CONJUNTURA Agosto de 2021 (Tratamento de dados OADR)

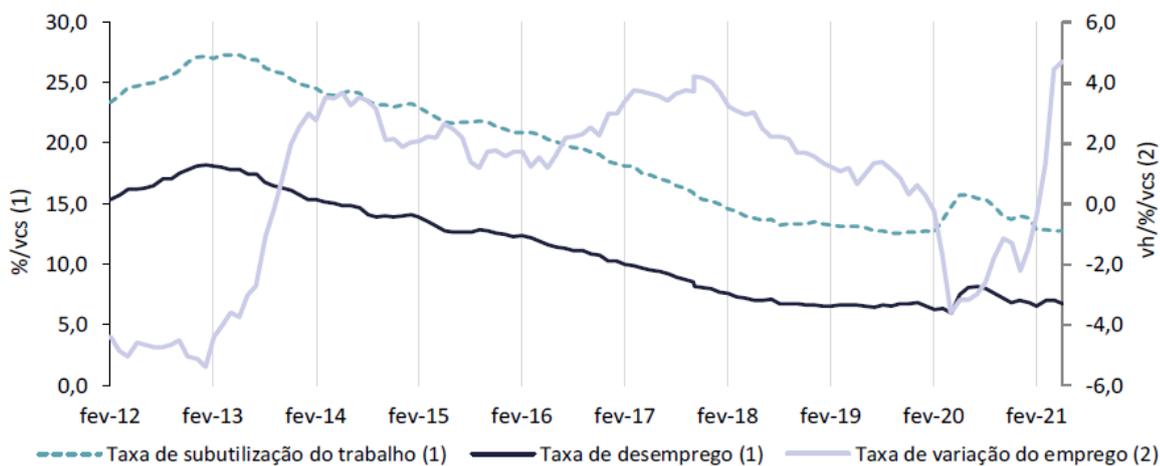


Figura 30 – Desemprego, subutilização do trabalho e emprego

Fonte: INE DESTAQUE SET 2021 SÍNTESE ECONÓMICA DE CONJUNTURA – agosto 2021 14/27

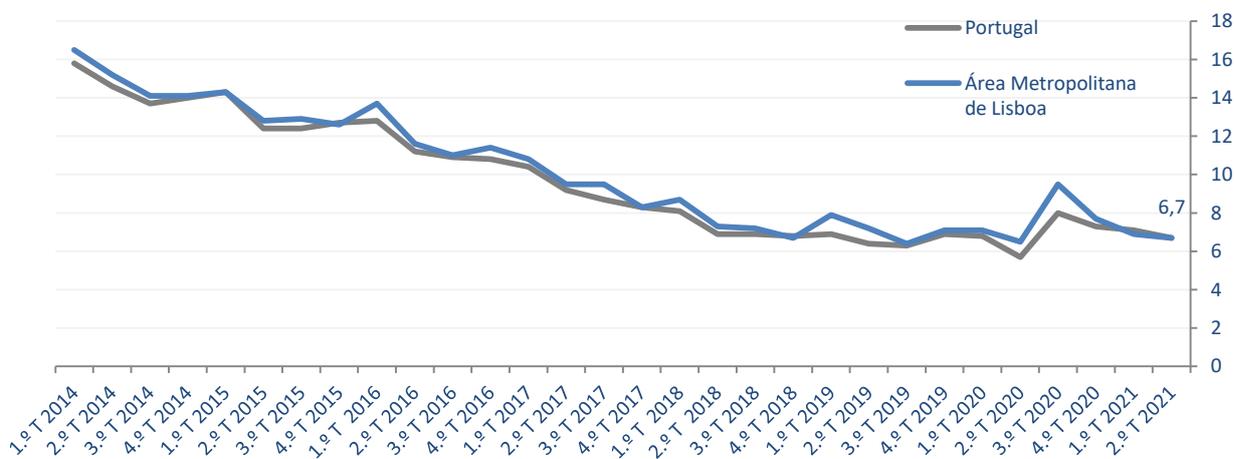


Gráfico 47 – Taxa de desemprego (Série 2021 - %) por Local de residência (NUTS - 2013) e Sexo; Trimestral (1)

Fonte INE Taxa de desemprego (Série 2021 - %) por Local de residência (NUTS - 2013) e Sexo; Trimestral (1)

Em 2021, Portugal ficou abaixo das médias da União Europeia mas apesar disso prevê-se uma recuperação com níveis acima já em 2022.

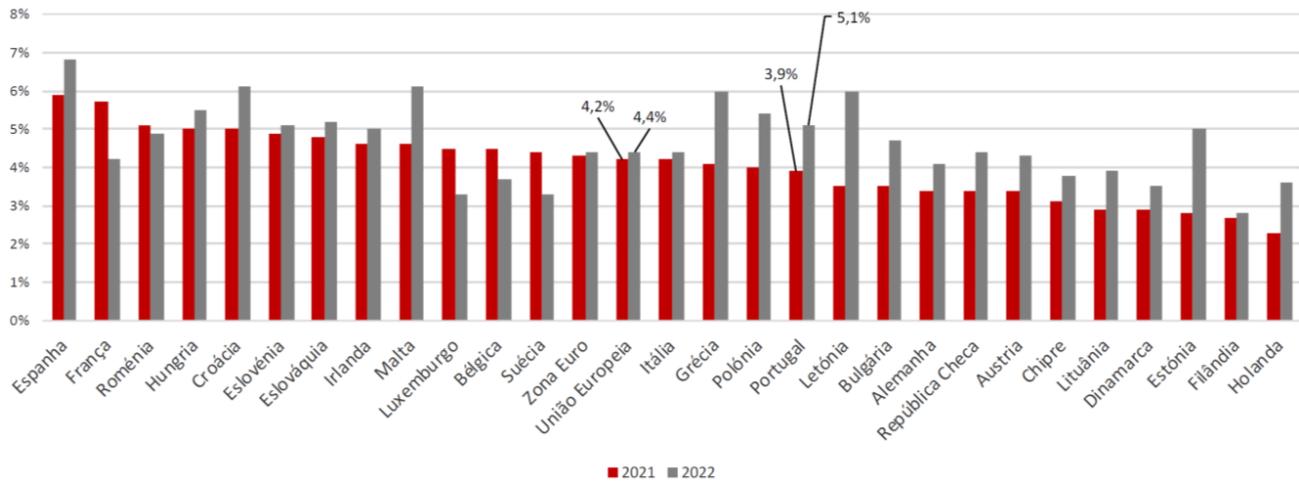


Figura 31 – Taxa de Crescimento do PIB (% de variação anual)

Fonte: Comissão Europeia (Spring forecast 2021) in Conjuntura Macroeconómica Portuguesa 06/2021 (pág. 10)- Ordem dos Economistas

Para o plano de recuperação da pandemia Covid 19, durante as negociações do orçamento de longo prazo da UE para o período 2021-2027 (“Quadro Financeiro Plurianual”), os eurodeputados delinearam um roteiro para as novas fontes de receita da União, sendo as três etapas do roteiro dos novos recursos próprios:

- Primeira etapa (2021): uma contribuição com base no plástico, introduzida em janeiro de 2021; até junho, serão submetidas novas propostas legislativas sobre um mecanismo de ajustamento das emissões de carbono nas fronteiras, sobre um imposto digital e sobre o Sistema de Comércio de Licenças de Emissão;
- Segunda etapa (2022-2023): o Conselho deliberará sobre estas novas fontes de receita, o mais tardar, até 1 de julho de 2022, de forma a conseguir introduzi-las até 1 de janeiro de 2023;
- Terceira etapa (2024-2026): até junho de 2024, a Comissão apresentará uma proposta de novos recursos próprios adicionais, que poderão incluir um imposto sobre as transações financeiras e uma contribuição financeira do setor empresarial ou uma nova matéria coletável comum do imposto sobre as sociedades. O Conselho deliberará sobre estas novas fontes de receita da EU até 1 de julho de 2025, a fim de conseguir introduzi-las até 1 de janeiro de 2026.

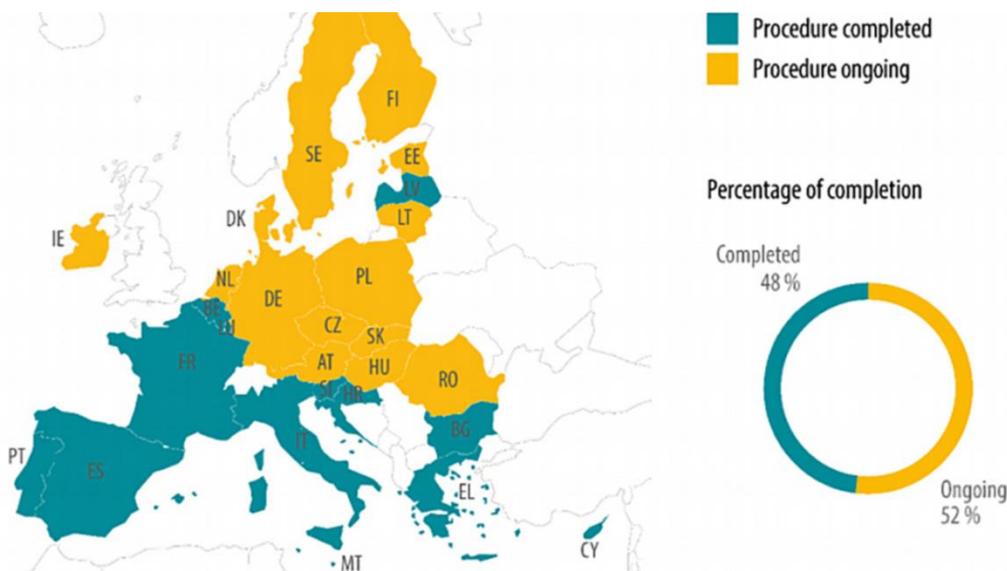


Figura 32 – Decisão de utilização de Recursos Próprios foi ratificada por 13 dos 27 países da UE

Fonte <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/priorities/quadro-financeiro-plurianual/20210322IPR00517/eurodeputados-eliminam-mais-um-obstaculo-ao-plano-de-recuperacao-da-covid-19> © European Union 2021 –EP - (18 de março).

		2020				2021			
		PIB real (Tx. de variação)	Taxa de desemprego (%)	Inflação (IPC ou IHPC, %)	Balança corrente (% PIB)	PIB real (Tx. de variação)	Taxa de desemprego (%)	Inflação (IPC ou IHPC, %)	Balança corrente (% PIB)
Portugal									
UCP	Otimista	-4,0	8,5	-	-	-	-	-	-
	Central	-10,0	10,4	-	-	-	-	-	-
	Pessimista	-20,0	13,5	-	-	-	-	-	-
Unicredit		-15,0	-	0,2	-0,5	9,6	-	0,7	-0,5
Berenberg		1,7	6,4	1,1	-	1,8	6,1	1,4	-
Área do euro									
UCP	Otimista	-2,0	-	-	-	-	-	-	-
	Central	-5,0	-	-	-	-	-	-	-
	Pessimista	-10,0	-	-	-	-	-	-	-
Fitch		-4,2	9,6	0,4	-	2,9	9,8	1,1	-
Moody's Analytics		-7,0	-	-	-	-	-	-	-
Unicredit		-13,0	-	0,3	1,8	10	-	1,2	2,7
HSBC		-6,4	-	-	-	6,1	-	-	-
PWC		0,7	-	-	-	1,1	-	-	-
Wells Fargo		-1,0	-	-	-	0,6	-	-	-
RBC Economics		0,5	-	-	-	-	-	-	-
Allianz Research	Otimista	-1,8	8,5	0,3	-	2,1	8,0	1,6	-
	Central	-4,4	9,5	0,1	-	2,1	8,0	1,6	-
	Pessimista	-7,2	11,0	-0,6	-	-1,8	11,5	0,2	-
ADB		-1,0	-	-	-	1,6	-	-	-
Berenberg		1,0	7,4	1,3	-	1,5	7,0	1,5	-
Capital Economics		-9,0	-	-0,3	-	10	-	-0,5	-
DekaBank		-5,3	-	0,7	3,0	4,9	-	1,2	2,9

Quadro 3 – Projeções macroeconómicas para Portugal e para a área do euro

Fonte: Programa de Estabilidade 2020 Gov PT; UCP - Núcleo de Estudos da Universidade Católica (NECEP), 23 de março 2020; Fitch, 2 de abril, 2020; Moody's Analytics, abril 2020; Unicredit - The mother of all recessions has arrived, 2 de abril 2020; HSBC, 9 de abril 2020; PWC, março 2020; Wells Fargo, março 2020; RBC Economics, 12 de março 2020; Allianz Research, 31 de março 2020; ADB - Asian Development Bank, março 2020; Berenberg - Global outlook 2020, 6 de janeiro 2020; Capital Economics, 17 de abril 2020; DekaBank, 1 de abril 2020;

3

PORL 2020



03 PORL 2020 – Programa Operacional de Lisboa

Indicadores de Realização e de Resultado



O Portugal 2020 estabelece, como princípio estruturante da governação e gestão dos fundos comunitários, a orientação para os resultados, a ser aferida com base em indicadores de resultado e de realização, e determina como condicionalidade *ex ante* a existência de um sistema de indicadores de resultado necessário para selecionar as ações, monitorizar os progressos e avaliar os impactos das mesmas.

O ano 2020 foi um ano sem precedentes, tendo a pandemia resultante do Covid 19 marcado todo o funcionamento do Programa, com efeitos diferenciados nas operações do FEDER e do FSE.

O POR Lisboa tem uma dotação de 817,1 M€ sendo 622,6 M€ FEDER e 194,5 M€ FSE, com uma taxa de cofinanciamento média de 47,07%, tendo sido apresentadas 12.728 candidaturas, com um investimento de 5.932M€. Até ao final de 2020 foram aprovadas 3.867 operações com um investimento elegível de 1890M€ e um fundo de 868M€, das quais 2925 operações se referem ao FEDER, envolvendo um fundo de 699M€. No FSE foram aprovadas 942 operações, a que corresponde um Fundo aprovado de 168M€. Assim, a taxa de compromisso do POR Lisboa atingiu os 106% (FEDER 112% e FSE 87%), uma taxa de execução de 44% (FEDER 43% e FSE 47%), correspondendo um fundo validado total de 356M€, sendo de 265M€ FEDER e 91M€ FSE, e uma taxa de realização de 41% (FEDER 38% e FSE 54%). O montante de despesa certificada acumulada à UE até ao final do ano foi de 710M€, correspondendo a fundo equivalente de 397M€.

As operações realizadas, total ou parcialmente, abrangeram 97.860 participantes, registando-se um acréscimo de atividade na ordem dos 50% relativamente a 2019. Os participantes distribuem-se pelas políticas ativas de emprego (19.692) nas suas dimensões do apoio à contratação, estágios, contratação de recursos humanos altamente qualificados e contratos de emprego inserção e projetos de empreendedorismo local; pela formação (23.704) nas suas dimensões de formações modulares certificadas, qualificação de pessoas com deficiência e ações de formação em contexto empresarial; pela educação (7.901) nas modalidades de cursos de educação e formação, cursos profissionais e cursos de especialização tecnológica; e pelas ações que visam melhorar o nível de qualificação da população adulta ativa consubstanciadas no Programa Qualifica (46.563). A dimensão da igualdade de oportunidades, seja pelos planos para a igualdade seja pela formação de públicos estratégicos, não apresentaram reporte de execução, os primeiros por atrasos na aprovação da modalidade de financiamento e os segundos pelo atraso no arranque das operações devido ao Covid 19.

No que se refere à realização por referência às metas programadas para 2023, destacam-se os indicadores com taxas superiores ou iguais a 70% (O811, O851, O858, O9111, O948, O101D, O1036, O1041 e O1042). Existem um conjunto de indicadores com taxas médias de desempenho, ou seja maior ou igual a 60% e menor que 70% (O812, O852, O857, O9114 e O961), registando o indicador O918 apenas uma taxa de 12% atendendo a um arranque tardio do início da execução, a qual está, todavia, em franca recuperação. Os indicadores O841 e O933, ambos no domínio da igualdade de oportunidades, não apresentaram execução a tempo de consideração neste REA. Finalmente, não existem operações aprovadas no âmbito dos indicadores Covid CV10 e CV30. (Fonte REA2020-Por Lisboa2020)

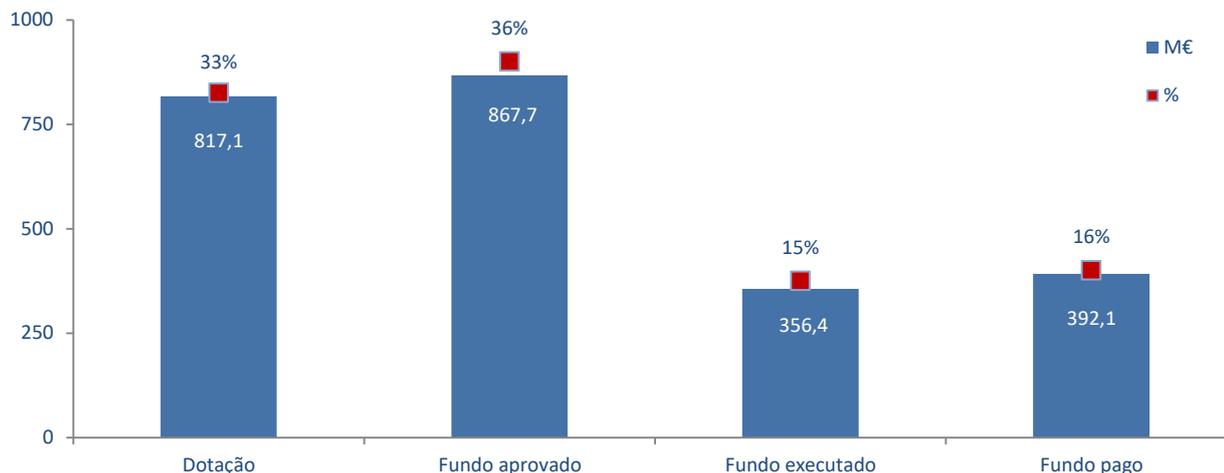


Gráfico 48 – Dotação, fundo aprovado, executado e pago a 31/12/2019

Fonte REA2020-Por Lisboa2020

Nos dois gráficos seguintes é possível observar o posicionamento de resultado e de realização relativo ao relatório de Execução Anual 2020 (Dezembro), permitindo acompanhar a execução do POR Lisboa 2020 na prossecução das metas de 2023 e observar a incidência da superação e da não superação:

- O Gráfico 49 – Indicadores de Realização (30) Comuns e Específicos dos Programas (FEDER), permite observar o impacto da execução ao nível dos indicadores de realização, que partem do zero, e caminham para uma meta 2023 estabelecida, no contexto da intervenção direta do PORL. Observa-se que alguns indicadores já apresentam meta 2023 superada.
- O Gráfico 50 – Indicadores de Resultados (FEDER), permite observar o impacto da execução ao nível dos indicadores de resultado, considerados representativos do impacto da intervenção do PORL, não obstante a sua evolução estar integralmente associada à evolução das dinâmicas da própria economia e do desenvolvimento regional. Assim, apesar da execução do PORL incidir num determinado sentido, compreende-se que alguns indicadores possam ter uma evolução inversa ao estabelecido como meta 2023.

Estes gráficos constituem um instrumento de monitorização *on-going*, permitindo ajustar e reforçar medidas de concretização do POR Lisboa 2020. Permitem ainda aferir, antecipadamente, a ausência de informação em alguns indicadores, o que pode comprometer a avaliação final segundo o modelo estabelecido.

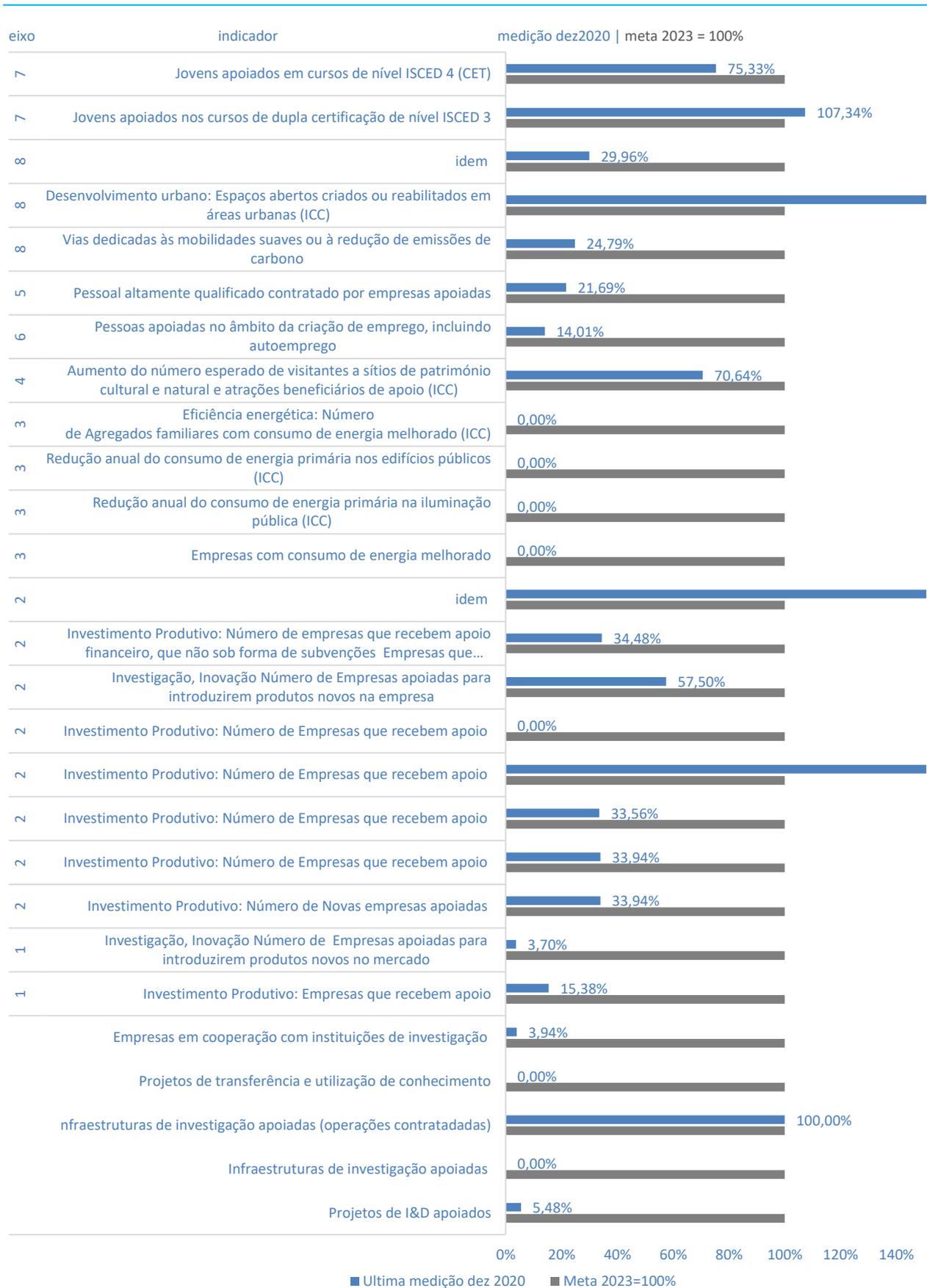
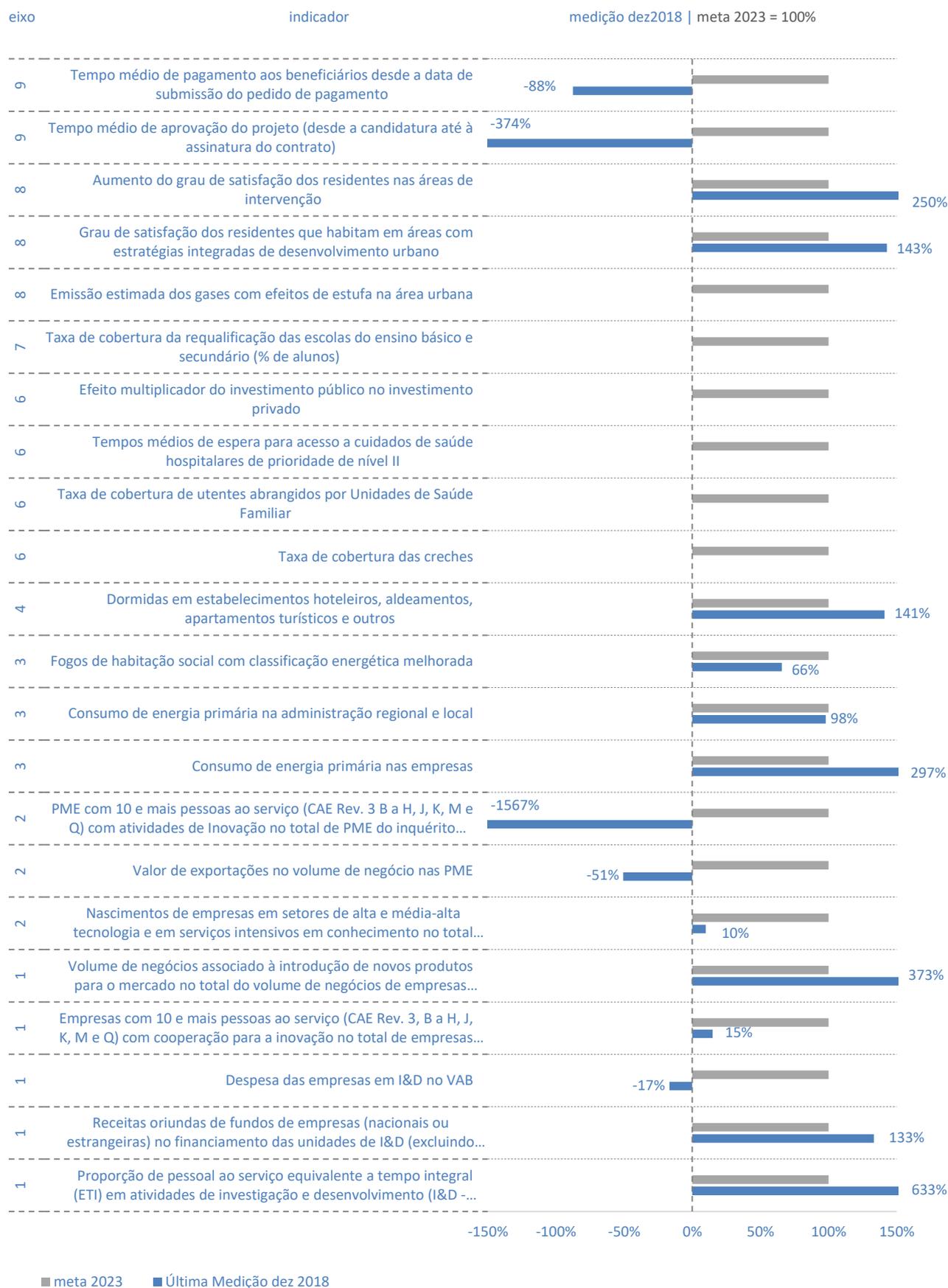


Gráfico 49 – Indicadores de Realização (30) Comuns e Específicos dos Programas (FEDER)

Nota: (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER (1)(2); (1) Aplica-se igualmente aos eixos prioritários da Assistência Técnica. (2) A repartição por género só deve ser utilizada nos campos relevantes se tiver sido incluída no quadro 5 ou 13 do PO. Caso contrário, utilize T = total



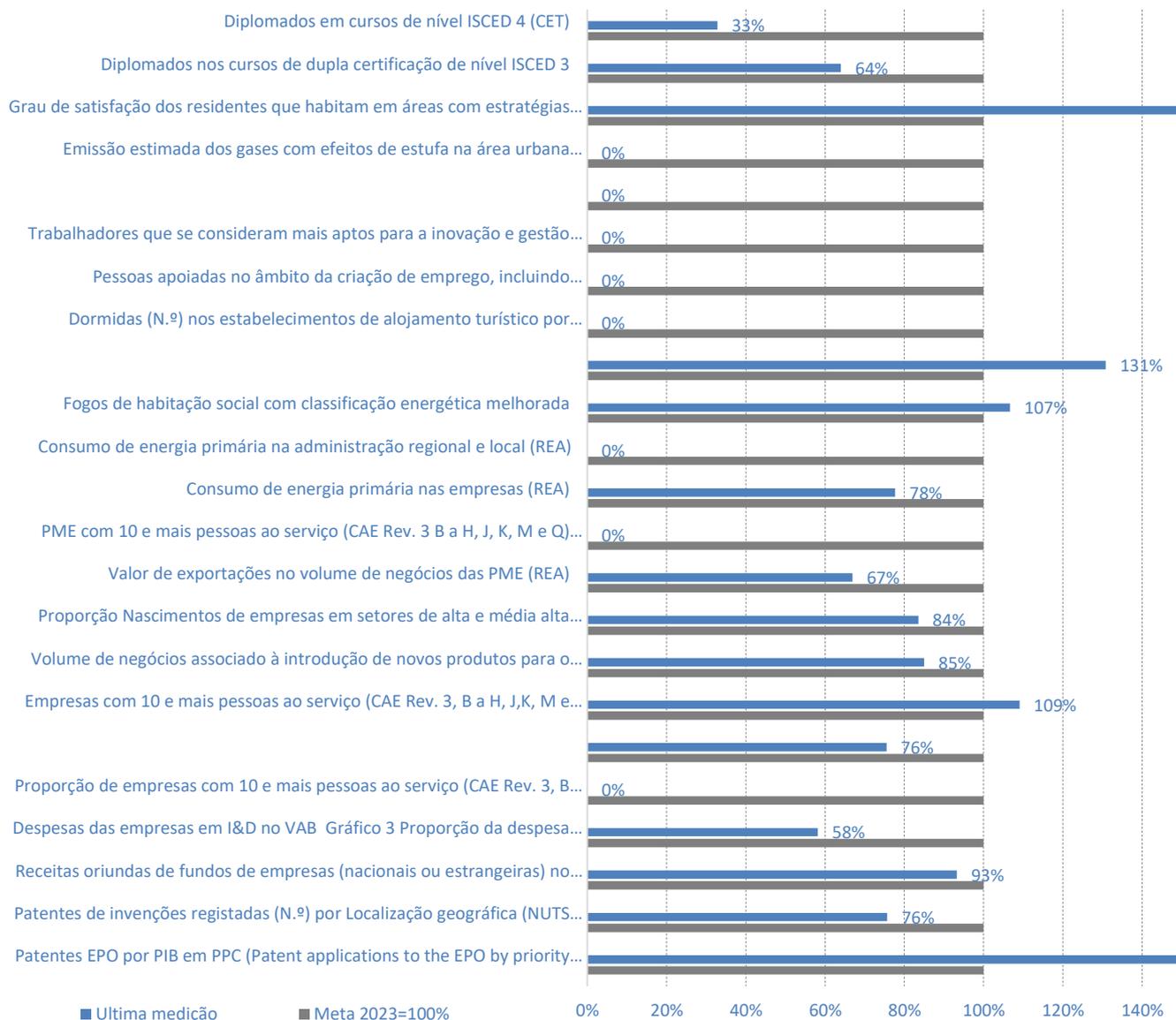


Gráfico 50 – Indicadores de Resultados (FEDER)

Nota: (por eixo prioritário e objetivo específico) (1)(2) Nota: (1) Aplica-se igualmente aos eixos prioritários da Assistência Técnica. (2) Na programação não foi prevista a repartição das metas dos indicadores por género pelo que só deve ser preenchida a coluna T = total



RELATÓRIO

SETEMBRO 2021

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais

Rua Alexandre Herculano, nº 37 1250-009 Lisboa

<http://www.ccdr-lvt.pt>

Publicação Digital

ISBN: 978-972-8872-76-2



Lisb@20²⁰

